

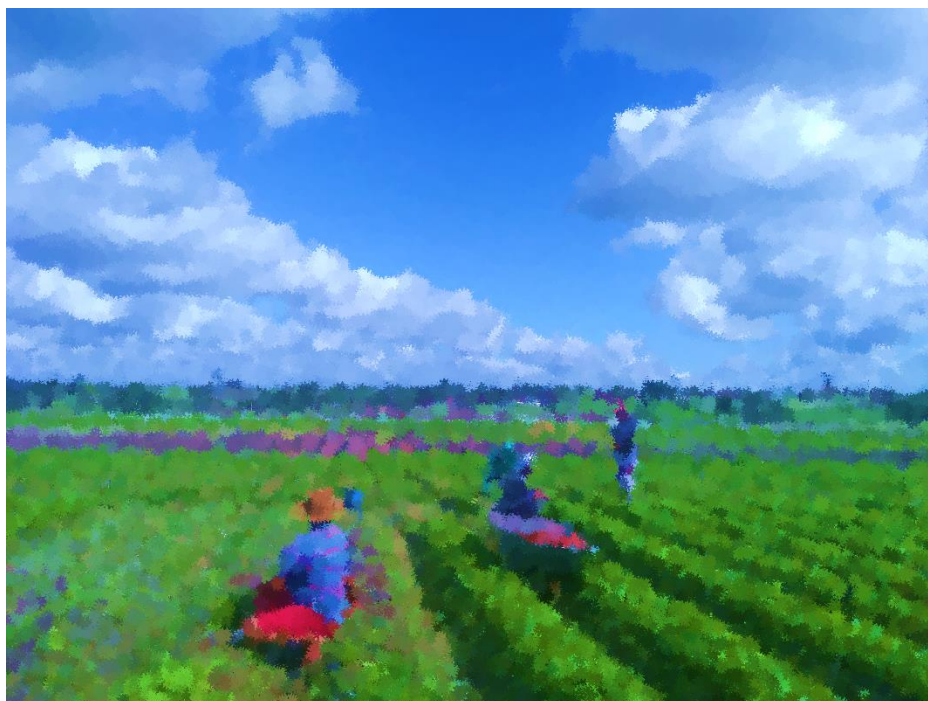


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



BRUNO ANDRADE RIBEIRO

A CONDIÇÃO CAMPONESA SOB O ESPECTRO DA INFORMALIDADE



São Cristóvão. SE

2020

BRUNO ANDRADE RIBEIRO

A CONDIÇÃO CAMPONESA SOB O ESPECTRO DA INFORMALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional

Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

São Cristóvão. SE

2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Ribeiro, Bruno Andrade

R484c A condição camponesa sob o espectro da informalidade /
Bruno Andrade Ribeiro ; orientadora Josefa de Lisboa Santos.
- São Cristóvão, SE, 2020.

175 f. :il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2020.

1. Geografia agrícola. 2. Camponeses – Sergipe (SE). 3.
Trabalhadores rurais – Sergipe (SE). 4. Trabalho informal. I.
Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:631

BRUNO ANDRADE RIBEIRO

Dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional

Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Josefa de Lisboa Santos
Presidente da Banca

Prof.^a. Dra. Alexandrina Luz Conceição (PPGEO/UFS)
Membro Interno

Prof.^a. Dra. Verlane Aragão Santos (PROPEC/UFS)
Membro Externo

São Cristóvão. SE
2020

DEDICATÓRIA

Dedico a Dissertação aos bilhões que formam a classe trabalhadora e que materializam a luta contínua por um mundo melhor. Aos que acreditam na Educação como princípio de transformação. Aos professores que acompanharam minha trajetória. Aos que virão com o fôlego e a força que indicam o fim de toda panaceia desvairada do capitalismo.

AGRADECIMENTOS

Em uma época em que o individualismo se tornou virtude, agradecer é ato subversivo. Então, sejamos.

A construção dessa dissertação partiu de um projeto coletivo de vida e luta e, sem as distintas relações sociais estabelecidas durante sua elaboração, não se chegaria ao escrito final. Os versos de Gonzaguinha embalam as palavras e transmitem a força, coragem e desafio de ser pesquisador em uma era de mitos e mentiras:

“São tantas lutas inglórias, são histórias que a história qualquer dia contará”:

Givalda de Andrade, Dona ‘Vadinha’, José Duque Ribeiro, Seu ‘Zezinho’, seu filho chegou onde sempre quis: professor e mestre. Contudo, hoje ele entende que o conhecimento estava o tempo todo no ponto de partida, nas mãos com calos de sua mãe, abatendo frangos nas madrugadas para enfrentar a labuta da feira, nos pés doloridos do seu pai, naquela casa de farinha que sustentou uma geração. A geração de Josefa Ribeiro, Vovó ‘Zifinha’, dos meus tios, primos e da minha irmã, Bruna Andrielli. Em todos os cantos dessa história, uma sala de aula à céu aberto.

“As passagens, as coragens são sementes espalhadas nesse chão...”: Josefa Lisboa, a definição de orientar carrega o signo da responsabilidade e do compartilhamento, o diálogo, o sentido de respeito que o debate deve provocar, e desde a graduação, quando uma aula de Geografia Política foi suficiente para despertar a compreensão sobre minha condição humana até as reticências que acompanham o presente, você materializa a inspiração em ser/estar nas trincheiras da luta, dentro e fora da universidade. Alexandrina Luz, como sustentar o peso de sermos combatidos? Nossos encontros na pós-graduação sempre foram marcados pela necessidade de questionar o mundo, com sua visão tão ampla e certa, sua leitura e entendimento sobre totalidade, contradição e movimento, o afeto e carinho nos momentos de tensão e cansaço fizeram acreditar que ser combatido na atualidade é estar ao lado dos trabalhadores. Vanessa Dias, lembro-me do quanto seu incentivo foi essencial para entender o verdadeiro sentido do conhecimento, desde Produção do Espaço Geográfico, em minha timidez silenciosa, seu olhar acertou em cheio o

meu olhar para com o mundo, e, ao final da graduação, seu olhar sensível e perspicaz lançou em meu olhar o início do problema de pesquisa para a seleção do mestrado. Marleide, a humildade de compartilhar saberes e conhecimentos é um aprendizado que levo como projeto de vida, entendendo que nada do que sabemos ou conhecemos deve se sobrepôr enquanto instrumento de ódio, fortalecimento de intrigas ou individualismos. Em suas aulas e ao seu lado, aprendi a ser professor como uma condição de respeito, afeto e, acima de tudo, compartilhamento e aprendizado mútuo. Fabrícia, a definição para princípio é relativa: quando tudo se inicia? A dialética início/final acompanha a vida humana. Hoje, nesse fim de mestrado, início de doutorado e de docência, agradeço por cada palavra, cada reunião e cada gesto de compaixão. Entre pedras e montanhas, as lágrimas que derramei encharcam um chão inteiro de plantações.

“São vidas que alimentam nosso fogo da esperança, o grito da batalha: quem espera, nunca alcança! ”

Karine Belo e Leonel Bismarck, minha família conquistada nesses dois anos morando no Rosa Elze, como eu poderia aguentar o peso e a responsabilidade de escrever essas dezenas de páginas em um lugar até então desconhecido, vindo de um povoadinho entre as serras do agreste até um bairro em uma Região Metropolitana? Obrigado por nossos momentos de descontração, pelas diversões e compartilhamentos, pelos abraços e saudades. Gratidão aos meus baianos mais do que especiais.

Fernando Fonseca, presente e futuro se entrelaçam nesse momento de escrita. O significado do amor, da verdade e da humildade despertaram em mim através de ti.

Aos amigos da pós-graduação, em especial: Ana Paula, Patrícia Quirino, Viviane Melo, Heberty Ruan, Daniele Feitosa, Daniele Luciano, Bruna Leidiane, Cícero Bezerra, Danilo Cavalcanti, Lucas Lira e Ingrid Michelle. Patrícia Quirino, nas entrelinhas desse processo de escrita a que chamamos ‘parto’, conseguimos gestar nossas ‘filhas dissertações’ à base de café, sorrisos, conversas sobre Materialismo Histórico e Dialético e Fenomenologia. Como seria passar por tantos altos e baixos sem ouvir ‘marxista safado, você consegue!’. Conseguimos. Ana Paula, depois de um processo de seleção tenso e cansativo, chegamos ao final dessa trajetória repletos de conquistas e, ao mesmo tempo, diante de um horizonte a ser desbravado, adquirimos ansiedade e dores nas costas, mas juntos nos mantivemos firmes e fortes como nativos escorpianos.

Aos amigos do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER): Augusto, Paulinha, Camila, Juliana, Andressa, Rafaela, Tereza e Laiany. Cada um em suas particularidades e singularidades em um mesmo caminho de luta e enfrentamento contra os que afirmam sermos 'dogmáticos'. Laiany Rose, amiga e companheira de luta, agradeço a oportunidade de Tirocínio Docente em suas disciplinas. As turmas de Geografia e Trabalho e Formação Territorial do Brasil fortaleceram meu fôlego de ser professor e pesquisador em tempos de negação da verdade e do conhecimento.

Ao Campus de Itabaiana, em especial, ao Departamento de Geografia (DGEI): às secretárias Angélica e Amanda, que acompanharam minha formação acadêmica, aos docentes Josefa Lisboa, Marleide Santos, Vanessa Dias, Fabrícia de Oliveira, Hunaldo Lima, Daniel Almeida, Cristiano Aprígio, Diana Mendonça, Laiany Rose, Geisedrielly, Luana, Oscar Sobarzo, Ana Rocha, Marcelo Mendes e Larissa Rafael.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET-Geografia), coordenado pelo professor José Hunaldo Lima.

Aos professores do PPGeo/UFS que acompanharam o primeiro ano de disciplinas: Alexandrina Luz, Christiane Senhorinha, Eraldo Ramos, Maria Augusta Vargas, Josefa Eliane, Mercedes Perez e Lucy Mirtha

À Banca de Qualificação formada pelas professoras Verlane Aragão e Alexandrina Luz, com contribuições teórico-metodológicas inestimáveis para o desenvolvimento da dissertação.

“É.... eu não quero esquecer essa legião que se entregou por um novo dia....”

Aos amigos de caminhada e vida, em especial, Joice Kelly, amiga e irmã de batalha, jovem trabalhadora andarilha e que inspira acreditar que existe uma alternativa para essa realidade tão perversa e destrutiva. Ana Lima, leitora que sempre compartilha sonhos e leituras, cafés e sorrisos de leveza. Aos companheiros de estudos e debates do Campus de Itabaiana: Gislaine, Camila, Geovanio, Nando, Tays e Luana. Mara Íris e Tiago Barreto, não existem palavras suficientes para expressar minha gratidão pela ajuda nos trabalhos de campo, evitando a solidão em uma vastidão de gentes e lugares. Thomaz e Victória pelos sorrisos compartilhados em forma de levezas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de pesquisa, essencial para a concreção desse trabalho.

Aos trabalhadores ao redor do mundo: os informais andantes que buscam dias melhores, os 'ninguéns' que buscam ser 'alguéns' descritos por Eduardo Galeano em seu Livro dos Abraços. “[...] **E vamos à luta**”.

Vocês, que vão emergir das ondas
Em que nós perecemos, pensem,
Quando falarem das nossas fraquezas,
Nos tempos sombrios
De que vocês tiveram a sorte de escapar.

Nós existíamos através da luta de classes,
Mudando mais seguidamente de países que de sapatos, desesperados!
Quando só havia injustiça e não havia revolta.

Nós sabemos:
O ódio contra a baixeza
Também endurece os rostos!
A cólera contra a injustiça
Faz a voz ficar rouca!
Infelizmente, nós,
Que queríamos preparar o caminho para a amizade,
Não pudemos ser, nós mesmos, bons amigos.
Mas vocês, quando chegar o tempo
Em que o homem seja amigo do homem,
Pensem em nós
Com um pouco de compreensão.

AOS QUE VIRÃO DEPOIS DE NÓS, Bertold Brecht

RESUMO

O presente escrito corresponde aos resultados da Dissertação de Mestrado que versa sobre condição camponesa e informalidade do/no mundo do trabalho. A pesquisa fundamentou-se em um objetivo geral: compreender a condição camponesa sob o espectro da informalidade e três específicos: inferir sobre as multideterminações das relações informais de trabalho no contexto de crise estrutural do capital; relacionar as formas de inserção laboral dos camponeses aos rebatimentos na unidade de produção familiar; e identificar expressões da informalidade do/no trabalho nas povoações de análise. Sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, a pesquisa ressalta a realidade de camponeses sergipanos como ponto de partida para o entendimento de como a informalidade encontra-se intrínseca à subordinação de seus modos de vida, a partir da expansão de formas precárias de trabalho no campo. A pesquisa de campo em povoados nos municípios de Itabaiana, Campo do Brito e São Domingos, localizados no Agreste Central Sergipano se justificam pela presença de sujeitos que permanecem na terra como condição de vida, mas, ao mesmo tempo, se inserem no circuito de revenda de mercadorias como necessidade de realização das condições materiais de vida, ou mesmo, a partir de ocupações temporárias, parciais e instáveis. A precarização intrínseca à informalidade se expressa na fala de camponeses, como no exemplo dos jovens trabalhadores das chácaras, de trabalhadores cooperados, nos que trabalham em casas de farinha ou em caminhões, nos que são contratados por demanda para aplicarem agrotóxicos e nos feirantes que adquirem produções de verduras, legumes e frutas em centros de abastecimento. A palavra como signo ideológico, para a Filosofia da Linguagem de Mikhail Bakhtin, pode refletir ou refratar dada realidade. Nas palavras dos entrevistados expressam-se a busca e necessidade de melhores espaços e tempos para a reprodução social como *lócus* de esperança de uma vida digna e plena. O espectro da informalidade espelha o trabalho como fardo, revelado como cansaço e culpa entre os sujeitos pesquisados, que justificam a situação a partir da responsabilidade individual de cada um.

Palavras-chave: Trabalho; Acumulação flexível; informalidade; precarização; espaço agrário;

ABSTRACT

This writing corresponds to the results of the Master's Dissertation that deals with peasant condition and informality from/into the world of work. The research was based on a general objective: to understand the peasant condition under the spectrum of informality. And three specific ones: to infer about the various provisions of informal labor relations in the context of the structural crisis of capital; to relate the forms of labor insertion of peasants to rebates in the unit of family production; and to identify expressions of the informality of work in the settlements of analysis. From the perspective of historical and dialectical materialism, the research highlights the reality of sergipanos peasants as a starting point for understanding how informality is intrinsic to the subordination of their ways of life, from the expansion of precarious forms of work in the countryside. Field research in villages in the municipalities of Itabaiana, Campo do Brito and São Domingos, located in Agreste Central Sergipano are justified by the presence of subjects who remain on the land as a condition of life. However, at the same time, are inserted in the circuit of resale of goods as a need to realize the material conditions of life, or even, from temporary occupations, partial and unstable. The intrinsic precariousness of informality is expressed in the talk of peasants, as in the example of young farm workers, cooperative workers, those who work in flour houses or in trucks, those who are hired on demand to apply agro-toxins, and in fairgrounds that acquire vegetable, vegetable, and fruit production in supply centers. The word as an ideological sign, for Mikhail Bakhtin's Philosophy of Language, can reflect or refract a given reality. In the words of those interviewed, the search and need for better spaces and times for social reproduction are expressed as a locus of hope for a dignified and full life. The spectrum of informality mirrors the work as a burden, revealed as tiredness and guilt among the researched subjects, who justify the situation from the individual responsibility of each one.

Keywords: Work; flexible accumulation; informality; precarization; agricultural space;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sergipe: Localização dos povoados nos municípios visitados	27
Figura 2 – Esquematização sobre as estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível.....	88
Figura 3 – Taxa de informalidade no Brasil por UF, último trimestre de 2019	96
Figura 4 – Modelo de intervenção para formalização da economia informal, OIT, 2018	108
Figura 5 – Trabalho informal no mundo, 2016.....	109
Figura 6 – Camponeses em plantação de coentro, Povoado Agrovila, Itabaiana. SE	127
Figura 7 – Localizações dos Povoados Agrovila e Lagoa do Forno, Itabaiana	133
Figura 8 - Sede da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Lagoa do Forno, Itabaiana. SE	137
Figura 9 - Produção comprada no CEASA para a revenda em feiras, Lagoa do Forno, Itabaiana. SE	139
Figura 10 – Povoados mapeados cuja tendência agrícola baseia-se na produção de farinha de mandioca, Campo do Brito e São Domingos.....	142
Figura 11 - Jovens trabalhadores no manuseio de empacotadora na Sede da COOFAMA, Povoado Gameleira, Campo do Brito.....	146
Figura 12 - Sistema de irrigação em propriedade camponesa no Povoado Lagoa do Forno, Itabaiana. SE	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de estabelecimentos agropecuários em Sergipe (1920-1985)	115
Gráfico 2 – Hectares de área dos estabelecimentos agropecuários em Sergipe (1920-1985).....	116
Gráfico 3 – Número de estabelecimentos agropecuários em Sergipe de acordo com o tipo de cultura (1970-1985)	98
Gráfico 4 – Hectares de área por tipo de cultura em Sergipe (1970-1985)	99
Gráfico 5 – Taxa de informalidade no 1º semestre de 2019, segundo regiões e estados.....	115
Gráfico 6 – Itabaiana: área, número de estabelecimentos e pessoal ocupado na agropecuária (1960-2017).....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População urbana e rural no Brasil, 1940-2010 (em milhões de habitantes).....	76
Tabela 2 – Dados sobre mundo do trabalho no Brasil, último trimestre de 2019.....	95
Tabela 3 – Tempo de duração dos contratos formais de trabalho na agropecuária, 2017	100
Tabela 4 – Dados sobre o mercado de trabalho na Microrregião do Agreste de Itabaiana	122
Tabela 5 – Dados sobre trabalho na Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.	123
Tabela 6 – Dados sobre projetos de irrigação no município de Itabaiana. SE.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEASA – Central de Abastecimento

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICT – Índice de Condição de Trabalho

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

LATER – Laboratório de Estudos Territoriais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROGEO – Grupo de Pesquisa Produção do Espaço Geográfico e Relação Sociedade-Natureza

PSD – Partido Social Democrático

PSL – Partido Social Liberal

SRH – Superintendência de Recursos Humanos

STRI – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

PRÓLOGO	19
INTRODUÇÃO	23
 SEÇÃO I. O ‘FIO’ DA MODERNIZAÇÃO E OS ‘RASTROS’ DE PERMANÊNCIA CAMPONESA	 37
1.1. Um ponto de partida: a categoria trabalho	40
1.2. “Um outro Nordeste”: questão agrária e mundo do trabalho sob a ótica do desenvolvimento regional.....	49
1.3. Nas entrelinhas das palavras: os pares dialéticos arcaico-moderno e autonomia-heteronomia	77
 SEÇÃO II – ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, DESEMPREGO ESTRUTURAL E OS SENTIDOS DA INFORMALIDADE	 79
2.1. Individualização como face da precarização do trabalho	80
2.2. A informalidade à luz da aparência do não-valor	87
2.3. A informalidade em sua genética ao mundo do trabalho brasileiro	92
 SEÇÃO III – PARA ALÉM DE UMA QUESTÃO SEMÂNTICA: INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO	 104
3.1. Camponeses sergipanos nos liames de uma modernização excludente	110
3.2. O ser pluriativo como a negação da condição camponesa	124
 SEÇÃO IV – O ESPECTRO DA INFORMALIDADE E A CONDIÇÃO DOS CAMPONESES SERGIPANOS	 130
4.1. O espectro da informalidade e o (re) velar da condição (des) humana.....	132
4.2. As faces da condição informal.....	140
4.3. “Trabalhar para os outros” ou “trabalhar para mim mesmo”: a permanência camponesa.....	148
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS.....	166
APÊNDICES.....	172

PRÓLOGO

A atualidade do pensamento crítico na compreensão da realidade

Diante de tantos discursos e construções de uma realidade dita ‘pós-moderna’, ‘avançada’ e que se caracteriza pela aceleração do espaço-tempo, notícias como a do motoboy brasileiro morto em Londres após uma tentativa de roubo passam despercebidas nos noticiários e não tardam a sucumbirem na escuridão do esquecimento¹.

Londres, Inglaterra: a mesma metrópole que Engels descreve em “A Situação da Classe Trabalhadora...”, no século XIX, caracterizada pelo avanço da grande indústria e pela intensa exploração de trabalhadores – inclusive crianças e mulheres – sob regimes de trabalho extenuantes e pagamentos irrisórios para a plena satisfação de necessidades elementares para um ser humano, expõe a face bárbara do contínuo processo de acumulação capitalista na atualidade. A capital britânica como palco de atrocidades no mundo do trabalho precário é o espectro das metrópoles, cidades pequenas e médias, povoações e vilarejos do tempo presente. O avanço do sistema do capital estabelece como regra a busca do lucro desenfreado acima de qualquer outra regra, sem empecilhos que possa interromper. Sem nacionalismos, muros ou religiões. Para o capital, impõe-se um lema: “lucro acima de tudo, dinheiro acima de todos”.

Da mesma forma que a morte do motorista brasileiro, considerando esse fato em uma unidade de relações contraditórias, o filme “Bacurau”, do diretor Kleber Mendonça, expõe o drama vivido pelos habitantes de um vilarejo nordestino diante do avanço do ‘estranho’/estrangeiro, em uma série de assassinatos e a total negação humana: (falta de abastecimento de água, atendimento médico e educacional) possibilita leituras geográficas, sociológicas, econômicas e antropológicas em um viés crítico que considera o avanço do projeto neoliberal como mecanismo de expropriação da terra e subordinação do camponês através do capital financeiro. O fato deixa de estar circunscrito ao plano isolado – a morte de um motorista como ‘caso de violência urbana’ ou o premiado filme como ‘crítica sobre desigualdade social’ – para adquirir o plano processual: a morte e a crítica cinematográfica dentro de um contexto atroz de

¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48662030>. Acesso em: 08 jul. 2019.

pressão e repressão contra a classe trabalhadora – a partir das tentativas cada vez menos veladas de ataque aos parcos direitos conquistados historicamente através da luta operária internacional (cortes sociais intitulados ‘reformas’, culpabilização do sujeito em relação à própria situação de precarização, disseminação do discurso de segurança pública como princípio de defesa do armamento da população).

O cenário de incertezas e obscuridades que o Brasil atravessa, motiva debates, construções teóricas sobre o autoritarismo, a compreensão de Fascismo na atualidade do movimento de desestruturação dos partidos de esquerda, dos sindicatos trabalhistas e da política como um pensamento atrelado à construção da luta em prol da população explorada. Os temas e problemas se modificam de acordo com o movimento contraditório de transformação do real e, para a atualidade, afirma-se a defesa das categorias gestadas na crítica à Economia Política e fundamentação do método materialista histórico e dialético proposto por Karl Marx no século XIX.

Explicar a produção desigual do espaço em sua essência, sem as categorias que embasam o pensamento crítico marxista é restringir-se ao plano da aparência, da pseudoconcreticidade, que segundo Karel Kosik, em sua “Dialética do Concreto” é um “claro-escuro de verdade e engano”. A Geografia possibilita ajudar as pessoas a compreenderem o mundo em que vivem, como também a Sociologia, a História, a Psicologia, a Filosofia, a Ciência Política, a Antropologia e Economia, tão temidas e atacadas pela classe dominante e seus representantes, quão importantes e necessárias são para o povo oprimido que forma uma ampla, densa e explorada classe trabalhadora em todos os quadrantes do globo.

Entre palavras e parágrafos, as entrelinhas podem revelar e, ao mesmo tempo, ocultar: quem escreve? Por que escreve? Para quem escreve? Para além do plano individual, mune-se da perspectiva de método fundada no materialismo histórico e dialético para que tais questionamentos não se desvinculem de um projeto mais amplo, permeado de múltiplas relações que o inserem nas trincheiras do combate ao autoritarismo dentro e fora das universidades. O ‘eu’ parte de um contexto concreto de vida e de luta pela vida: camponês, filho de camponeses, uma lavradora que é feirante, um lavrador que perdeu seu emprego em um posto de gasolina e possui uma ‘casa de farinha’ para manter a renda familiar; desde cedo, estudante de ensino público – 1. Da creche à quarta série, em uma escola primária no próprio povoado, 2. Da quinta à oitava série, em uma escola municipal 3. O Ensino Médio em uma escola estadual, também na sede municipal, 4. A graduação de Licenciatura em Geografia

no Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe, em um município do agreste, 5. O mestrado em Geografia Agrária no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe...

Reticências: até onde eles podem levar? O relato de cunho pessoal, compartilhado para tantos semelhantes e, ao mesmo tempo, desconhecidos, confunde-se com outros relatos, de milhares, talvez milhões de brasileiros assistidos pelas políticas sociais de universalização do acesso à educação básica e superior. Estes relatos se entrecruzam com a história da nação, que, por sua vez, se entrecruza com a história mundial no âmbito do modo de produção capitalista. As reticências que delongam um curso constante fornecem as armas da crítica, pois nelas estão contidas toda a experiência de vida no passado e toda a perspectiva futura de mudança que a luta faz construir nos planos subjetivos e objetivos.

Falar de marxismo, de pensamento crítico, de transformação da realidade e combate ao autoritarismo, que, em tempos de barbárie capitalista, significa combate ao capital como relação social, combate ao ultraneoliberalismo e todas as forças manipuladoras que impõem discursos falseados de 'faça você mesmo', 'compita por seu sucesso', 'seja empoderado', é reafirmar o compromisso dos fundadores do materialismo histórico e dialético com a emancipação da sociedade a partir dos que sofrem. Assim, respondo as outras duas questões: por que escrevo e para quem escrevo? Na dura realidade de amadurecer rápido, esfomeado em compreender tantas desigualdades e contradições, desde as primeiras palavras escritas na pequena escola rural, hoje ameaçada de fechamento, e a dissertação de mestrado produzida sob custeio do CNPq, em uma universidade pública ameaçada pelos ditames do capital ressoados nas vozes de ódio e ignorância de 'representantes políticos', escrevo no plano coletivo, representante e representado por uma histórica classe de seres humanos explorados, humilhados e enganados que sustentam a riqueza usufruída por uma minoria. Aqui, a neutralidade se dissolve e é combatida, pois, em tempos tão obscuros, tomar posição e defender um ideal pressupõe ponto de partida de quem almeja a transformação.

É preciso estar ciente de que, diante da ofensiva contra o conhecimento, a universidade, a escola, os professores, o pensamento crítico e, desse modo, os trabalhadores, nossos inimigos não nos lerão: no máximo, ao lerem o título, conseguirão distorcer até a vírgula para declararem uma suposta legitimidade de suas ações nefastas. Como tudo que se contrapõe ao inimigo é considerado 'comunista', o

único receio que é preciso ter é não ser chamado assim. Desse modo, o escrever e a tomada de posição não devem se limitar aos planos acadêmicos – a história demonstra que a resistência se propaga à céu aberto, em praças, em ruas, reuniões e rebeliões.

O percurso teórico-metodológico de disciplinas na graduação e pós-graduação e o percurso de vida, juntamente com relações sociais estabelecidas em espaços de luta, trabalhos de campo a sindicatos de trabalhadores rurais, povoações nordestinas em que se observam a permanência e resistência da condição camponesa atrelada à terra como satisfação humana, no convívio com camponeses e trabalhadores urbanos em situação de precarização possibilitaram a escrita e a lucidez. Portanto, essa dissertação não deve ser declarada como posse de um único sujeito, pois está inserida em seu contexto de construção, entre os que estão sendo atacados e negados. Pensar criticamente significa considerar as múltiplas determinações que permeiam o espaço-tempo dos fatos, acontecimentos, transformações, sujeitos, relações, fenômenos e processos, e é isso que tanto incomoda os representantes do capital, nossos inimigos declarados desde a constituição do atual modo de produção. As reticências nunca estiveram tão certas...

INTRODUÇÃO

As palavras transmitem sentido e força distintos de acordo com o significado e a significação: condição camponesa, informalidade, moderno, arcaico, velho, novo, antiquado, obsoleto, retrógrado, etc. Na imensidão de vogais e consoantes, substantivos e adjetivos o que os definem baseia-se em fundamentação sobre a realidade, nos interesses de seus autores e na postura teórico-metodológica que definem correntes filosóficas. Entre sujeitos reais e ficcionais, a pesquisa debruça-se sobre dois questionamentos conceituais amplos, complexos e que instigam debates, embates e contrapontos: condição camponesa e informalidade.

Na narrativa “A Caverna”, de José Saramago, adentra-se uma parábola cuja leitura guia o leitor a entrar em contato com personagens tão reais quanto suas lutas por uma vida digna. Nesse sentido, o oleiro Cipriano Algor, sua filha Marta, seu genro Marçal e o cachorro Achado movem a compreensão sobre a funcionalidade do trabalho informal, pois a partir da relação de dominação estabelecida pelo Centro Comercial sobre o produto do trabalho da família do oleiro existe a compreensão sobre a luta de classes materializada em interesses antagônicos e relações de dominação que opõem Centro, com inúmeras lojas, cafés, fábricas, hangares, poeiras tóxicas, luzes, elevadores e apartamentos, e Olaria, com a casa, o forno construído pelo avô de Cipriano e uma amoreira. Em um primeiro momento da narrativa, a ordem de que o Centro aceite apenas metade da produção do camponês expõe os lados dessa unidade de contrários. O surgimento de louças de plástico, autênticas, leves e baratas, como justificativa para a ordem do Centro, desperta a perplexidade do oleiro, que proclama um manifesto de indignação:

Vejam esta situação, um homem traz aqui o produto do seu trabalho, cavou o buraco, amassou-o, modelou a louça que lhe encomendaram, cozeu-a no forno, e agora dizem-lhe que só ficam com metade do que fez e que lhe vão devolver o que está no armazém, quero saber se há justiça neste procedimento (SARAMAGO, 2000, p. 23).

A fala do camponês Cipriano expressa a negação do produto do seu trabalho, que no passado interessou ao Centro, e no presente é descartado pelos interesses sempre em consonância com a expropriação capitalista. A posição do oleiro e sua família diante da instabilidade relaciona-se ao que Marshall Berman (2007) discute ser

uma “unidade de desunidade”, em que as coisas estão em permanente desintegração, mudança, contradição, ambiguidade e angústia. O Centro se apresenta como parábola do mercado mundial, que tudo abarca em sua expansão constante, desperdiçando e devastando (inclusive força humana), capaz de tudo, “[...] menos solidez e estabilidade” (SARAMAGO, 2000, p. 16).

Todo processo social se constitui em uma história de classe e a luta em seu cerne se estabelece em um contexto de contradição. Em relação ao trabalho como valor de troca, o sujeito o naturaliza como exploração, marginalizando-se do processo produtivo, mas não marginalizado do circuito da mercadoria. Nesse contexto, se o valor de troca molda as relações sociais universais, o trabalho como única mercadoria capaz de produzir mais-valor é concebido como vocação: um resultado que finda quando se encerra o tempo necessário para produzir dinheiro a fim de se adquirir mais mercadorias. Berman (2007), em capítulo sobre a modernidade em Marx, argumenta que o escritor alemão aponta para a emergência de um mercado mundial que aglutina locais e regiões para a transformação do consumo e da produção capitalistas em necessidades internacionais, em que: “Camponeses e artesãos independentes não podem competir com a produção de massa capitalista e são forçados a abandonar suas terras e fechar seus estabelecimentos” (Ibidem, 2007, p. 113). Nesse movimento de dissociação do campesinato da terra e do trabalho concreto pode-se recorrer ao caso de Cipriano, na narrativa de Saramago (2000), pois enquanto a filha e o genro insistem na mudança para o Centro como solução dos problemas, o desespero e o cansaço de Cipriano expõem a sua insatisfação contra este, cujos gostos “[...] determinam os gostos de toda a gente” (SARAMAGO, 2000, p. 42), sendo assim, nutre-se o desejo de manter a Olaria em contraposição ao mundo de mentiras de plástico movimentado através da rapidez produtivista das máquinas. A busca por estratégias de inserção no mercado do Centro força Cipriano a fabricar bonecos, escolhendo modelos levando em consideração a facilidade do trabalho e o gosto presumível dos possíveis consumidores.

O diálogo entre o chefe do departamento de compras e o oleiro é esclarecedor do conflito histórico entre classes, pois a suspensão definitiva e irrevogável das compras dos produtos da Olaria e a devolução da produção excedente desperta a consciência de Cipriano contra o falso ordenamento do Centro, que não se importava com seu trabalho, ameaçando destruí-lo: “é isto o que somos para eles, zero” (SARAMAGO, 2000, p. 99). Como uma súplica pela condição camponesa, o oleiro

consegue persuadir pela aprovação da compra dos bonecos, como um teste inicial para ‘satisfazer os clientes’; nesse ponto da narrativa, em uma posição crítico-reflexiva, Saramago contextualiza, ao perceber a esperança do camponês, que este ainda não compreende que as conflituosas relações históricas entre capital e trabalho impõem interesses que transmutam gostos e necessidades – inclusive de seus produtos cerâmicos. A inevitabilidade de seu fracasso e o sofrimento mudo carregado pelo camponês narrado pelo escritor português, acompanhado nos seus pesadelos sobre estar dentro do forno da olaria para ser incinerado como um mero objeto em desuso, desperta o olhar crítico sobre a expansão das relações capitalistas de produção, através do aparato tecnológico da atual fase de acumulação do sistema.

A constante inovação das forças produtivas, ao mesmo tempo em que busca saídas para a crise estrutural do capital para continuar extraindo mais-valor em um espaço-tempo cada vez mais comprimido e desumanizado, também acentua as contradições do próprio capital, que prescinde de força física, nervos, cérebros e músculos (MARX, 2017). Desse modo, os que afirmam um futuro sem trabalho (e, conseqüentemente, sem história) estão condenados à refutação desde já, pois mesmo que as inovações permeiem as múltiplas escalas da humanidade, a intensificação da exploração do trabalho humano em todo o planeta persistirá. Concorde-se, mais uma vez, com Berman (2007, p. 11), quando este afirma que:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.

A realidade como ponto de partida delinea o objeto de estudo a ser dissertado: a condição camponesa sob o espectro da informalidade. As palavras ‘condição’ e ‘espectro’ não se inserem ao acaso, mas enquanto fundamentação entremeada no sentido de luta que o método materialista histórico e dialético possui: a condição camponesa é produto histórico de um processo contraditório de produção do espaço e, ao mesmo tempo, é o modo de vida que se materializa na terra e no trabalho como valor de uso, da constituição do ser social ontológico em sua indissociabilidade com a natureza. O espectro é a visão fantasmagórica, ocultada e que distorce o real-concreto: a informalidade emerge em seu sentido desumanizador, não como ‘oportunidade’, ‘renda extra’ ou ‘pluriatividade’. Além disso, o caráter espectral

possibilita compreendê-la enquanto estrutural ao campo brasileiro, como parte da história da acumulação capitalista no país. Na disseminação do moderno-capitalista subordina-se a terra e a produção na sociabilidade do capital, enquanto a autonomia do campesinato é contraposta pelos que defendem seu fim e suposta mutação em pluriativo, ‘pequeno produtor’ e ‘microempreendedor’.

A princípio, as localidades visitadas são aquelas em que a condição camponesa perpetua-se através da permanência dos que cultivam e ‘vivem da terra’. A terra fornece os meios de subsistência e os de trabalho para o homem, porque ela “[...] é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano” (MARX, 2017, p. 257). O substrato que prescinde o trabalho humano e toda a produção do espaço é a terra.

Ao mesmo tempo, sem deixar de relacionar com as transformações do/no mundo do trabalho a partir de um contexto de acumulação flexível do capital, em que cada vez mais presencia-se, tanto no urbano, quanto no rural, a expansão de trabalhos informalizados, caracterizados pela precarização/precariedade de suas formas laborais – ofícios de curta duração, ‘bicos’, trabalhos que não estão associados à terra (plantio e cultivo).

O embasamento teórico-metodológico incluiu visitas técnicas aos sindicatos dos trabalhadores rurais e entrevistas aos presidentes das respectivas instâncias como parte do processo de compreensão sobre a luta e organização trabalhista no campo. Na maioria dos municípios brasileiros, estes espaços são os únicos que garantem a proteção de seguridade social e previdenciária para os camponeses, à despeito da disseminação de discursos de desconstrução das metas e objetivos sindicais.

As povoações incluídas estão localizadas no Território do Agreste Central Sergipano, onde prevalece uma estrutura fundiária de minifúndios, com uma ampla população camponesa em permanência em suas poucas tarefas de terra. Esse Território, nos marcos do Governo Estadual, é formado pelos municípios de Itabaiana, Campo do Brito, São Domingos, Areia Branca, Moita Bonita, Malhador, Frei Paulo, Ribeirópolis, Carira, São Miguel do Aleixo, Macambira, Pedra Mole, Pinhão. Contudo, para as delimitações da pesquisa, os municípios não serão analisados em sua completude, mas algumas povoações em que se possa compreender como a

simbiose moderno/arcaico se encontra atrelada à precarização do trabalho no campo, e, conseqüentemente, como perda da condição da vida camponesa.

O objetivo geral da dissertação se constitui em compreender a condição camponesa sob o espectro da informalidade. Os objetivos específicos incluem, respectivamente: inferir sobre as multideterminações das relações informais de trabalho no contexto de crise estrutural do capital; relacionar as formas de inserção laboral dos camponeses aos rebatimentos na unidade de produção familiar; e identificar expressões da informalidade do/no trabalho nas povoações de análise.

A realidade de povoados do Agreste Central Sergipano, em específico, nos municípios de Itabaiana, Campo do Brito e São Domingos encaminham os objetivos propostos. Localidades em que predominam a pequena propriedade e o policultivo: a terra e o trabalho emergem enquanto categorias fundantes da compreensão sobre condição camponesa. Na Figura 1 que se segue estão as respectivas áreas da pesquisa:

Figura 1 – Sergipe: Localização dos povoados nos municípios visitados



Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Os questionários e entrevistas aos camponeses que habitam as povoações de Lagoa do Forno e Agrovila no município de Itabaiana, Gameleira, Pilambe e Cercado em Campo do Brito e Tapera no município São Domingos fundamentam a compreensão sobre o espectro da informalidade. Para tanto, discute-se e contextualiza-se as falas e respostas consoante com o valor da palavra em seu sentido ideológico. Por não ser neutra, a palavra é a mais alta representação dos interesses que os sujeitos expressam. Ela não se restringe ao plano individual, mas o tem como ponto de partida para interpor-se ao plano coletivo. A realidade expressa no revelar/ocultar da condição camponesa e do espectro da informalidade informa que os sujeitos considerados pela pesquisa não estão ao acaso, nem devem ser naturalizados em suas rotinas, pois são considerados como históricos, interativos e inseridos na materialidade da vida social, na conflitualidade de uma sociedade cada vez mais cindida em classes que se antagonizam. Entre homens e mulheres que dialogam e fundamentam o escrito estão proprietários de pequenas tarefas de terra que estão imersos na polissemia de ocupações informais: desde aqueles que aplicam veneno ou colhem a produção em meses pré-determinados, os que necessitam revender uma produção comprada em centros de abastecimento ou a partir dos “atravessadores”, até aqueles que são contratados para serem caseiros em chácaras.

Os procedimentos metodológicos envolveram a aplicação de 40 questionários e entrevistas, cujas perguntas podem ser consultadas no Apêndice B ao final do escrito. Os autores que fundamentam o texto dissertativo estão sistematizados no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Sistematização dos conceitos fundamentados e respectivos autores

CONCEITOS FUNDAMENTADOS	AUTORES
CONDIÇÃO CAMPONESA	Alexandrina Luz Conceição (1991; 2007), Martins (1975; 1993), Antonello (2001), Diniz (1993), Muller (1980) e Shanin (2008).
MUNDO DO TRABALHO	Marx (2017), Engels (2010), Harvey (2012), Antunes (2020), Tavares (2015), Alves (2007), Moreira (2013) e Pinheiro (1977).

INFORMALIDADE	Malaguti (2000), Soares (2003) e Tavares (2015).
PRECARIZAÇÃO E PRECARIIDADE	Alves (2007), Antunes (2020)
MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA	Delgado (2001; 2005), Martini (1991) e Vanessa Dias de Oliveira (2007).
DESENVOLVIMENTO	Furtado (2007), Berman (2007), Galeano (2017), Chico de Oliveira (1990; 2008a; 2008b) e Josefa de Lisboa Santos (2007).
DESEMPREGO ESTRUTURAL	Hobsbawm (1996), Mészáros (2011), Menezes (2007); Netto; Braz (2012)

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2019

Além de trabalhos de campo e entrevistas, os procedimentos metodológicos envolveram o levantamento de dados nas bases digitais do IBGE, DIEESE e OIT e a análise das falas a partir da Filosofia da Linguagem em Bakhtin (1981). Para o autor supracitado, a palavra é o indicador mais sensível de captação das transformações sociais, e enquanto enunciação pode refletir ou refreter a realidade: distorcendo-a ou sendo fiel a esta: “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN, 1981, p. 21).

O trabalho é a categoria central da análise sobre a realidade, e, ao considerarem-se as condições materiais de vida como intrínsecas ao signo ideológico expressam-se na fala/palavra a partir da afirmação/negação da realidade.

Em sua dissertação² e, posteriormente, em tese de doutoramento³, Menezes (2007; 2016) evidencia a importância da centralidade da categoria trabalho para os estudos críticos em Geografia. No primeiro escrito, o autor argumenta que a reestruturação do capital se configura em lema dos líderes políticos sobre a economia mundial. Nesse contexto, são os sujeitos do mundo do trabalho os mais afetados; nas palavras do autor: “o que existe por trás do capital, do lucro e do mercado é essencialmente o trabalho, trabalho barato e miserável” (MENEZES, 2007, p. 19).

² MENEZES, Sócrates Oliveira. De “**Supérfluos a Sujeitos Históricos**” na **Contramão do Capital**: a Geografia do (des) trabalho. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGEIO, São Cristóvão, Sergipe, 2007.

³ _____. **O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

Desse modo, com a síntese dialética abstrato-concreta, a pesquisa analisou a realidade do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), inserida nas relações contraditórias e combinadas do mundo do trabalho no contexto de crise estrutural. As tecnologias, as luzes que cegam, autopistas, arranha-céus e toda a simbologia de progresso encobrem a real situação do sujeito, que agora se vê desnudado, no sentido de enfrentar a realidade de que a sua força de trabalho não pode ser comercializada, pois bilhões ao redor do mundo também fazem o mesmo. O desemprego, nesse sentido, não é a falta de emprego, mas uma realidade inserida nas contradições históricas do capitalismo, portanto, trabalho. Esse quadro é comprovado quando se sabe que mais de 60% dos brasileiros vivem da economia informal, sem proteção social e direitos ante o Estado. Os trabalhadores informais – andarilhos e supérfluos em seu âmago – necessitam valer-se da criatividade e do impulso pela sobrevivência para adquirir mercadorias e meios de compra e venda no mercado, a fim de permanecerem na constante metamorfose de valores do capital, em que tudo, até mesmo a honra e a dignidade pessoais são transmutados em valores de troca.

Na tese, por sua vez, ao expor o trabalho nas fissuras da crítica geográfica, Menezes (2016) defende a tomada dessa categoria como fundamento para a explicação do tempo presente, crítico em sua essência. Contudo, é preciso ressaltar que o processo de internalização disciplinar após a renovação no/do pensamento geográfico brasileiro nega o trabalho ao concebê-lo como categoria não-geográfica, e, desse modo, contraposta a uma epistemologia própria. Na banalização do uso do conceito de técnica e de meio técnico-científico-informacional como tentativa de aplicá-los ao espaço, sobrevalorizado como única e coerente categoria geográfica, o trabalho é considerado como uma “má herança marxista”, portanto, um dogma a ser banido dessa “Nova Geografia” (MENEZES, 2016).

Os críticos ao marxismo afirmam que o mundo atual está cada vez mais distante do trabalho e das classes sociais consideradas pela leitura marxiana (EAGLETON, 2012); todavia, desconsideram o fato de que: “A classe altera sua composição o tempo todo, mas isso não significa que tenha desaparecido sem deixar vestígios” (Idem, p. 98). Uma interpretação que apreenda a dialética do trabalho em Marx não aprisiona as categorias universais a um recorte temporal específico. A

própria noção de proletariado⁴ não se encontra restrita ao trabalho braçal masculino das fábricas inglesas do século XIX, pois a mudança é inevitável no movimento de renovação dos padrões acumulativos do sistema. De acordo com Eagleton (2012), uma das críticas ensejadas ao marxismo é de que se reduz a um pensamento restrito ao mundo das fábricas inglesas do século XIX⁵, e, desse modo, defasado, pois o mundo contemporâneo se encontra menos classista e com uma melhor qualidade de vida. Contudo, esquece-se que, enquanto método de compreensão do real em sua totalidade, o materialismo histórico e dialético fundado no marxismo é a crítica mais rigorosa e abrangente ao capitalismo, contribuindo para a leitura sobre as distintas formas históricas do capital. Para o ano de 2018, as estimativas da OIT calculam entre 2 a 3 bilhões de operários no mundo, formados principalmente por uma população informalizada em expansão, desempregados ‘ocasionais’ sujeitos a uma variedade de ocupações precarizadas. Essa polissemia intrínseca ao mundo do trabalho no contexto de acumulação flexível não é estranha ao modo de produção, mas funcional ao movimento de concentração da riqueza em menos mãos e o espraiamento da pobreza em ritmo acelerado. Em seu “Marx Estava Certo”, Eagleton (2012, p. 102) comenta que:

Na América Latina, essa economia informal emprega mais da metade da força de trabalho. Esses indivíduos constituem um proletariado informal que se mostrou capaz de organização política, e, caso chegassem a se revoltar contra as condições miseráveis em que vivem, não há dúvida de que o sistema capitalista mundial seria sacudido até as raízes.

A terra e o trabalho, negados ao sujeito camponês força à inserção ao mercado de produção, circulação e consumo de mercadorias, tão supérfluas quanto o próprio ser humano nessa nova lógica de vida. O trabalho extenuante, dia e noite, “[...] interrompendo apenas para comer e dormir” (SARAMAGO, 2000, p. 207) obriga Cipriano (personificação do camponês expropriado) a dominar técnicas inúmeras, desde a fabricação dos moldes para os bonecos até a quantidade exata de água e

⁴ O termo original advém das mulheres que eram pobres demais para servir ao Estado com algo além dos seus úteros – “Prole” originando-se de “filho” (EAGLETON, 2012).

⁵ Eagleton (2012, p. 14) questiona: “por que desqualificar uma teoria que encara a mudança como a própria essência do sistema?” (Idem), argumentando que, a partir dos anos 70, as identidades locais, de gênero e etnia ficaram mais insistentes. O abandono ao marxismo se explica como fruto da desilusão sobre a possibilidade de uma alternativa ao capitalismo, alimentando a cultura do pós-modernismo e o descarte das grandes narrativas.

barro para a encomenda do Centro. Contudo, as esperanças do camponês são novamente contrapostas quando o mesmo Centro decide abrir um inquérito para avaliar os gostos e necessidades de sua população sobre os bonecos de argila, aceitando a compra de metade da produção. Nesse ponto da narrativa, a mudança para o Centro se torna inevitável, confirmando-se com os resultados negativos após a pesquisa sobre os produtos cerâmicos de Cipriano. A negação da condição camponesa que acompanha o texto literário de Saramago através da expulsão de Cipriano deve ser compreendida como negação do trabalho concreto em favor da inserção da unidade familiar na lógica fantasmagórica da mercadoria. Se no passado, o mercado determina e sujeita a produção da Olaria, a partir da mudança para o Centro e da negação do trabalho camponês, não existe saída que não a inserção no circuito de consumo das inovações do Centro⁶.

De acordo com Moreira (2013), a sociedade nasce do trabalho; porém, no mais recente modo de produção, o capital como relação social dissocia sua condição de *opus*, ou seja, ontologicamente intrínseco ao ser social, para torná-lo atividade laborativa determinante para a reprodução acumulativa, que estabelece profissões e cisões entre os que formam a classe trabalhadora. Um processo que não surge na atualidade, ou muito menos, um fato histórico restrito a um período, mas que acompanha a sociedade capitalista, pois é a condução do seu perpétuo metabolismo.

Para que haja acumulação e transformação do dinheiro e da mercadoria em capital é preciso o confronto entre donos dos meios de produção e trabalhadores livres vendedores de sua força, pois: “A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 2017, p. 961). Essa cisão, além de ser conservada, necessita ser reproduzida em escala maior de tempo e de espaço, encurtando o relógio na realização de valor e expandindo suas relações de exploração sobre o globo.

A leitura marxiana oferece a compreensão sobre a constituição do capitalismo como modo de produção dominante, mostrando que a partir da dissolução da estrutura econômica feudal é que a precedente ganha seus contornos. A formação de um exército de trabalhadores livres para a exploração se constituiu através da libertação do servo em relação à gleba. Contudo, Marx (2017) argumenta que estes só se tornam vendedores de si mesmos quando todos os meios de produção e as

⁶ Um dos lemas do Centro espelha a sociedade do espetáculo baseada no consumo: “Traga seus amigos, desde que comprem” (SARAMAGO, 2000, p. 312).

garantias de existência das instituições feudais tenham sido roubadas, e conclui: “E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2017, p. 962).

Daí reitera-se que o capitalismo foi gerido dentro do modo antecedente, e não como ruptura total do passado feudal⁷. “A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” (MARX, 2017, p. 963), que se inicia na Inglaterra em sua forma clássica, mas não se encerra nesse país, e muito menos se apresenta com as mesmas características nos demais quadrantes do globo. Quando Marx descreve que a expulsão camponesa na Inglaterra para que suas terras comunais se transformassem em pastagens para ovelhas em consonância com a expansão da manufatura da lã em prol da nova nobreza, aponta para um movimento histórico de violência e expropriação contra o campo, que ganha novos elementos à medida que as forças produtivas são inovadas e o conflito capital versus trabalho se aguça: “O que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, 2017, p. 968). As leis de cercamentos de terras comunais, com a usurpação e Revolução Agrícola tornam os camponeses cada vez mais empobrecidos e sem possibilidades de satisfazerem as condições mais elementares da vida. Esse processo de roubo e terror são as bases para a agricultura capitalista que oferece um proletariado livre para a indústria urbana.

A expulsão da população camponesa cria o mercado interno, através da consumada cisão entre agricultura e manufatura proporcionada pela grande indústria. Contudo, o capitalismo não se constituiria enquanto modo de produção ‘global’ sem a incorporação de novos espaços para a acumulação, pois, conforme Marx (2017, p. 998):

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista.

⁷ De acordo com José de Souza Martins (2010): “A vulgarização da obra de Marx, particularmente no que se refere à transição do feudalismo ao capitalismo, empobreceu os estudos e interpretações sobre as diferentes realidades sociais e históricas que passaram a ser objeto de interesse de pesquisadores familiarizados com as complexidades da obra do autor alemão, que, por isso mesmo, reduziram-se a uma interpretação evolucionista e linear” (Idem, p. 7).

Nesse movimento, o espaço-tempo do camponês é gradativamente dissolvido de suas relações de troca da produção para ser incorporado à lógica mercantil, em que o dinheiro circula e a produção serve somente de mediação para o seu render. É nesse mover-se do trabalho abstrato sobre o trabalho concreto, que: “a indústria e a agricultura foram levadas, assim, a separar-se territorialmente, separando em funções econômicas diferentes cidade e campo [...]” (MOREIRA, 2013, p. 136).

A consolidação das relações capitalistas de produção passa pela transição de uma espacialidade temporal vinculada ao autoconsumo, e, desse modo, usufruída em sua completude para a realização desse fim, em direção a um espaço-tempo diferencial, cuja fragmentação e individualidade são aprofundadas, ao mesmo tempo que se aprofundam as contradições do sociometabolismo do capital. Na fundamentação de Moreira (2013, p. 136):

O trabalho concreto e o valor de uso sendo incorporados a esta lógica, o trabalho concreto fragmentando-se e se intercomplementando no leque de especializações do trabalho abstrato, encarnado na divisão tecnoterritorial do trabalho, e o valor de uso se amoldando ao juízo do jogo de realização do valor no âmbito do consumo do mercado.

Para a realização de mais-valor em sua forma relativa, a sociedade do trabalho perpassa metamorfoses que ultrapassam os limites urbano-industriais, abarcando, desse modo, o campo. Com isso, o reordenamento da espacialidade campo-cidade implicou na integralização do trabalho urbano, na espacialização do trabalho e de seu excedente locacional em modalidades as mais distintas (MOREIRA, 2013).

Todavia, compreender o espectro da informalidade a partir da condição camponesa, através das realidades que acompanharam a pesquisa de campo, é valer-se do conceito de acumulação flexível, em um contexto de mundialização do capital. A expansão da informalidade, tanto no campo, quanto na cidade, condiz com as diretrizes de um novo modelo de acumulação, que agudiza o conflito capital versus trabalho, com o desmonte trabalhista, a generalização da instabilidade laboral e a individualização do/no mundo do trabalho a partir da ampliação do exército industrial de reserva. A informalidade no campo, contudo, possui na categoria terra, distinções que encontram respaldo na permanência camponesa.

Quando o camponês Cipriano afirma: “Não tenho nada para lhe oferecer, sou uma espécie a caminho da extinção, não tenho futuro, não tenho sequer presente” (SARAMAGO, 2000, p. 300), a consciência sobre a exploração do Centro contra ele

movimenta sua luta para a confrontação daquele ordenamento, cujo clímax é a descoberta de um subterrâneo no Centro com seis pessoas mortas e atadas sobre um banco de pedra. Todavia, o que Saramago quer informar com essa alegoria? Seria uma suposta caverna de Platão escavada pelos técnicos do Centro e guardada como segredo?

Todo o conflito vem à tona quando o personagem principal constata que “Essas pessoas somos nós” (SARAMAGO, 2000, p. 334). Os sinais de fogo e de uma provável olaria naquele local serve de constatação para o que se sucedeu: a negação da condição camponesa foi responsável pelo extermínio da sociabilidade comunitária. Portanto, o trabalho assume centralidade, pois o retorno dos personagens para o campo e a decisão de vagar em busca de alguma ocupação são tentativas iniciais de contraposição ao Centro. A resistência de Cipriano não se encerra como permanência em si, mas como confronto diante de pressões ideológicas para a desintegração (CONCEIÇÃO, 1991), pois: “É na terra e na unidade de produção familiar que se encontram a garantia de sobrevivência e de produção – a resistência como ‘camponês’ se relaciona à apropriação dos meios de produção” (Ibidem., 1991, p. 4).

O mundo capitalista constituído de artificialidades da mercadoria impostas pelo Centro como única saída para uma vida digna, e, portanto, o consumismo como regra, descarta a condição plenamente humana - humanização a partir do trabalho concreto -, para transformar o próprio ser camponês em mercadoria; sombras prisioneiras da produção de riqueza enquanto padecem em pobreza. E mesmo que se tente buscar formas de contrapor-se ao sistema da mercadoria, fada-se ao processo de reinserção através da constante renovação dos mecanismos de realização do lucro.

Para o alcance dos objetivos propostos, a dissertação encontra-se organizada em quatro seções, além do prólogo, introdução, considerações finais, referências e apêndices. A primeira seção **O ‘FIO’ DA MODERNIZAÇÃO E OS ‘RASTROS’ DE PERMANÊNCIA CAMPONESA** propõe compreender a simbiose moderno-arcaico na expansão das relações capitalistas de produção no Brasil após a mudança no padrão acumulativo nos anos 30 e como o discurso de ‘desenvolvimento’ no campo aprofunda o espectro da informalidade e precarização. A segunda seção intitula-se **ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, DESEMPREGO ESTRUTURAL E OS SENTIDOS DA INFORMALIDADE**, com fundamentação sobre como desemprego e o trabalho informal não se dissociam em um contexto mundial de crise estrutural. O mundo do

trabalho é permeado pela fragmentação, instabilidade e disseminação de discursos falseados sobre ‘tornar-se patrão de si mesmo’. Uma terceira seção intitulada **PARA ALÉM DE UMA QUESTÃO SEMÂNTICA: INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO**, que aprofunda o conceito de informalidade e seu nexos aos sentidos da precarização do trabalho, indo além da semântica da palavra e abarcando a complexidade dos exemplos encontrados ao longo da pesquisa. A quarta e última seção intitula-se **O ESPECTRO DA INFORMALIDADE E A CONDIÇÃO DOS CAMPONESES SERGIPANOS**, na qual questiona-se a informalidade enquanto ‘questão urbana’ para compreendê-la como espectro que ronda o mundo do trabalho. No campo, em suas distintas formas, o trabalho informal subordina o camponês aos ditames do mercado e dissocia a autonomia da terra como fonte de sustento.

SEÇÃO I. O 'FIO' DA MODERNIZAÇÃO E OS 'RASTROS' DE PERMANÊNCIA CAMPONESA

“Ao sucumbirem uns e vitoriarem-se outros, mudam os heróis, o contexto e a tragédia: não é Prometeu acorrentado porque desafiou Zeus, mas Zeus conjurando todas as divindades, porque aquele que foi subjugado cresce na subjugação” (**Crítica à Razão Dualista**, Francisco de Oliveira, 2008, p. 127).

Ao argumentar sobre a grande indústria e a agricultura, Marx (2017) nos escreve que o progresso da agricultura capitalista é responsável pelo empobrecimento dos trabalhadores rurais, em uma dispersão cada vez maior e capaz de alquebrar sua capacidade de resistência:

[...] todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (MARX, 2017, p. 573).

A máquina capitalista foi pensada para ser o signo da dominação do capital, sua forma está permeada de um conteúdo: subsunção do trabalho vivo⁸. A ideia de modernização que perpassa o século XX foi responsável pela racionalização do trabalho, humanizando-o no sentido de transformar a exploração humana em mecanismo falseado de extração de mais-valor no contexto de sociedade de consumo em massa. Ao homem enquanto indivíduo moderno é inculcada a ideologia da liberdade e igualdade, como sujeito de direitos políticos. Aos sindicatos e demais representações políticas de organização da luta trabalhista reserva-se o papel de pressionar por melhores salários na perpetuação da lógica consumista restrita aos países de capitalismo avançado e a renúncia do objetivo histórico de contestação da ordem sociometabólica vigente. Aos camponeses dissemina-se a ideia de superação da própria condição para transmutar-se em pequeno produtor/empreendedor, ao mesmo tempo em que a máquina aglutina terras, o espaço de reprodução do campesinato é diminuído. As relações não-capitalistas de produção são subordinadas

⁸ “Por isso, a máquina a ser utilizada no comunismo é uma máquina diversa daquela que é utilizada no modo capitalista. As máquinas que conhecemos são produto de uma tecnologia (e também de uma ciência) que foi toda pensada sobre a base do pressuposto do trabalho humano estranhado. A emancipação envolve, deste modo, alterar o próprio processo de conhecimento e de realização técnica” (ALVES, 2007, p. 55).

ao mercado, pois revelam o porvir do sociometabolismo do capital enquanto avidez por mais terra e mais trabalho para a sua perpetuação.

A modernização que se impõe a partir de um suposto planejamento em prol da integração nacional e, conseqüentemente, da superação do 'estágio de subdesenvolvimento'⁹ do Brasil, em seu cerne, contribui para a expropriação da terra e do trabalho camponês, como negação da condição de ser/estar no campo e do princípio moderno-socialista de não separar os meios de produção de quem produz.

O moderno-capitalista é a destruição de qualquer tentativa de socialização dos meios de produção, da terra e do trabalho como concreção do desenvolvimento de cada um como princípio de transformação da realidade, e, portanto, afirmação de um mundo que necessita reger-se de regras e leis que fortaleçam aqueles que representam o capital como relação social e seus grilhões em forma de interesses dominantes e extração de lucro.

No campo, o processo de reprodução ampliada do capital manifesta-se na subordinação direta e indireta do trabalho camponês ao mercado capitalista, seja na expansão do agronegócio, ou, no exemplo dos minifúndios, com a oferta da produção para a venda e aquisição de insumos tecnológicos para produzir (OLIVEIRA, 2012).

Na instrumentalização do trabalho e da natureza à lógica capitalista de mercado, o processo de apropriação do espaço passa a ser mundializado. A expansão da produtividade e, em seu bojo, da tecnologia informacional, se encontra concatenada ao aumento do trabalho vinculado à informalidade, com seres de baixo valor de uso, como mulheres, crianças e camponeses, forçados a se inserirem no mercado para participarem do circuito de produção, circulação e consumo de mercadorias. Na reflexão de Oliveira (2012, p. 32) sobre a mediação homem-natureza através do trabalho, depreende-se que: "A tecnologia na perspectiva de valorização do capital é constantemente inovadora, revolucionária. Todo seu aprimoramento é

⁹ O objetivo não é aprofundar o debate sobre o subdesenvolvimento em si; porém, para que se explicita a perda da condição da terra como perda da condição de vida camponesa se faz necessário compreender o discurso tecnicista-modernizador defendido e posto em prática pela classe dominante brasileira em parceria com o capital monopolista a partir do século XX. Nos 'fios modernizantes' de uma sociedade capitalista estruturada no desenvolvimento desigual e combinado do espaço, convém salientar que os 'rastros de permanência' de camponeses inseridos na lógica capitalista configura-se em realidade concreta da dialética arcaico-moderno na questão agrária brasileira. Os debates postos em evidência por Francisco de Oliveira, Eduardo Galeano, Celso Furtado, Alexandrina Luz Conceição, Vanessa de Oliveira Dias, Josefa de Lisboa Santos, Geraldo Muller, George Martini, José de Souza Martins, Inaiá Moreira de Carvalho, Paulo Sérgio Pinheiro e Guilherme Delgado contribuíram na elucidação das relações – 'fios' – entre modernização e condição camponesa.

acompanhado de um aumento da divisão social e territorial do trabalho, a qual é fonte de todas as alienações”.

O que significa a modernização a partir da introdução do discurso de “Revolução Verde”, senão a cisão entre camponês, terra, trabalho e o produto final desse processo? A terra como meio, movimento e fim para a perpetuação da condição social do campesinato é incontestável diante dos movimentos históricos de luta e enfrentamento contra o capital monopolista. Nessa luta, a moderna sociedade burguesa é a expressão de uma realidade em que, nas palavras de Berman (2007, p. 118): “Catástrofes são transformadas em lucrativas oportunidades para o redensenvolvimento e a renovação; a desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora”.

A chamada ‘modernização conservadora’, no âmbito da política econômica ditatorial brasileira, que fomenta todo um arcabouço tecnológico de introdução de maquinário e venenos para o campo integra o planejamento regional capitalista pensado desde os anos 50, e que significou uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital.

Assim como assustam a todos com fantasias a respeito da voracidade e desejo de vingança do proletariado, eles próprios, através de seus inesgotáveis empreendimentos, deslocam massas humanas, bens materiais e dinheiro para cima e para baixo pela Terra, e corroem e explodem fundamentos da vida de todos em seu caminho (BERMAN, 2007, p. 124).

Um mundo aterrorizador, fora de controle e sob a ameaça constante de destruição, tão próximo ao cotidiano de cada um de nós, que deve ser condicionado a não revelar de imediato o seu lado oculto. O século XX, em seus extremos, imprime no tempo histórico o conflito capital *versus* trabalho, a partir da busca desenfreada da classe burguesa internacional em solucionar as contradições da acumulação capitalista, prolongando os efeitos das crises econômicas e as considerando como externas ao próprio sistema do capital.

Enquanto a ideologia do ‘bem-estar social’ figura como momento de realização do capital na valorização de valor, geograficamente limitado ao centro capitalista – Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão -, apresentando-se de modo desigual entre os habitantes desse círculo restrito de países, para o submundo formado pela classe trabalhadora, imensa maioria da humanidade, exporta-se a ideia de superação da

condição ‘subdesenvolvida’ através da racionalidade moderna distorcida em favor do capital.

O suposto progresso representado pelo fomento ao maquinário, a disseminação de técnicas e insumos agrícolas e a constituição de uma base moderna emergem como mecanismos de perpetuação da desigualdade no campo brasileiro. A pobreza, a desigualdade e a precariedade do trabalho são intensificados, revelando a face oculta da falácia ‘civilizatória’.

1.1. Um ponto de partida: a categoria trabalho

A segunda seção do Livro I de “O Capital” dedica-se ao processo de transformação do dinheiro em capital, argumentando sobre as diferenças entre o que Marx denomina ‘ciclos’ (M-D-M e D-M-D):

O ciclo M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e conclui-se com o extremo de uma outra mercadoria, que abandona a circulação e ingressa no consumo. O consumo, a satisfação de necessidades – em suma, o valor de uso –, é, assim, seu fim último. O ciclo D-M-D, ao contrário, parte do extremo do dinheiro e retorna, por fim, ao mesmo extremo. Sua força motriz e fim último é, desse modo, o próprio valor de troca (MARX, 2017, p. 226).

Trocar dinheiro por dinheiro é uma realidade absurda para o capitalista, pois retorna-se ao mesmo valor investido no início do processo. Portanto, de acordo com Marx (2017), a partir do exemplo do algodão, esse produto deve ser revendido por uma quantidade de valor maior do que aquela do início, para que mais dinheiro seja retirado da circulação: “Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*)” (MARX, 2017, p. 227).

A quantidade de dinheiro, seja ela qual for, só pode ser capital ao cumprir a função de comprar mercadorias para que sejam revendidas por um valor excedente ao do início; ou seja, dinheiro em um circuito de produção, circulação e consumo. O ciclo não se encerra em si mesmo, pois o dinheiro emerge como retorno ao início do movimento do capital, essencialmente desmedido. Desse modo, na perspectiva marxiana, o dinheiro em si não é capital, pois só se atribui tal característica quando

assume a forma da mercadoria na circulação, com o objetivo do capitalista em produzir mais-valor (D').

Se na forma simples de circulação M-D-M, ambas as partes saem ganhando, tanto o comprador, quanto o vendedor, o mesmo não ocorre na situação D-M-D', pois enquanto houver igualdade, não haverá lucro para o capitalista. De acordo com Marx (2017, p. 235): "No mercado de mercadorias confrontam-se apenas possuidores de mercadorias, e o poder que essas pessoas exercem umas sobre as outras não é mais do que o poder de suas mercadorias".

Todavia, a simples circulação ou troca de mercadorias não é capaz de produzir valor, e, ao mesmo tempo em que o capital não tem origens na circulação, contraditoriamente, tem de ter origem nela. O capital só pode condicionar-se enquanto tal, quando o possuidor de dinheiro tem em mãos a força de trabalho como mercadoria, pois é nela que se encontra a característica peculiar de criação do valor.

Por força de trabalho, Marx compreende como "[...] o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*leiblich keit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo" (Ibidem, p. 242). Essa força viva está atrelada à figura do ser humano e só pode ser funcional à produção de capital quando o homem se apresentar como um livre vendedor da própria força como única mercadoria, calculada de acordo com o tempo necessário para a produção dos meios para a sua existência.

No percorrer de 'O Capital', quando se chega ao quinto capítulo¹⁰, dedicado ao processo de trabalho e de valorização, já de início, define-se trabalho como "[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza" (Ibidem, p. 255). O trabalho humano distingue-se dos demais trabalhos realizados por outras espécies pela capacidade da prévia-ideação sobre seu resultado final, pensando-o e produzindo aquilo que for necessário às suas satisfações. Desse modo, parte-se do princípio de que o trabalho é a categoria fundante do ser social, que possibilita compreender a espécie humana como tal, pois não é somente a transformação da natureza, mas a autotransformação do ser enquanto natureza.

A categoria trabalho deve ser distinguida do trabalho abstrato que caracteriza a sociedade capitalista, pois a primeira carrega um sentido histórico-ontológico que

¹⁰ Seção III – A produção de mais-valor absoluto;

significa indissociabilidade entre sociedade e natureza, sujeito e objeto, trabalho e homem.

O trabalho, em sua essência, condiz com a autorealização humana, não somente no plano individual - do desenvolvimento pessoal -, mas também, e principalmente, da constituição do sujeito social. Essa característica pressupõe um sentido ontológico que constitui e diferencia a espécie *homo sapiens* enquanto ser social. Portanto, pensar o trabalho sob a perspectiva dos escritos marxianos, é compreendê-lo enquanto pressuposto para o desenvolvimento de uma teoria da *práxis*, de transformação e emancipação do ser humano. Para que exista e se pense em humanidade, é preciso afirmar a condição humana de produzir materialidade: de fazer história.

Na relação entre Marxismo e Geografia, Quaini (1979) discute que a natureza em si, a chamada 'natureza pré-social' não é objeto de interesse para os estudos críticos fundamentados no materialismo histórico e dialético, pois esse método condiciona a análise geográfica a considerar natureza e sociedade como *práxis* humana, no âmbito da história universal de formação do ser humano através do trabalho¹¹.

A história como movimento e contradição significa a mutualidade entre história da natureza e história dos homens, que coincidem em uma totalidade:

Não existem, portanto, leis abstratas e imutáveis nem para o mundo nem para o mundo natural, desde que, como já observava Marx e com maior razão podemos hoje dizê-lo, não existem mais 'ecossistemas' naturais que não sejam já de algum modo modificados pelo homem (QUAINI, 1979, p. 49).

Nas chamadas sociedades pré-capitalistas predominava a propriedade fundiária, com a terra medida por seu valor de uso, e, portanto, o reconhecimento do ser humano como e enquanto natureza. A transformação da força humana e das condições e meios de vida em mercadoria engendrada no modo de produção capitalista estabeleceu a cisão sociedade e natureza, pois a mediação de toda e qualquer relação social é dominada pelo capital; nesse ínterim,

¹¹ Em sua teorização sobre a 'crise geográfica', Massimo Quaini embasa a compreensão de que é necessário aproveitar-se dos aspectos clássicos da Geografia – descrição, identificação, observação – e alça-los a um plano que ultrapasse um sentido meramente enumerativo (como compêndios), em que se assume a teoria crítica marxista como compreensão da dialética entre sujeito e objeto.

Também a terra e porções cada vez maiores do território tornam-se mercadorias. De valor de uso tornam-se valor de troca, isto é, assumem aquela existência abstrata e alienada que é própria do mundo das mercadorias, onde o trabalho não se apresenta como produtor de valores de uso (como trabalho determinado) mas como medida geral das coisas, dos produtos (como trabalho igual e abstrato), onde as relações não se apresentam como relações pessoais, mas como relações entre coisas (QUAINI, 1979, p. 66).

A terra é o substrato que fornece objetos de trabalho e meios de subsistência, ao mesmo tempo, é o arsenal de instrumentos necessários para mediar a relação homem-natureza. A dissolução das chamadas formas pré-capitalistas fundadas na relação do servo com a terra pressupõe a separação desta diante de quem a lavra. A distinção entre trabalho fundado na produção de mais-valor e àquele que caracteriza a produção de um excedente na reprodução simples das sociedades pré-capitalistas, enquanto processualidade espaço-temporal, diferencia os conceitos de valor de uso e valor de troca. O primeiro condiciona a produção para o sujeito; o segundo, o inverso: todo sujeito condicionado à produção. A comunidade como território de permanência, em seus modos de produzir em prol do campesinato, é a base e o resultado da produção para o sujeito. A sua dissolução, portanto, é a afirmação da riqueza e da acumulação.

Ao comparar as situações do servo da gleba do modo feudal de produção ao operário, Engels (2010) enfatiza que se tratam de dois contextos de escravidão – ambos não possuem a propriedade dos meios de produção; contudo, o último se encontra sujeito a um regime perverso e hipócrita, que distorce a condição escrava em uma suposta concessão de livre-arbítrio. A liberdade que encobre a exploração do trabalho também sucumbe o homem ao estranho ato de não contestar seu estranhamento diante da exploração da própria força de trabalho, a obrigação diária de vender suor, cansaço, em suma, capacidade física e mental para um outrem enriquecer. O ‘direito de ir e vir’ ‘ser livre’, ‘ter um trabalho’ prescrevem um caráter legal-jurídico para o que, em essência, ultrapassa limites de desumanidade. Não somente nas fábricas, mas também nos demais ramos da produção – como a fabricação de meias – Engels (2010) argumenta sobre o mundo capitalista, partindo-se do sofrimento da ‘gente pobre’ que recebia salário tão paupérrimo que não conseguia adquirir roupas adequadas, ou mesmo comida suficiente para a satisfação humana.

A relação capitalista se encontra fundada na separação do trabalhador de seus meios de produção, pois, na transformação de produtores diretos em trabalhadores para um proprietário do meio de produção. Nas palavras de Quaini (1979, p. 108):

Como fundamento de todo o processo, há a expropriação da população rural e a sua expulsão das terras: grandioso fenômeno de separação do homem da natureza, do produtor do seu laboratório de trabalho, que se realiza através destes métodos: dissolução das cortes feudais, roubo da propriedade comum, alienação fraudulenta das terras do Estado, roubo dos bens eclesiásticos, transformação usurpatória da propriedade feudal e dos clãs em propriedade privada.

Desse modo, depreende-se que não existe na teoria marxiana a elaboração de um modelo histórico a ser imposto como prerrogativa de todos os países, em suas distintas condições. Quando se considera o materialismo histórico e dialético como fundamento da teoria e filosofia em Marx, entende-se que a acumulação primitiva deve ser compreendida enquanto processualidade: ela é a própria história da dissociação sociedade-natureza.

O intercâmbio orgânico sociedade-natureza é compreendido como consciente, dotado de racionalidade frente aos fins e meios, com a capacidade da prévia-ideação antecedendo toda e qualquer transformação material; técnico, pois é mediado pelos instrumentos de trabalho e habilidades prático-cognitivas; e interativo-social, que significa cooperação, dependência e relação do homem com seu semelhante (ALVES, 2007). O obstáculo para a sociabilidade baseada nesses pressupostos é o sistema do capital, pois representa a imposição do homem frente à natureza, com sua consequente cisão e estranhamento diante dela. Com a sociedade do capital, materializa-se a sociedade do trabalho abstrato e o sociometabolismo do capital adquire uma dimensão real, baseada na abolição do “[...] controle que o trabalho vivo do artesão ou mesmo camponês tinham sobre o processo de trabalho” (ALVES, 2007, p. 80).

Somente nessa sociedade em que a categoria trabalho adquire um grau social plenamente desenvolvido é que se chega a uma sociedade do trabalho geral, que aglutina todas as demais formas particulares de trabalho. Nesse ínterim, o mercado passa a determinar a vida social universal e o principal deles, o mercado de trabalho, incide na subjetividade do homem moderno. A qualidade de ser trocada caracteriza a mercadoria de qualquer outro objeto produzido por mãos humanas, e somente a partir

dos últimos trezentos anos, sob a égide do capitalismo como modo de produção, ela adquire a forma relacional que a naturaliza diante do sujeito, caracterizando-a como símbolo da riqueza. Para que a mercadoria existisse e se tornasse fundamento de sociabilidade universal, no espaço-tempo da longa duração de revolucionamento dos meios de produção diante da sociedade feudal, necessitou-se da separação desses meios de quem produz, ou seja, na consolidação da divisão social do trabalho e da propriedade privada.

A força de trabalho como a mais importante mercadoria não se apresenta de forma indissociável ao ser em todo o processo, pois cada função exige uma especialidade – maior força física, maior concentração mental -, que, por sua vez, implica em valores díspares para cada trabalhador. Desse modo, separam-se os sujeitos entre trabalhadores qualificados e não-qualificados e à medida que desaparecem os chamados cursos de aprendizagem mantem-se uma ampla parcela de trabalhadores desvalorizados:

A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou redução dos custos de aprendizagem implica imediatamente uma maior valorização do capital, pois tudo o que encurta o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho estende, ao mesmo tempo, os domínios do mais-trabalho (MARX, 2017, p. 424).

A divisão social do trabalho na manufatura é a base da produção de mercadorias e da própria sociedade do capital, de modo que, ao exemplificar a existência de comunidades indianas onde o vínculo com a terra é preservado, Marx reconheceu a inexistência da divisão social do trabalho, com cada habitante portador do controle dos meios produtivos (a exemplo do ferreiro que executa todas as tarefas referentes ao ofício): “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam colados um ao outro como o caracol e sua concha, faltando, assim, a base principal da manufatura, a independentização dos meios de produção como capital diante do trabalhador” (MARX, 2017, p. 433).

Ao contrário da cooperação simples, em que permanece intocado o meio de produção sob propriedade do sujeito proprietário, na manufatura, usurpa-se a força de trabalho, como se o homem fosse um animal a ser abatido para a retirada da pele. O trabalhador é mutilado no sentido de tornar-se parcial, sem autonomia e dissociado do saber e do fazer.

Os despossuídos, nas perspectivas marxiana e engeliana, emergem como classe da emancipação, pois mesmo que as descrições sobre a exploração intensa nas fábricas revelassem a face obscura de uma burguesia dominante e sem escrúpulos, que segue nos anais da história até os dias atuais em busca de riquezas às custas de trabalho alheio, o potencial revolucionário de transformação da realidade e destruição da relação social instaurada com o modo de produção capitalista deposita-se nos braços e mentes dos trabalhadores.

O advento da grande indústria representou um processo de exclusão e redução de homens e mulheres às esmolas, pautada na transformação das formas anteriores de produção – manufatura, artesanato e trabalho domiciliar:

Com o desenvolvimento do sistema fabril e o consequente revolucionamento da agricultura, não só se amplia a escala da produção nos demais ramos da indústria como também se modifica seu caráter. Por toda parte torna-se determinante o princípio da produção mecanizada, a saber, analisar o processo de produção em suas fases constitutivas e resolver os problemas assim dados por meio da aplicação da mecânica, da química etc., em suma, das ciências naturais (MARX, 2017, p. 532)

O trabalho passa a ser um contraponto ao ser humano, distante de seu princípio ontológico de realização do ser social essencialmente interativo, pensante e proprietário da força em prol da sobrevivência, em sua constante transformação da realidade como transformação de si mesmo. O campo é cindido da lógica de satisfação das necessidades elementares do ser humano com o avanço da maquinaria moderna.

O debate sobre precarização e precariedade do trabalho acompanha o processo de acumulação de capital, desde o século XIX até a atualidade. Ao argumentar sobre a manufatura moderna, Marx (2017) ressalta em diversas passagens o caráter atroz do trabalho infantil em ramos da indústria, com intensa carga horária que se inicia nas primeiras horas do dia e só se finda à noite; bem como, a situação degradante de precarização do local de trabalho, sempre insalubre e que reserva à criança os mais diversos tipos de violência moral e física¹²: essa é a face do desenvolvimento capitalista. Os dados sobre mortalidade embasam a compreensão

¹² De acordo com Marx, as crianças de 5 a 6 anos não levantavam a cabeça para falar quando interpeladas sobre o trabalho, para que o ritmo de produção continuasse o mesmo. Quando os negócios da fábrica iam bem, a duração da atividade ia das oito da manhã até as dez ou onze horas da noite.

marxiana sobre a negação de qualquer princípio de humanidade no contexto de expansão da grande indústria, a partir de relatórios médicos do século XIX, principalmente entre agricultores, alfaiates e impressores.

Quem na atualidade pode imaginar o jornal *Times* anunciar a morte de trabalhadores por inanição em uma única semana em cidades que hoje são sinônimos de modernidade e esplendor? A expansão industrial e enriquecimento ilícito de proprietários de fábricas só foi possível pelo “[...] baixo preço de sangue e suor humanos, transformados em mercadoria [...]” (MARX, 2017, p. 542), que, por sua vez, se insere na processualidade de substituição gradativa de força humana pelas máquinas e expropriação do camponês da terra. Em épocas de sobretrabalho, ou seja, quando a produção aumenta em consonância com a demanda do consumo, intensifica-se a exploração humana; caso contrário, essa força subjugada é expulsa e degradada pelo desemprego.

Os adolescentes empregados na supervisão de máquinas impressoras trabalhavam trinta e seis horas consecutivas, com intervalo de apenas duas horas para alimentação e descanso, e, demitidos antes de chegar aos dezoito anos de idade; sem qualquer formação intelectual e diante da situação de degradação física e mental, sujeitavam-se ao crime e violência.

O revolucionamento constante dos meios de produção pela classe burguesa carrega em si a marca da cisão entre sociedade e natureza, ser humano e instrumento de trabalho. A grande indústria, a partir da divisão do trabalho e da mobilidade que dimensiona ao trabalhador priva-o dos meios essenciais de subsistência para sua sobrevivência. Conforme Marx (2017, p. 557): “[...] ela torna supérfluo o próprio trabalhador; como essa contradição desencadeia um rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora, o desperdício mais exorbitante de forças de trabalho e as devastações da anarquia social”.

Como Shakespeare recita no ato VI, cena I de “O mercador de Veneza”: “Tirais minha vida, quando tirais os meios de que vivo”, Marx (2017), desse modo, ao descrever minuciosamente o desenvolvimento capitalista e o sentido de modernidade atrelado a este, o faz a partir de um método de compreensão e interpretação da realidade que apreende a contradição no âmago da sociedade do capital – um desenvolvimento fomentado no sofrimento, morte e exploração do trabalho e uma modernidade distorcida, que aliena o produto do esforço humano das mãos de quem

o fez e o condena a uma atividade estranha a ele, repetitiva, cruel e contrária aos planos físico e mental de um ser humano.

Afirma Marx (2017, p. 572): “é na esfera da agricultura que a grande indústria atua de modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado”. O campo se insere como espaço de avanço das relações capitalistas de produção e, portanto, imprescindível para o fomento da acumulação de capital, pois representa o princípio da cisão sociedade-natureza. A grande indústria solapa qualquer resquício de relação entre a manufatura e agricultura e ao impor a mecanização em seus mecanismos de coerção do camponês invoca o mito da modernidade capitalista contra relações não-capitalistas pautadas no forte vínculo com a terra e a subsistência através do trabalho essencialmente concreto.

Chega-se a uma contradição latente do processo de acumulação: enquanto o capital só pode perpetuar seu sociometabolismo através da terra e do trabalho concreto, cindido do ser humano e, portanto, condicionado a tornar-se trabalho abstrato; o ser também depende da terra e do próprio trabalho para continuar seu processo de humanização. Nesse embate, o capital aspira a destruição da vida, contendo em seu âmago, a própria destruição. Sem vida para alimentar as engrenagens do sistema capitalista, não existe capital, nem modo de produção capitalista, nem sociometabolismo do capital. Contudo, sem capital enquanto relação social hegemônica, o ser humano depara-se com sua plena realização, em que o saber e o fazer coincidem em um mesmo plano: o fruto do trabalho retorna-se ao ser, pois o instrumento de produção a ele pertence: “Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2017, p. 574).

A pergunta a ser feita é: como pensar o campo a partir de relações não-capitalistas de produção, no cerne do capitalismo, sistema que necessita da acumulação constante? Nesse sentido, faz-se necessário se debruçar sobre o que é o desenvolvimento capitalista a partir do contexto histórico caracterizado como de configuração espacial da acumulação de capital no Brasil e o discurso de superação do subdesenvolvimento e dos chamados “desequilíbrios regionais”.

1.2. “Um outro Nordeste”: questão agrária e mundo do trabalho sob a ótica do desenvolvimento regional

Ao longo da constituição do modo de produção capitalista, o campesinato é negado como sujeito histórico intrínseco à terra e moldado de acordo com os interesses hegemônicos dos proprietários dos meios de produção. Porém, tal relação não se apresentou de forma homogênea em todos os países. O desenvolvimento desigual e combinado do capital impôs um padrão de acumulação distinto para a periferia do mundo capitalista.

Pinheiro (1977) argumenta que no final do século XIX, o impulso de urbanização contribuiu para a ampliação do mercado interno, através da expansão dos serviços nas cidades e o afluxo de trabalhadores devido à crise na agricultura de exportação¹³. Quando o novo padrão de acumulação emerge no Brasil como impulso à industrialização, não existe uma ruptura entre a agricultura de exportação, representada pelos grandes proprietários fundiários, e os industriais e banqueiros que passam a liderar a política nacional, pois a agroexportação se constituía em sustentáculo na produção de divisas para a aquisição de infraestrutura necessária à industrialização. Nos países da América Latina, especificamente Argentina, México e Brasil, que principiam a industrialização das forças produtivas no início do século XX, a principal característica é um processo intensificado de modernização concentrada, sem uma capacidade de infraestrutura urbana que atendesse a demanda da massa de trabalhadores explorados.

A disseminação do discurso de modernização da capacidade produtiva sem a negação da estrutura fundiária concentrada emerge como representativo da classe dirigente da acumulação de capital. Nesse ínterim, a história política e social do Brasil pós-1930 não deve ser dissociada da constituição do discurso geográfico de integração nacional, a partir dos interesses burgueses de homogeneização do espaço para a valorização capitalista – um projeto de nação burguesa em que as classes proletárias deveriam pactuar, sem qualquer contraposição ou princípio de luta.

¹³ Para este autor, o processo de industrialização no Brasil deve ser compreendido a partir de dois aspectos: a sua natureza periférica determinada fora da economia nacional, pois emerge no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial, e, desse modo, desenvolvida através de tecnologia do centro capitalista, fruto do desequilíbrio do mercado internacional. Tal tecnologia exigiu investimentos que reduziram o uso de força de trabalho, intensificando a sua exploração. O outro aspecto apontado pelo autor pautou-se no ‘desequilíbrio regional’, que concentrou os investimentos e a força de trabalho operária no Rio de Janeiro e em São Paulo; e o Nordeste como região fornecedora de força de trabalho.

Com os efeitos da crise de 1929 sobre o mercado internacional, os preços agrícolas decaíram. Um contexto que implicou em precarização das condições de vida dos camponeses latino-americanos, cada vez mais empobrecidos, o que contribuiu para o aumento da mobilidade territorial do trabalho de regiões para alguns centros urbanos que iniciavam o processo de industrialização. Conforme Pinheiro (1977), em argumento sobre as migrações do campo para a cidade no percurso da industrialização brasileira:

O lavrador do Nordeste do Brasil, uma das principais regiões internas exportadoras de mão-de-obra, emigra porque a apropriação crescente das terras cultiváveis pelos grandes proprietários de terra visando a extensão das grandes culturas, cada dia reduz mais as terras necessárias para a subsistência (PINHEIRO, 1977, p. 92).

Nesse contexto, a prosa regionalista de Graciliano Ramos é o panorama do Nordeste profundo dos anos 1930, cujos personagens marcantes – Fabiano, Sinhá Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia – são os arquetípicos dos camponeses retirantes em fuga da situação de opressão e exceção em que vivem. A indignação de Fabiano diante das injustiças sociais do cotidiano em que estava inserido revela a contradição no cerne da produção do espaço, no Brasil que crescia com a industrialização após a crise de 1929, mas excluía a ampla maioria da população da modernização: “Era um desgraçado, era como um cachorro, só recebia ossos. Por que seria que os homens ricos ainda lhe tomavam uma parte dos ossos? Fazia até nojo pessoas importantes se ocuparem com semelhantes porcarias” (RAMOS, 2019, p. 94).

O século XIX e as primeiras décadas do século XX foram responsáveis pela configuração espacial de um outro Nordeste – ‘outros Nordestes’, expressos na prosa modernista regionalista brasileira (OLIVEIRA, 2008b). Em sua perspectiva materialista histórica e dialética, a região é entendida como constituição material e ideológica da forma de reprodução do capital e, conseqüentemente, da luta de classes. A emergência de outras formas de produção e de conflitos de interesses em outros espaços também convergiram para a constituição do Centro-sul como ‘região do café’, no contexto imperialista de disputas de mercados entre as potências, principalmente a Inglaterra e os Estados Unidos. Enquanto o café se espacializava no Oeste Paulista e Vale do Paraíba, homogeneizando os circuitos de produção e circulação no país, estabelecia-se a exclusão do Nordeste açucareiro da apropriação de valor

hegemonizada pelo café. Concomitante a isso, um ‘outro Nordeste’ constituía-se de acordo com os interesses do capital internacional: o Nordeste algodoeiro-pecuário, com o controle político da região transmitido dos barões de açúcar para os latifundiários coronéis do sertão.

Essa submissão do “Nordeste açucareiro” ao “Nordeste algodoeiro-pecuário” chegou até a fazer retroagir o próprio movimento da reprodução do capital e das relações de produção no “Nordeste açucareiro” fazendo-o adotar, como condição de sobrevivência, ainda que marginal, leis de reprodução que eram próprias do “Nordeste algodoeiro-pecuário” (OLIVEIRA, 2008b, p. 161).

Na ‘região do café’, por sua vez, após a quebra do sistema capitalista internacional em 1929, geria-se a industrialização brasileira pautada em novas formas de reprodução do capital através de mudanças das relações de produção e a emergência de um proletariado urbano. A transformação da ‘região do café’ em ‘região da indústria’ significou a reconfiguração da produção do espaço no âmbito das relações capitalistas de produção, definindo a divisão regional do trabalho no Brasil: “São Paulo é o seu centro, o Rio de Janeiro é seu subcentro, Minas Gerais e o Paraná são seus limites e a expansão da fronteira dessa ‘região’ começa a capturar os espaços vazios do Centro-Oeste” (OLIVEIRA, 2008b, p. 162).

Ao Nordeste, reservava-se o papel de transferir força de trabalho excedente para as indústrias do novo centro dinâmico da economia, suprimindo postos de trabalho demandados com a urbanização cada vez mais intensa, bem como, responsáveis pela manutenção dos baixos salários da classe trabalhadora. O paralelo com a última passagem das “Vidas Secas” de Ramos (2019, p. 124) revela essa processualidade: “Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam pesos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos”.

Em questionamento sobre o discurso nacional na ideologia desenvolvimentista brasileira, Santos (2013, p. 47) argumenta que,

A formação do capital industrial no Brasil esteve sujeita ao desempenho do setor cafeeiro e os avanços do capitalismo, com a concernente criação do Estado nacional e a demanda externa por café permitiram ao Brasil um novo modo de inserção na Divisão Internacional do Trabalho.

A centralização estatal, sustentada pelo discurso de integração nacional, se encontrava associada à defesa de uma industrialização igualitária de todas as regiões do país. Contudo, a ideologia nacional desenvolvimentista a partir dos anos 30 emerge a partir do declínio da participação do setor agrícola na estrutura de renda do país, com a capitalização tecnológica desigual e concentrada em atendimento da fronteira agrícola e de produtividade, que sustentou o crescimento urbano-industrial, não necessariamente significando a melhoria das condições de vida para a ampla população pobre e camponesa, mas a acentuação das desigualdades e dos níveis de renda entre os brasileiros.

A indústria que cresce após a crise de 1929 é concomitante à política de substituição de importações dos governos da Argentina, Brasil e México, principalmente, na tentativa de criar barreiras alfandegárias para proteger a produção nacional. Todavia, com a exceção do México, que levou adiante o projeto da reforma agrária desde o início do século, no Brasil e na Argentina os governos industrializantes mantiveram a estrutura fundiária intacta.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o Decreto Lei Nº. 5.452 de 1º de maio de 1943, instituiu as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho. No Artigo 7º, a Consolidação informa que tais preceitos não se aplicam para os trabalhadores rurais – “Assim considerados, aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais”. Portanto, a exclusão da maior parcela populacional das leis de regulamentação do trabalho, Carteira de Trabalho, Previdência Social, Seguro-Desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), corroborou para a manutenção de um espaço agrário marcado pela precarização das relações de trabalho.

O nascente empresariado industrial necessitava que a população que afluía em direção aos centros urbanos fosse convertida em força de trabalho sobrando, com o seu preço igualado pelo salário mínimo. Para tal, a legislação trabalhista não se estendeu para o campo brasileiro, que permeado de relações historicamente desiguais, possuía um rendimento menor ao salário mínimo urbano (OLIVEIRA, 2008a). Além disso, os proprietários fundiários que formavam as oligarquias cafeeiras, e, no movimento de avanço do capital sobre o campo, vinculadas ao agronegócio da

soja que se ampliou nas fronteiras agrícolas das Regiões Sul e Centro-Oeste, posicionaram-se contra essas benesses para os camponeses, como defesa dos interesses dominantes em expulsar a população camponesa e perpetuar o projeto de ‘modernização’ e inserção do Brasil no circuito exportador de commodities. Tal condição foi essencial para a integração de contingentes cada vez maiores de camponeses em direção às indústrias urbanas; principalmente, do expropriado campesinato nordestino direcionado para as indústrias paulistas. A estrutura fundiária concentrada, pautada na continuidade das exportações de bens primários são perpetuadas em prol do suprimento de bens de capital; bem como, em um subsetor que alimentasse o mercado interno, em destaque, as massas urbanas para que não elevasse os seus custos. A expansão das relações capitalistas torna a base agroexportadora funcional à economia urbano-industrial e toda sua amálgama de “modernidade”.

A concessão de direitos trabalhistas para a pequena camada operária urbana brasileira e a exclusão do campesinato nacional se constituiu, no contexto assinalado, em demanda da burguesia industrial para alcançar o poder político e determinar uma nova forma de relacionamento entre capital e trabalho em prol da acumulação. As concessões não afetaram as relações agrárias, com as formas capitalistas de produção não penetrando por completo no campo. Todavia, o papel da agricultura se configurou determinante para o suprimento das necessidades das massas urbanas, não elevando os custos com alimentação, e assim, mantendo os salários em valores suficientemente baixos para a acumulação urbano-industrial. Além disso, o modelo impedia o aumento dos custos de produção agrícola comparados à industrial, possibilitado a partir da manutenção de um padrão de vida baixo para o trabalhador rural. Desse modo, a especificidade da expansão capitalista no Brasil está em haver uma economia rural fortemente desigual desde a implantação, sem uma efetiva organização da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e vida, e assim: “A tendência vai para a informalização do trabalho, para a substituição do emprego pela ocupação, ou, ainda, para a desconstrução da relação salarial” (OLIVEIRA, 2008a, p. 13).

Ao pensar a economia brasileira a partir da mudança do padrão de acumulação em 1930, Francisco de Oliveira (2008a) contrapõe a perspectiva que concebe o projeto hegemônico brasileiro como modelo subdesenvolvido cindido entre os setores

moderno e atrasado¹⁴. O que se apresenta para a então nação é a simbiose que sustenta uma unidade entre contrários, em que um só pode continuar em decorrência de seu oposto, e não do seu fim ou mudança funcional. Nesse sentido, o padrão acumulativo nos países latino-americanos, e, especificamente, no Brasil (atualmente uma das maiores economias mundiais, e, ao mesmo tempo, uma das que mais concentram riqueza) se sustenta através da necessidade do grande capital encontrar formas de expandir seu excedente para além do centro capitalista.

O campo brasileiro nas décadas que sucederam o padrão de acumulação pautado na industrialização nacional foi *lócus* de ações de combate à seca e à fome; bem como, expansão do crédito rural. As reivindicações por terra e direitos desde os anos 1940 apontam para tal realidade desigual e precarizada, com a expulsão do camponês através da especulação fundiária e grilagem de terras.

Tal questão fundamentou a análise de Furtado, que direcionou a análise para a falta de subsídios governamentais para o Nordeste. O esgotamento de um setor exportador centrado na cana-de-açúcar e no algodão possibilitaram as medidas de intervenção em prol do incentivo à industrialização, que reverberariam no mundo do trabalho nordestino. Além disso, os diagnósticos sobre os efeitos das secas sobre a produção de alimentos para o mercado interno apontavam para um contexto de calamidade social.

Ao dissertar sobre as tecnologias no contexto de expansão capitalista no século XX, Vanessa Dias de Oliveira (2007) argumenta que após a Segunda Guerra Mundial, adentra-se uma fase de acumulação sustentada em um discurso de invencibilidade do capital. Para os países ‘periféricos’, os interesses dominantes voltaram-se à incorporação e controle de multinacionais para a modernização e a suposta ‘superação’ da condição subdesenvolvida. As indústrias direcionadas e concentradas em países como Brasil, Índia, Argentina e México estavam vinculadas a setores tradicionais da estrutura econômica, em destaque, a agricultura de exportação. Portanto, a incorporação desses impérios coloniais, na ótica do desenvolvimento capitalista, satisfaz o princípio de integração mundial da disputa imperialista.

¹⁴ Quando se observa que as obras de ‘planejamento’ estatal em prol da atenuação de “desequilíbrios regionais” concentraram-se dentro das propriedades algodoeiras, o discurso modernizante apresenta-se desigual e vinculado aos interesses da oligarquia agrária nordestina, consonante à classe burguesa-industrial. Desde estradas que facilitavam o escoamento do algodão até barragens e perfurações de poços nos limites dos latifúndios.

Compreender como o discurso modernizador introduzido a partir da industrialização das forças produtivas possibilita a discussão sobre o processo de modernização conservadora, sob o discurso de ‘Revolução Verde’, que se espacializa, não somente no latifúndio exportador, mas também nos minifúndios da estrutura agrária nordestina, e, particularmente, sergipana.

As precárias condições de vida dos camponeses nordestinos congregaram para a organização e mobilização da defesa de seus interesses, com o surgimento das Ligas Camponesas em meados da década de 1950; a princípio, com uma ação jurídica em favor dos nordestinos do campo, mas a partir do início dos anos 60, através da luta pela reforma agrária, com ações de ocupação de terras. Como um ‘barril de pólvora’ prestes a explodir¹⁵, a região passa a ser foco de estudos em prol do planejamento para reverter a situação de estagnação econômica e baixa qualidade de vida dos trabalhadores congregada a uma estrutura agrária arcaica e concentrada.

A preocupação do governo estadunidense e da burguesia urbano-industrial brasileira com a necessidade de expansão das relações capitalistas no Nordeste enfatizavam a possibilidade de convulsão revolucionária contra a miséria e a opressão, com Francisco Julião e as Ligas tornando-se alvos de mecanismos de segurança nacional.

Na ótica do desenvolvimento econômico do Brasil defendido ao longo do século XX, a terra significa lucro, maior produção, qualidade, a partir da proletarização dos ‘sujeitos anacrônicos’, conforme disserta Conceição (1991, p. 108):

Toda e qualquer análise era ‘dual’. O binômio desenvolvimento e subdesenvolvimento era definido como natural no seu próprio crescimento. A ponte da pobreza para a riqueza se dava no viés do querer produzir, fazer crescer e vencer e etapa. O importante era estar ‘em via de desenvolvimento’.

A modernização do campo como ‘cura do subdesenvolvimento’ “[...] representava a aceleração das relações tradicionais da agricultura que imperavam nos países periféricos. A agricultura denominada de ‘atrasada’ seria superada através da industrialização e inserção de tecnologias na produção” (OLIVEIRA, 2007, p. 74).

A criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) no contexto de combate ao comunismo, significou a continuidade da defesa da

¹⁵ O Nordeste como ‘mais vasta área de pobreza do Hemisfério Ocidental’

industrialização como caminho para o almejado desenvolvimento, através do processo de substituição de importações. No Brasil, através de Celso Furtado, os trabalhos da Comissão pautaram-se no questionamento da inserção da América Latina na economia-mundo como região exportadora de matérias-primas. Desse modo, para os teóricos estruturalistas desenvolvimentistas, a intervenção financeira do Estado se fazia necessária para que se rompesse com o passado agrário e arcaico, estimulando a exportação de produtos manufaturados.

Na presente análise atenta-se para as contribuições de Celso Furtado e seus diagnósticos sobre ‘a questão Nordeste’ no âmbito do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) para contextualizar a importância da questão agrária na defesa do desenvolvimento econômico integrado na nação ‘subdesenvolvida’, ao mesmo tempo em que nas entrelinhas dos planos/projetos, o planejamento nos marcos da divisão territorial do trabalho nega a condição de estar na terra como condição material de permanência da condição camponesa – o ser camponês.

A princípio, a questão agrária para o autor de “Formação Econômica do Brasil” se configura em preocupação com a industrialização, pré-requisito básico para o desenvolvimento e integração nacional de acordo com a perspectiva estruturalista da CEPAL. O avanço da urbanização e da industrialização não poderia sustentar o dinamismo econômico com uma realidade camponesa marcada pela pobreza, e, consequentemente, determinante para os baixos salários dos trabalhadores urbanos. Nas palavras de Furtado (2007, p. 329): “Se, pela metade do século, a economia brasileira havia alcançado um certo grau de articulação entre as distintas regiões, por outro a disparidade de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente”.

Na perspectiva furtadiana, o deslocamento do centro dinâmico da economia para o mercado interno foi impulsionado pelo crescimento da procura de bens de capital, fruto da expansão na produção interna e da forte elevação dos preços de importações devido a depreciação cambial (FURTADO, 2007). Para o autor, nas décadas posteriores a 1950, a mudança se efetivaria a partir da redução da participação do setor externo, contribuindo para a manutenção do duplo objetivo da política econômica de desenvolvimento nacional: o nível de emprego e o ritmo de crescimento; e complementa: “Observado de um ângulo distinto, o desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se basicamente como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de

integração” (FURTADO, 2007, p. 328). Contudo, concomitante à inter-relação regional, assiste-se ao aumento das disparidades e da concentração de renda no Centro-sul cafeeiro, como explica Geraldo Muller, baseado na explicação sobre a industrialização como valorização do espaço:

Ao operar como potência hegemônica, o capital industrial não uniformiza os espaços econômico-sociais a ele subordinados, pois é de sua essência o desenvolver-se contraditoriamente. Por conseguinte, incorporação não implica em industrialização necessariamente, mas fundamentalmente na submissão dos valores regionais, mercadorias e produtos locais, ao intercâmbio dominado pelo capital industrial (MULLER, 1980, p. 15).

Para Furtado (2007), a concentração fundiária repercutia, tanto na oferta de produtos agrícolas, quanto nas condições de vida da população rural. Um baixo custo da força de trabalho camponesa congregava para a manutenção da estrutura arcaica e o nível tecnológico ineficiente ao desenvolvimento. Contudo, sem a expansão do que se considerava setor urbano, o rural não alcançaria a superação do atraso. Para tal, seria necessário a expansão de exportações de bens subsidiados como possibilidade de controle dos preços agrícolas, através do crescimento industrial integrado de todas as regiões do país. Desse modo, o debate sobre a importância da questão agrária para o desenvolvimento do país em Celso Furtado encontra-se intrínseco à questão regional, particularmente, às disparidades econômicas e sociais entre Nordeste e Centro-Sul. Enquanto as indústrias e as cidades cresciam de um lado, com a expansão de uma paisagem urbana marcada por edifícios e automóveis, de outro, a seca e a fome intensificaram as condições já precárias de vida.

Desse modo, a partir de ações propulsoras do desenvolvimento regional, o Nordeste conseguiria superar a estrutura desigual e modernizar-se sob novas bases econômicas. Todavia,

A situação agravava-se ainda mais, pois, o governo assumia uma postura protecionista frente à produção dos estados mais ricos, em decorrência, a população nordestina era obrigada a comprar os bens produzidos no Sudeste, não podendo importar de outros países que poderiam oferecer melhores preços (RODRIGUES, 2005, p. 84).

Na tentativa de solucionar a estrutura arcaica através do discurso moderno, considerou-se as três sub-regiões nordestinas: zona da mata, agreste e semiárido,

com apontamentos sobre os principais problemas a serem resolvidos. A organização produtiva da zona da mata pautada no latifúndio canavieiro e intensa exploração de força humana, contribuindo para a miséria da população nordestina. De acordo com Rodrigues (2005, p. 85): “Na periferia do sistema açucareiro, desenvolveu-se a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, essas atividades ocuparam primeiramente o agreste, área intermediária entre a zona da mata e o sertão, e gradativamente foram tomando o sertão”.

No sertão também se desenvolveu a produção do algodão, cultivado pelo trabalhador meeiro nas terras que lhe eram cedidas. Nos períodos de seca, tanto o gado, quanto o algodão resistiam na paisagem, mas a produção de alimentos era sacrificada, agravando a situação de fome e miséria da população. Nos estudos do GTDN, a seca emerge como mais agravante do que a crise capitalista, pois os impactos reverberam no elo mais frágil: a agricultura de subsistência (SUDENE, 1967).

O conflito se revela na divisão regional configurada pelas duas ‘regiões’, inter-relacionadas pela mobilidade do trabalho, mas cindidas nas distintas relações de produção para a reprodução do capital. O planejamento regional encabeçado pela SUDENE, após os diagnósticos sobre o “problema Nordeste” emerge como instrumento de contenção dos desequilíbrios entre as regiões. Celso Furtado (2007) escreve, em suas perspectivas para os decênios posteriores a 1950, sobre a tendência à concentração da capacidade produtiva e da participação industrial na economia para o Centro-Sul, particularmente, São Paulo, enfatizando que as disparidades sociais poderiam congrega para a possibilidade de graves tensões regionais. De acordo com Furtado (2007, p. 333):

Um processo de integração teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional, pois no caso nordestino, considera-se o seu atraso em relação ao desenvolvimento como secular, frente à incapacidade de o sistema superar bases produtivas do passado colonial.

Tal superação seria alcançada através do aumento da produtividade, e, conseqüentemente, do incentivo à industrialização, pois, “a industrialização vem sempre acompanhada de rápida urbanização, que só pode se efetivar se o setor agrícola responde com uma oferta adequada de alimentos” (FURTADO, 2007, p. 334).

Portanto, o desenvolvimento defendido por Celso Furtado sustentava-se no argumento que a questão agrária se configurava em elemento importante para transformações no mundo do trabalho camponês, na produtividade necessária à superação do quadro de atraso do Nordeste brasileiro, pois,

Somente um mercado de trabalho dotado de equilíbrio entre a oferta e a demanda de mão-de-obra seria capaz de garantir uma crescente melhora nos padrões de vida dos trabalhadores, bem como, constituir-se um estímulo constante ao progresso tecnológico (RODRIGUES, 2005, p. 89).

As “vidas secas” dos camponeses no Nordeste arcaico como problema a ser planejado e resolvido através de políticas de desenvolvimento ocultava a compreensão da produção desigual e combinada do espaço, para afirmar a perspectiva estruturalista de alcance da modernidade no contexto de expansão de relações capitalistas de produção. O Nordeste da SUDENE passa a integrar desde o Maranhão até o norte de Minas Gerais, cujo clima semiárido era elemento de convergência para aplicabilidade do planejamento.

Para Oliveira (2008a), a ‘integração nacional’ no cerne desse suposto planejamento neutro é a tentativa de homogeneizar a reprodução ampliada do capital e reverter a tendência à conflitos inter-regionais. A necessidade de integrar o Nordeste no circuito de desenvolvimento econômico ocorre no contexto em que o capital como relação social necessita se reproduzir na costura de interesses das classes dominantes nacionais e internacionais.

A análise de Alexandrina Luz Conceição (1991), ao dissertar sobre o conceito de camponês, compreendendo-o desde os geógrafos de influência francesa até o resgate do materialismo histórico e dialético para a leitura sobre a questão camponesa reforça a argumentação sobre o aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil no contexto de modernização das forças produtivas. Nos anos 50, a forte presença do dualismo nas distintas ciências sociais. O tradicional como algo a ser combatido, extinto; condição para fazer crescer o moderno:

No Brasil, a industrialização e conseqüentemente a crescente urbanização frente ao projeto de expansão capitalista, força a economia agroexportadora a redefinir sua forma de reprodução. A indústria estabelece a divisão social do trabalho aprofundando internamente as desigualdades, e externamente a economia brasileira

incorpora-se na competição oligopolista. Acelera-se, portanto, o êxodo campo-cidade com a crescente pauperização dos trabalhadores do campo. A miséria, a fome, era plangente, frente ao monopólio da terra sob o domínio dos coronéis” (CONCEIÇÃO, 1991, p. 74).

A ascensão de Juscelino Kubitschek constituiu-se como intensificação do processo de industrialização ajustado ao capital internacional, tendo o Estado como assegurado do ideal nacionalista para obscurecer o antagonismo de classes e promover a unidade nacional e a promoção do desenvolvimento. A crença no progresso e na mudança social contrapõe-se à realidade, pois, nesse contexto, a classe burguesa abrange um espaço político como nunca antes, tornando-se uma fração hegemônica na esfera governamental de JK.

O reconhecimento do alinhamento da burguesia brasileira com os interesses do capital estrangeiro e das forças internas que se levantaram para corroborar com a consolidação do modelo econômico levou a acreditar que o desenvolvimento dirigido pelo Estado garantiria a incorporação da população situada na base da sociedade (SANTOS, 2013, p. 57).

Na segunda parte do clássico “As veias abertas da América Latina”, intitulada “O desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”, Eduardo Galeano argumenta que, após a Segunda Guerra Mundial, observou-se na América Latina um recuo dos investimentos europeus em benefício dos estadunidenses, e, desse modo, a renúncia de um projeto de integração nacional sustentado pelo povo; nas palavras do escritor uruguaio: “No marco de aço de um capitalismo mundial integrado em torno de grandes corporações norte-americanas, a industrialização da América Latina se identifica cada vez menos com o progresso e com a libertação nacional” (GALEANO, 2017, p. 276).

Como um obstáculo a ser ultrapassado, a nação e o nacionalismo não poderiam atrapalhar os investimentos de capitais estadunidenses, e tal processo foi facilitado pela burguesia nacional dos países latino-americanos, que se associou aos interesses do capital. Facilmente, as grandes corporações ultrapassaram as barreiras alfandegárias e se apropriaram dos processos internos de industrialização, concentrando-se de forma mais intensa do que no próprio centro-capitalista.

O ingresso de capital estrangeiro no Brasil ganhou impulso a partir da política desenvolvimentista de JK, com facilidades e lucros vultuosos para as empresas multinacionais. O Plano de Metas do Governo Kubitschek atribuiu ao Estado uma

continuada agenda de crescimento econômico pautado na industrialização e no setor de bens de consumo duráveis. O poder da burguesia nacional associada à JK, se configurou em projeto econômico e ideológico em prol da penetração de capital estrangeiro, vide toda a propaganda da instalação da fábrica Volkswagen no Brasil. Enquanto isso, no plano ideológico, o nacionalismo e a integração nacional persistem como possibilidades de homogeneidade do processo acumulativo, pois “a ênfase no nacional significava a mudança social desejada por todos e, conseqüentemente, o progresso” (SANTOS, 2007, p. 80).

No início dos anos 60, com final do mandato de JK e a eleição de Jânio Quadros, o modelo desenvolvimentista da década anterior acentua uma crise econômica, marcada pela aceleração da inflação, redução dos investimentos estrangeiros em decorrência do clima de instabilidade, alta na concentração de renda e limitação no consumo de camadas pobres da população. Com a renúncia de Jânio e a posse de seu vice, João Goulart, as contradições do modelo econômico já estavam acentuadas, somando-se aos conflitos camponeses no Nordeste e à insatisfação de setores do exército e da classe média brasileira:

Nos anos 1950, cerca de 70% dos brasileiros permaneciam no campo – a população urbana só iria superar a rural no fim da década de 1960. Os desníveis de pobreza e desigualdade social entre campo e cidade e entre a Região Sudeste e o Nordeste eram imensos, e a situação de carência da população pobre mantinha-se inalterada: faltavam escolas, não havia saneamento básico nem acesso à saúde, o trabalhador rural continuava excluído da legislação protetora do trabalho (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 424).

Josefa de Lisboa Santos (2007) discute que a proposta de desenvolvimento regional para a superação de desequilíbrios regionais, ao negar uma divisão regional do trabalho constituída no cerne da acumulação de capital no país, reverbera em uma perspectiva de país dual, um moderno e outro atrasado, que se manifestou em relatórios, estudos e diagnósticos que enfatizavam o Nordeste e possíveis medidas de erradicação do atraso em favor do desenvolvimento econômico. Desde o princípio, o texto sobre o diagnóstico para o Nordeste produzido pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN) enfatizou o problema da disparidade de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul, sob o risco do antagonismo entre regiões no território nacional. De acordo com as diretrizes do Grupo:

Nas regiões urbanas do Nordeste há, hoje em dia, uma massa de desemprego disfarçado que não será inferior a meio milhão de pessoas em idade de trabalhar. Esse exército de subempregados vem crescendo com intensidade igual ou maior que a do total da população urbana (SUDENE, 1967, p. 12).

O Plano de Ações estruturava-se na intensificação de investimentos industriais para criar um centro autônomo de expansão manufatureira, transformar a economia da faixa úmida na possibilidade de um mercado de oferta de alimentos, elevar a produtividade do Semiárido e deslocar a fronteira agrícola do Nordeste para incorporar os 'sertões' ao Maranhão, cujas terras férteis poderiam receber os excedentes populacionais (SUDENE, 1967). O diagnóstico de que a pobreza das terras e da disponibilidade de recursos naturais seria a causa principal da baixa acumulação de capital corroborou para a construção dos planos supracitados, pois somente sob as bases do planejamento regional, o Nordeste romperia com o estigma de ser a mais extensa área de baixo desenvolvimento do hemisfério ocidental, segundo a projeção do GTDN. Uma política de industrialização poderia oferecer trabalho para essa massa de subempregados.

A Parte III do texto da SUDENE discorre sobre os aspectos econômicos do Nordeste, principalmente o chamado *hinterland* caracterizado pelo clima e vegetação semiáridos. De acordo com os estudos do GTDN: "Ao contrário da faixa úmida, a região semiárida dedicou-se, desde o início, a uma economia principalmente de subsistência" (SUDENE, 1967, p. 62), que se especializou no movimento de expansão populacional. Um contexto que representava um problema frente ao desequilíbrio entre o crescimento populacional e a apropriação de recursos disponíveis.

Temos então, que o núcleo central da economia das zonas semiáridas é a lavoura de subsistência, pois a renda real de grande parte da população encontra aí sua fonte primária, e as outras atividades, na forma como estão organizadas, pressupõem a existência dessa mão-de-obra barata (SUDENE, 1967, p. 63).

Na ótica do documento planejador, a baixa integração entre mercados e a produtividade escassa suscitadas pela seca corrobora para a intensificação de crises periódicas e, conseqüentemente, o prejuízo para a agricultura de subsistência e a geração de uma calamidade social.

As tentativas de reversão dos efeitos da seca se concentravam na criação de ocupações para a população afetada manter uma renda mínima para o consumo,

evitando o deslocamento em massa para o litoral; bem como, a construção de açudes de pequena e grande capacidades. Todavia, para o GTDN essas tentativas não conseguiam reverter de forma estrutural o problema da seca. As diretrizes do Grupo foram alicerçadas na formulação de uma política efetiva contra a seca, que exigia a clara compreensão sobre como a produção estava organizada.

O primeiro passo estaria na redução do âmbito da agricultura de subsistência a fim de aumentar a faixa de produtividade, pois os efeitos da seca eram causados pela baixa produção da economia nordestina para o abastecimento da ampla população afetada. Sobre o excedente de força de trabalho, o GTDN o considera como problemática cuja proporção não se dimensionava, pois, o sistema econômico nordestino era sustentado por força de trabalho barata. A solução estaria na reorganização da unidade produtiva, que incidiria na liberação de força humana e, conseqüentemente, na abertura de possibilidades de trabalho para reter esse excedente através de indústrias locais.

Além disso, o excedente demográfico poderia ser deslocado para as terras férteis do Maranhão, a partir da reorganização produtiva em indústrias locais em prol da produtividade. Para os planejadores da SUDENE, a intensificação de investimentos industriais passava, necessariamente, pela instalação de indústrias manufatureiras, expansão de indústrias de transformação de ferro e aço, a partir de estudos junto ao GTDN e Banco do Nordeste sobre a possível localização das usinas siderúrgicas. Sem esquecer-se da importância da indústria têxtil-algodoeira para recuperar o potencial produtivo e a capacitação de força de trabalho excedente.

Na obra “O Nordeste e o Regime Autoritário”, Inaiá Moreira de Carvalho (1987) aponta as quatro diretrizes do GTDN para o desenvolvimento nordestino: 1. Intensificação dos investimentos industriais para fomentar a expansão manufatureira e que contribuiria para a formação de uma nova classe dirigente; 2. Transformação da faixa úmida em um mercado abastecedor de alimentos, com a modernização das bases produtivas canavieiras que poderiam liberar terra para o cultivo familiar; 3. Tornar a faixa semiúmida mais resistente às secas, a partir do cultivo de xerófilas e da pecuária, diminuindo o âmbito da agricultura de subsistência; 4. Para solucionar a nova configuração populacional, com a expulsão de força de trabalho da faixa semiúmida, propõe-se o deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão, com o estabelecimento de programas de colonização.

Nesse contexto, são indiscutíveis os avanços dos estudos sobre o combate à seca no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), principalmente no que concerne ao exame descritivo sobre o solo, a vegetação, o clima e a fauna regionais (OLIVEIRA, 2008b). Porém, os mesmos avanços não foram obtidos em relação à estrutura socioeconômica desigual, sustentada pelos grandes coronéis pecuaristas e algodoeiros, avessos a qualquer postura que contrapusesse à exploração dos camponeses, pequenos sitiantes e meeiros nordestinos. A estrutura fundiária nordestina se manteve concentrada, com índices de desigualdade ainda maiores, mesmo a partir dos princípios norteadores do planejamento regional. O trabalho precário se constituía em característica comum ao mundo laboral dos camponeses que formavam a ampla maioria da população. Para Oliveira (2008), essa manutenção refletia a submissão da burguesia industrial para com os interesses da oligarquia agrária vinculada ao algodão e à pecuária. O Estado, desse modo, serviria aos grandes coronéis, na construção ideológica da ‘Geografia do Sertão’, demarcando o chamado Polígono das Secas a partir das condições climáticas e ecológicas (falta de chuvas, vegetação xerófila), mas sob um plano de fundo econômico e político, no contexto de expansão do Nordeste algodoeiro-pecuário.

Os principais investimentos do DNOCS, por exemplo, foram direcionados para obras em propriedades de grandes e médios fazendeiros, em prol do gado e do algodão. O planejamento se revela como mecanismo de divisão social do trabalho, e, “Enquanto forma técnica da divisão do trabalho, num sistema capitalista, é uma forma técnica da divisão do trabalho improdutivo que comanda o trabalho produtivo [...]” (OLIVEIRA, 2008b, p. 129). As próprias políticas públicas representaram a manutenção das relações de trabalho sustentadas na intensa exploração da força humana e a estrutura fundiária desigual.

Na perspectiva de Furtado (2007), consonante ao pensamento do GTDN, o atraso nordestino deveria ser superado a partir da abolição do latifúndio, que, por sua vez, somente se daria com a renovação dos quadros políticos. O entrave estaria na cultura da cana, que deveria ser capitalizada para a agricultura moderna de alimentos. O excesso de população no Semiárido poderia ser direcionado para outras áreas, principalmente, o Maranhão. Contudo, tais mudanças estruturais esbarravam no poder político das elites nordestinas.

Fatalmente, ocorreria o confronto com grandes proprietários de terra, os quais conservavam seu poder local tanto a partir da considerável força que possuíam no congresso nacional, quanto através da manutenção da organização econômica inteiramente inadequada às características geográficas regionais e às necessidades da população (RODRIGUES, 2005, p. 88).

A posse da terra no Brasil sempre significou poder, que desde Getúlio Vargas se constituía em representação no Congresso Nacional, sustentando bases regionais de partidos políticos de prestígio, como o PSD de Juscelino Kubistchek. Tal conjuntura política alicerçada em bases oligárquicas, com o apoio dos empregadores, da Confederação Rural Brasileira e da Sociedade Rural Brasileira e da imprensa, posicionava-se contra diretrizes reformistas que interferissem na estrutura fundiária concentrada (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A perspectiva de Oliveira (2008b) se tece na contramão dos “desequilíbrios regionais”, pois considera a região no contexto da divisão regional do trabalho e da tentativa de homogeneização do espaço no âmbito do sistema capitalista. Contudo, “Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado [...]” (OLIVEIRA, 2008b, p. 146). O desenvolvimento capitalista no Brasil e o processo de acumulação absorvido pela elite política dirigente pautou-se na criação de condições propícias para a expansão de atividades ligadas ao mercado interno que caminhou para a predominância da estrutura produtiva urbana-industrial. Para tal, insere-se como elementos a serem pensados: a regulamentação das leis de relação entre capital e trabalho, para além de uma mera política populista de redistribuição de renda, como importante mecanismo para o processo de acumulação. O salário mínimo se insere nesse contexto para satisfazer as necessidades alimentares de um trabalhador; ou seja, a quantidade de força que este poderia vender: “Essa regulamentação das relações capital-trabalho conferiu, por si mesma, enorme potência à acumulação, que se materializou na indústria, nos equipamentos, na criação da infraestrutura necessária” (OLIVEIRA, 2008b, p. 199).

A integração nacional se configura em pressuposto para a acumulação capitalista, que diante do cenário de crise internacional, voltava-se para o mercado interno, concentrando os meios de produção e a força de trabalho, mas, ao mesmo tempo, exigindo a articulação dos distintos sistemas produtivos ao objetivo final de extrair mais-valor – uma ‘nacionalização do capital’. Portanto, tal movimento de

centralização capitalista significou a transformação do padrão de produção de mercadorias em pura realização de mais-valor, com a redefinição do trabalho.

O discurso desenvolvimentista pautado na tese de integração nacional – e todo um patriotismo em nome do povo e da integridade do território – não excluiu as contradições de interesses entre a nascente burguesia industrial cafeeira, que centraliza o poder político e econômico, concentrado no Centro-sul, especificamente, São Paulo, e as oligarquias agrárias representadas pelos barões do café, coronéis e donos de engenhos no Nordeste. A luta de classes no cerne do planejamento regional manifesta-se com intensidade quando se recorre à questão agrária brasileira de fins da década de 50 e início dos anos 60. A ascensão de forças populares, em destaque, no Nordeste, com a atuação de camponeses, sitiantes, meeiros, arrendatários e até mesmo o proletariado urbano protagonizou a oposição contra a burguesia industrial pactuada ao capital internacional.

A SUDENE, como já apontado, em uma agenda de combate a possíveis sublevações e “desequilíbrios” seria um mecanismo de destruição acelerada da ‘economia regional nordestina’ em prol do movimento de integração nacional. Contudo, em seus projetos de modernização, argumentos como o do rebaixamento dos salários devido a afluência de força de trabalho do Nordeste não se sustenta e é negado nas próprias medidas de planejamento do órgão estatal, pois os contingentes populacionais que buscavam o Centro-sul como oportunidade de postos de trabalho não era exclusivamente nordestino, mas em maior número, advindos de Minas Gerais; e ao defender um atrativo para a localização de fábricas e indústrias no próprio Nordeste, a SUDENE apontava para o grande contingente populacional presente nessa região, nas lavouras de subsistência dos sertões e agrestes.

Sobre a oferta de terras, a modernização agrícola e o abastecimento alimentar propunham-se dois projetos de acordo com o Plano de Ações da SUDENE: aproveitar açudes e barragens e reorganizar o complexo canavieiro. Este último através do incentivo à irrigação e mecanização da produção em prol da competitividade do açúcar no cenário econômico brasileiro, constituindo-se, desse modo, em saída para a crise do cultivo da cana. A possível liberação de terras devido ao aumento da produtividade, reverteria a condição de escassez de terra para a subsistência alimentar, conseqüentemente, revertendo a fome e a miséria em épocas de seca. Ao longo da década de 60, o projeto de desenvolvimento regional transpassava por

mudanças significativas, frente à crise do governo populista, perdendo o apoio das classes subalternas.

Assim, mesmo reconhecendo os graves problemas estruturais internos ao Nordeste, como o arcaísmo e a deteriorada situação da sua economia, ou a pauperização e alto desemprego da sua população, as preocupações básicas do GTDN, incorporadas pela SUDENE, deslocaram-se para o plano (também real) das relações e disparidades existentes entre regiões (CARVALHO, 1987, p. 75).

A industrialização operada pela SUDENE não confrontou a concentração fundiária, as relações precárias de trabalho e a condição de vida dos camponeses. No contexto do Pós-Guerra, segundo Antônio Carlos Robert Moraes (2005, p. 99):

A região perde a positividade apontada no discurso estado-novista, e passa a ser avaliada negativamente como situação a ser superada, num equacionamento teórico cepalino que entende o desenvolvimento como homogeneização dos lugares. Junto com as características das culturas locais, também a hiterlância volta a conhecer um juízo negativo, sendo novamente qualificada como lócus do atraso e da barbárie, os espaços nos quais o Estado deve concluir a construção do país, impondo a vida moderna.

Para Moraes (2005), o governo JK e os seu Plano de Metas expressam o esforço em construir um discurso sobre a nação baseado no ideal moderno, com a interiorização da capital nacional para o Cerrado 'inabitado', e a defesa da intervenção estatal no planejamento regional.

A reforma agrária como uma das bases para o almejado 'desenvolvimento' brasileiro nos anos 50/60 cedeu lugar para a então construção da nova capital federal, um dos símbolos de progresso e modernidade de um suposto Brasil novo. Uma cidade sem ruas, praças, calçadas e pedestres, e que serve de alegoria para a compreensão do mundo do trabalho brasileiro do século XX, pois os milhares de trabalhadores operários que edificaram Brasília advindos do Nordeste, Goiás e Minas Gerais, só a habitaram quando tiveram suas forças de trabalho expropriadas. Sem direitos trabalhistas, negados à "modernidade", levadas inteiras de homens não tiveram escolha senão a de habitarem moradias precárias nos arredores da cidade; processo este que se assistiu nos demais centros urbanos brasileiros. Nas palavras de Eduardo Galeano (2017, p. 286):

Brasília nascia, brotada de uma galera mágica, no meio do deserto, onde índios não conheciam nem mesmo a existência da roda; abriam-se estradas; construíam-se grandes represas; das fábricas de automóveis surgia um carro novo a cada dois minutos. A indústria crescia em ritmo acelerado. Eram abertas portas, de par em par, dos investimentos estrangeiros, aplaudia-se a invasão dos dólares, sentia-se a vibração do dinamismo do progresso.

A ditadura militar e os militares que ocuparam o poder sem o crivo da maioria da população se adaptaram facilmente à cidade tecnocrata, símbolo da modernidade do século XX – vazia, dura e sem povo. Enquanto isso, no lado oposto, os camponeses que formavam a maior parte da população e ocupava o chamado Brasil profundo, retratado pelo movimento modernista brasileiro nas pinturas de Cândido Portinari, na prosa de Guimarães Rosa e Graciliano Ramos e na poesia de João Cabral de Melo Neto, viviam os percalços de um contexto que negava as mínimas condições para uma vida digna. Na obra “Brasil: Uma Biografia”, Schwarcz; Starling (2015, p. 425) argumenta que:

Até o início da década de 1960, as Ligas Camponesas lutaram pela expansão dos direitos civis e sociais, e a estratégia orientou-se pela disputa jurídica: ao representarem o trabalhador rural no tribunal, os advogados das ligas transformavam conflitos sociais em conflitos jurídicos, e o trabalhador, num sujeito portador de direitos.

O campo como espaço de disputa política revelava a luta reivindicatória por terra e trabalho, seja através da ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou da Igreja Católica em suas diferentes frentes: uma que tentava disseminar a doutrina cristã e findar os movimentos de esquerda, e outra que se posicionava ao lado dos trabalhadores. Esta última, ao lado do Movimento de Educação de Base (MEB), que tinha o objetivo de alfabetizar a população camponesa “[...] para produzir uma ação transformadora da realidade” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 426).

As benesses sociais da CLT estiveram previstas no Estatuto do Trabalhador Rural¹⁶, através da Lei Nº. 4.214, de 2 de março de 1963, incluindo o direito ao repouso semanal e às férias remuneradas demandadas pelos pequenos agricultores, parceiros, meeiros e arrendatários, que formavam uma das bases de apoio do Governo João Goulart. Contudo, tal conquista jurídica esteve desde o processo de

¹⁶ LEI Nº 4.214, DE 2 DE MARÇO DE 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm. Acesso em: 11 mar. 2019.

debate em confronto direto com os grandes fazendeiros que sustentavam o maior partido político da época, o PSD. Ao equiparar os trabalhadores rurais aos operários urbanos, o texto não reconhecia desigualdades históricas no campo e uma estrutura arcaica marcada pelo domínio de fazendeiros sobre a política local, concentração fundiária e expectativa de vida que não chegava aos 50 anos.

De acordo com Guilherme Delgado (2003), o pós-guerra esteve marcado pelo debate sobre a questão agrária no Brasil. Esse *lócus* de discussão foi encabeçado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o ataque à estrutura fundiária e ao trabalho expropriador no campo; pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), na perspectiva de desenvolvimento nacional; pelo pensamento católico, com a defesa da função social atribuída à terra; e, por fim, o conservadorismo econômico encabeçado por Delfim Neto e o grupo de economistas da Universidade de São Paulo (USP), que não negavam a estrutura fundiária desigual e excludente. Pelo contrário, afirmavam seu caráter positivo para liberar força de trabalho para a indústria, criar um mercado consumidor de mercadorias dessa mesma indústria, expandir as exportações e financiar parte da capitalização da economia (DELGADO, 2005). Portanto, foi nesse último projeto que a elite político-econômica brasileira centrou seus interesses hegemônicos e autoritários, encerrando a discussão crítica sobre a questão agrária.

O setor rural é interpretado pela classe burguesa brasileira como subsidiário ao fomento da industrialização, frente à modernização agrícola do período entre 1930 e 1980 (DELGADO, 2001). O caminho defendido e encabeçado pela burguesa nacional e absorvido pelos planos de governo da Ditadura Militar configurou-se na modernização sem reforma. A estrutura agrária concentrada não seria um problema para o crescimento, renunciando ao projeto de reforma agrária nos termos do Estatuto do Trabalhador Rural, mas tão somente em ações pontuais e regionais e na defesa da modernização como compromisso para o desenvolvimento econômico.

O governo dos Estados Unidos participou direta e indiretamente dos planos de desenvolvimento regional, no contexto de acentuação do conflito interimperialista e entre comunismo e capitalismo, pois a atuação das Ligas Camponesas era vista como 'perigo vermelho' (OLIVEIRA, 2008b). Até mesmo a atuação da SUDENE e do governo brasileiro foram consideradas com desconfiança pelo serviço secreto estadunidense. O desgaste do nacionalismo populista acompanhou a intensificação da presença de capital estrangeiro na América Latina. No Brasil, "A queda de Goulart,

herdeiro de Vargas no estilo e nas intenções, assinalou a liquidação do populismo e da política de massas” (GALEANO, 2017, p. 282).

O desenvolvimento capitalista em seu movimento histórico já não se compaginava com as mobilizações populares em torno de líderes carismáticos latino-americanos, pois “Era preciso proibir as greves, destruir os sindicatos e os partidos, encarcerar, torturar, matar, e apequenar pela violência os salários dos operários, de modo que pudesse ser contida, à custa da maior pobreza dos pobres, a vertigem da inflação” (GALEANO, 2017, p. 282).

A captura do planejamento e da própria SUDENE pela burguesia internacional associada ao Centro-sul industrial efetivou-se com a crise de 1964 e o golpe militar, fundindo elementos do conflito de classes em escala nacional.

A SUDENE é, nesse sentido, um aviso prévio do Estado autoritário, da exacerbação da fusão Estado-burguesia, da dissolução da ambiguidade Estado-burguesia, a tal ponto que um se confunde com o outro, e os limites de Estado e sociedade civil parecem borrar-se completamente (OLIVEIRA, 2008b, p. 264).

O golpe militar que depôs João Goulart em 1964 e instaurou duas décadas de ditadura no Brasil também derrubou o projeto de reforma agrária em discussão, pois foi a expressão dos anseios dos proprietários fundiários e grandes banqueiros interessados em facilitar a acumulação de capital através da continuada expropriação da força de trabalho barata e a manutenção da posição do país enquanto exportador de bens primários, expandindo a fronteira agrícola através de pacotes de modernização rural. O Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estendeu as diretrizes da CLT para os trabalhadores do campo, mas sem mudanças estruturais no mundo do trabalho. Os ditadores foram responsáveis por um período de ataque à classe trabalhadora, com a proibição das greves e o enfraquecimento de movimentos sociais e sindicais; e enquanto o ‘milagre econômico’ fazia o país alcançar altos índices de crescimento, o inverso responsável pelo fomento da economia deveria ser ocultado pelo programa oficial dos governos militares: diminuição de salários, concessão de poderes aos proprietários dos meios de produção nas negociações com os trabalhadores, incentivo maciço para a entrada de capital estrangeiro no campo em prol da fronteira agrícola nacional.

Perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (riscos de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da 'Revolução Verde', então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras (DELGADO, 2001, p. 165).

O modelo desenvolvimentista só tendeu ao aprofundamento das desigualdades regionais e locais; contudo, satisfazia os interesses burgueses perpetuados após o golpe militar de 1964. O projeto de nação incorporado pelos militares negou a necessidade de uma efetiva Reforma Agrária nos marcos do Estatuto da Terra para se valorizar uma perspectiva pontual pautada no desenvolvimento regional (sobretudo no Nordeste) e uma pauta principal focalizada na modernização agrícola para o cumprimento do desenvolvimento econômico. O campo, nesse contexto, esteve funcional aos interesses do desenvolvimento capitalista no país (funções que variam de acordo com a expansão do capital).

Conforme apontamentos de George Martine (1991), até meados dos anos 60, o nível tecnológico empregado na produção agrícola brasileira se encontrava disperso e concentrado nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, que detinham as maiores frotas de tratores. Contudo, a chamada modernização conservadora, entre os anos 1965 e 1979, como política estatal e pauta econômica enfatizada pelos ditadores, custeados com capital internacional – crédito em demasia para o financiamento da “Revolução Verde” -, é precursora de uma divisão de trabalho crescente, em que grandes proprietários de terras foram beneficiados por altas concessões de crédito em prol de suas produções para o mercado externo:

Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos (MARTINE, 1991, p. 10).

Os interesses do capital na/para a agricultura brasileira, se materializaram na redução do espaço para os cultivos de arrendatários, posseiros e parceiros; bem como, no assalariamento da população camponesa, expulsa em massa para as cidades – aproximadamente 30 milhões entre as décadas de 60 e 80. As várias faces

da modernização agrícola se revelam na associação entre escala, modernidade e produtividade, e como tais contribuem para os setores conservadores defenderem que a grande propriedade sempre será melhor em todos os setores e ocasiões dentro da lógica de produção capitalista do espaço e os camponeses, com histórico vínculo com a terra e o alimento, devem desaparecer em curto ou médio prazo.

Como afirma Galeano (2017, p. 327): “o desenvolvimento é um banquete de escassos convidados, embora seus resplendores enganem, e os pratos principais reservados às mandíbulas estrangeiras”. O suposto progresso trazido com a mecanização agrícola sob bases de investimentos estrangeiros contribuíram para a perpetuação do regime da propriedade privada concentrada, o que aguçou problemas estruturais ao campo brasileiro.

Ao longo do século XX, e, especificamente, no padrão de acumulação de capital estendido para o Brasil, não se deve compreender o subdesenvolvimento como etapa para alcançar o almejado desenvolvimento, ainda que se assista à uma espécie de modernização distorcida e concentrada, progride-se determinada região sem transformar a estrutura de atraso; pelo contrário, o progresso/moderno sustentado através do atraso/arcaico.

A precariedade das condições materiais de existência no Nordeste justificou a afirmação de uma identidade territorial sobre a região, favorecendo grupos dominantes, “Em outras palavras, o que se apresenta como estrutura dual, é na verdade, para o capitalismo, uma estrutura combinada, na qual moderno e atrasado estão imbricados, um em função do outro [...]” (SANTOS, 2007, p. 112).

No tempo/espaço da acumulação capitalista no Brasil, o planejamento se conformou aos interesses do capital internacional, representado pela burguesia industrial do Centro-sul. O Nordeste como ‘região da seca’ é compreendido no cerne da ideologia da integração nacional, cujas elites agrárias se fortaleciam e sustentavam suas bases político-econômicas através da elaboração desse ‘regionalismo’. Desse modo, a economia defasada deveria seguir as propostas de modernização da produção: “A modernização da produção requeria equipamentos agrícolas, tratores (produzidos no Brasil), defensivos, armazéns e silos, além do desenvolvimento de pesquisa e fomento, crédito agrícola e políticas de preços mínimos” (SANTOS, 2007, p. 125).

Os camponeses dos sertões e agrestes, em destaque, da Região Nordeste, sob o pretenso discurso de que as indústrias poderiam oferecer oportunidades de

trabalho, intensificam um processo assistido desde os anos 1930. Nas palavras de Conceição (2007, p. 78): “As grandes cidades passaram a ser focos de concentrações populacionais em guetos, que passaram a reunir centenas e milhares de humanos, na sua grande maioria migrantes, pequenos produtores expulsos do campo frente à modernização agrícola”.

A força dos milhões de nordestinos que participam do movimento de expansão econômica da região durante o período autoritário brasileiro é comparada, nas palavras de Oliveira (1990), ao voo em bando de arribações, pássaros avoantes típicos dessa porção do país. A metamorfose aqui é o processo que insere o Nordeste na perspectiva da homogeneização do capital, a partir da atuação de estatais na viabilização da acumulação:

A inteligibilidade desses processos é acessível nos quadros de sua progressiva integração à dinâmica da economia nacional, e por consequência, do processo de acumulação de capitais, da ação do Estado, da internacionalização produtiva e financeira, da anulação da presença política de algumas classes e setores sociais, da repressão e centralização políticas operadas pelo Estado autoritário, entre outros muitos fatores (OLIVEIRA, 1990, p. 67).

O Nordeste pós-1964, a partir dos planos desenvolvimentistas da SUDENE, configura-se em uma economia cujo tecido social fragmenta-se em uma combinação de continuidade e ruptura, pois as velhas estruturas nordestinas no campo se mantêm como forte determinante político para a região, ao mesmo tempo em que novas estruturas são erguidas de acordo com os interesses da burguesia nacional, sob controle das elites regionais, a exemplo do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Ou seja, como camadas que se superpõem, a região perpassa um processo de intensa presença do capital nacional e internacional, interagindo com o arcaico – a exploração da força de trabalho sobrando nos serviços informais.

Nessa discussão, Oliveira (1990, p. 68) questiona: “O vasto setor informal, nome eufemístico para uma vastíssima ampliação do exército industrial de reserva, é novo ou velho? As duas coisas”, pois o Estado autoritário significou a perpetuação de um Nordeste próspero economicamente, crescendo acima da média nacional, mas que concentra a renda como nenhuma outra região, mantendo uma estrutura de salários extremamente baixos.

Esse Estado do Mal-Estar Social autoritário caracteriza a perda do controle dos aportes públicos, em que se privatizam os fundos públicos e o privado não se publiciza, pois consegue incorporar os interesses do “capitalismo selvagem” em escala nacional, que se expande e hegemoniza no espaço. Portanto, sua regulação não se contrapõe ao privado, ao mesmo tempo em que elimina o público. As empresas ‘modernas’ que adentram a chamada região desempenharam papel semelhante ao que a industrialização nacional possuiu em escala nacional, formando capitais estatais que orientaram a taxa de lucro, e, conseqüentemente, a acumulação a partir da criação de um mercado interno.

O governo militar foi responsável por um novo padrão de dominação e acumulação, através da destruição do aparato nacional-populista, em um processo de repressão institucionalizada como forma de controle da maior parte da população e integração aos interesses do bloco de poder da burguesia nacional, a qual se encontrava cada vez mais intrínseca à internacionalização do capital.

A dura repressão contra camponeses, sindicatos e lideranças trabalhistas esteve entre as principais pautas dos governos ditatoriais, sob o discurso de ‘subvenção contra a ordem imposta’. Esse período foi marcado pelo abandono das demandas sociais e o alinhamento da SUDENE à projetos de incentivo financeiro que favoreciam interesses privados e grandes corporações. A ‘questão Nordeste’ e o diagnóstico do GTDN continuaram como problemáticas orientadoras das ações governamentais da Ditadura, enfatizando a necessidade de expandir as relações capitalistas de produção.

Em relação à força de trabalho – arribações em voo – a incorporação do Nordeste à lógica do capital financeiro, com a transformação das bases materiais da produção moldou o mercado laboral, aumentando consideravelmente a massa assalariada urbana; contudo, não foi suficiente para a cisão completa de camponeses com a terra, como detalha Oliveira (1990, p. 76):

O emprego nos setores da indústria e de serviços saltou de 37% em 1970 para 53% da população ocupada total em 1985, ainda distante da média nacional (72% em 1985). Isto se deve, sobretudo, ao ‘calcanhar de Aquiles’ nordestino: 46% da população ocupada total ainda estava no campo em 1985, o que representa o elemento de continuidade de relações arcaicas de emprego, num conjunto em que os avanços são bem notáveis, apesar de tudo.

O panorama da economia nordestina durante os governos ditatoriais demonstra uma tendência ao crescimento da participação da indústria e dos serviços no PIB regional. Esse último, em destaque, pode estar atribuído à informalidade, como evidencia as estatísticas da PNAD, em 1985, quando do total de empregados da região, 60,1% eram empregados sem carteira assinada, que segundo Oliveira (1990) é a melhor aproximação estatística do trabalho informal no Brasil. Desse percentual, somente 25% ganhavam rendimento mensal acima de um salário mínimo.

A agropecuária, por sua vez, configurou tendência de queda na participação da economia nordestina, mas não como desaparecimento das atividades vinculadas à terra, pois as mesmas concentravam 46% da população ocupada no ano de 1985. O campo mantinha seus sujeitos, em um contexto que sucumbe lutas e movimentos sociais ou qualquer princípio ideológico de cunho 'socialista' em prol dos camponeses.

Na perspectiva de Oliveira (1990), entre rupturas e permanências, deve-se compreender a questão nordestina como mutável de acordo com programas impostos pela burguesia para o desenvolvimento regional. A reificação do 'Nordeste atrasado', por exemplo, até a atualidade se constitui em discurso geográfico utilizado como prioridade nacional para reforçar os mecanismos fiscais-financeiros, na homogeneização do padrão de acumulação global, obscurecendo quaisquer particularidades e singularidades da realidade nordestina.

O mundo do trabalho no contexto do debate modernizador ditatorial – desigual e concentrador – é compreendido nos liames da contradição capital-trabalho que se aguça com o desenvolvimento das forças produtivas, no próprio cerne da acumulação. No movimento de homogeneização, o processo não se completa, pois a própria natureza desigual e combinada do capital não permite sua completude. O rastro de permanência dos arribaçãs é constatado pelos que continuam na terra, em sua condição camponesa.

Não é ao acaso que, ao longo do século XX, a economia brasileira tenha se tornado uma das mais dinâmicas do mundo, com crescimento intenso e acelerado, mas sem distribuição da riqueza. A parca experiência democrática, uma população em crescimento acelerado, e, conseqüentemente, aumento da oferta de força de trabalho barata para a indústria nacional e as ocupações de serviços ocasionais características da informalidade, contribuiu para tal proeza capitalista nos trópicos. O *boom* econômico brasileiro, continuado com o modelo desenvolvimentista entre os anos 1940 e 1960 e a modernização conservadora do período ditatorial entre 1964 e

1985 foi acompanhado pelo aumento da desigualdade social, do nível de pobreza e miséria no país¹⁷.

Os dados dos anuários/censos demográficos desde 1940 até a atualidade aponta um país em tendência à urbanização populacional; porém, a taxa de decréscimo da população rural diminuiu quando se observa os dois últimos censos (Tabela 1):

Tabela 1 – População urbana e rural no Brasil, 1940-2010 (em milhões de habitantes)

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	12,8	18,7	32,0	52,9	80,4	110,8	137,7	160,9
Rural	28,3	33,1	38,9	41,6	39,1	36,0	31,8	29,8
Total	41,1	51,8	70,9	93,5	119,5	146,8	169,5	190,7

Fonte: Série histórica do IBGE

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

O critério político-administrativo para a definição do urbano no Brasil pode ser responsável por encobrir um Brasil consideravelmente mais rural em sua base populacional; contudo, nos marcos demográficos apontados acima, é preciso ressaltar as variações regionais na proporção populacional, pois dos aproximadamente 30 milhões de habitantes que habitam o campo, quase 15 milhões estão no Nordeste.

O estado de Sergipe, e, em específico, o Agreste Central Sergipano se insere nesse processo como *lócus* de diminuição do espaço de reprodução do campesinato,

¹⁷ Uma República Federativa aclamada pelos principais organismos internacionais, constituiu-se a partir da sucessão de golpes políticos que eclodem desde seu início em autoritarismo e exceção cotidiana para a população. Não é de se estranhar que o ritmo de crescimento econômico tenha sido acompanhado pela expulsão do campesinato da terra e urbanização desenfreada, pois a exploração da massa de humanos analfabetos e pobres vindos do campo é a explicação para a riqueza brasileira. Para que o PIB se expandisse e o Brasil figurasse entre as maiores economias mundiais a partir da década de 1970, um processo intenso de exploração da terra e negação do modo de vida camponês acompanharam o movimento de acumulação de capital. A informalidade emerge como a face obscura da expropriação de camponeses no Brasil. Contraditoriamente, as relações camponesas de sociabilidade são mantidas conforme indicam os dados do IBGE, mas cabe questionar: o que a realidade pode detalhar sobre esse processo? Como compreender a permanência do campesinato em um contexto de precarização/precariade das relações de trabalho?

com a espacialização do moderno-capitalista excludente. A terra é cada vez mais restrita e o tempo vinculado ao trabalho na terra passa a ser dividido com outras ocupações. O espectro da informalidade como precarização das relações laborais se encontra intrínseco à expansão de formas de ser do trabalho no campo que não correspondem à sociabilidade camponesa atrelada à terra e comercialização do excedente produzido. Na contramão de qualquer sentido de autonomia e resistência camponesas, a diminuição da terra para a reprodução social, concomitante à penetração do ideário urbano-burguês como modelo de desenvolvimento dominante, frente à miséria e precariedade da vida no campo, apontam para a informalização do trabalho. A permanência se justifica pela morada como habitação e pela justificativa que associa o trabalho assalariado urbano à escolaridade e capacitação técnica, incentivada aos mais jovens.

1.3. Nas entrelinhas das palavras: os pares dialéticos arcaico-moderno e autonomia-heteronomia

A força das palavras pode tornar sem controle o sentido que o pesquisador quer fundamentar o objeto de pesquisa, a exemplo das palavras arcaico e moderno, como par dialético que possibilita compreender a produção capitalista do espaço e a acumulação como motor da sociedade do valor de troca. O arcaico não é o campo e o campo não é o arcaico, como nas entrelinhas da prosa intimista de Raduan Nassar (1989), em que a lavoura arcaica se associa ao privado, ao sentimento de mundo do personagem principal que estranha as relações familiares e o idílico, no sentido que o tempo adquire para o campo, atrelado ao detalhe, ao trabalho contínuo como realização. Para que o arcaico não seja confundido como antiquado, deve ser compreendido como relação, como construção de um pensamento modernista que traz a ‘destruição criativa’ como regra de transformação do mundo. O desenvolvimento capitalista torna o campo antiquado e atrasado, em suas relações sociais autênticas e, em si, modernas. O moderno passa a ser a técnica, o não-trabalho e o fim do campesinato. No combate à ideologia burguesa, descortina-se seus interesses subjetivos e objetivos de destruição e barbárie e inverte-se a ideia: o arcaico como produção capitalista essencial para a disseminação do moderno distorcido e excludente, ou seja, arcaico. O verdadeiro moderno como o campo e sua autonomia camponesa, alvos de combate da ideologia hegemônica.

Os conceitos de autonomia e heteronomia apontam para uma discussão ampla sobre dissociação das relações camponesas. Na realidade dos sujeitos pesquisados, a autonomia se materializa em permanência; todavia, a subordinação da produção e força de trabalho camponesas e o avanço da técnica sobre o cultivo – sistemas de irrigação, uso intensivo de maquinários e venenos expressa-se como heteronomia. De plena condição de realização das próprias condições materiais, passa-se a uma realidade de sujeição/subordinação, em que o camponês necessita tornar-se multifacetado em ocupações diversas para manter-se na terra.

A precarização envolta desses sujeitos ‘desterreados’ é a condição informal do espectro: sem vínculos trabalhistas, ambulantes, responsabilizados pelo consumo de mercadorias que necessitam para adquirir renda. As falas revelam o receio de ser ‘pluriativo’ (precarizado em ocupações para além da terra), pois enquanto camponeses – agricultores familiares para o Estado - possuem direito à aposentadoria rural. O cansaço e o fardo expressos nas falas dos camponeses pesquisados são explicativos de uma realidade marcada pela renúncia ao tempo do ócio e da cada vez menor possibilidade de realização das condições materiais de vida a partir da terra. A postura teórico-metodológica de defesa da autonomia e resistência camponesa não deve anular os resultados advindos nos trabalhos de campo e entrevistas em povoações sergipanas: na busca por ‘dias melhores’ nega-se o campo e deposita-se a ‘esperança’ no trabalho assalariado formalizado.

SEÇÃO II – ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, DESEMPREGO ESTRUTURAL E OS SENTIDOS DA INFORMALIDADE

“Esse sistema requer constante perturbação, distúrbio, agitação; precisa ser permanentemente empurrado e pressionado para manter a própria elasticidade e capacidade de recuperação, para assenhorear-se de novas energias e assimilá-las, para locomover-se na direção de novas alturas de atividade e crescimento” (**Tudo que é sólido desmancha no ar**, Marshall Berman, 2007, p. 144).

Na obra-prima “Para além do capital”, Mészáros (2011) compreende que o capital não deve ser concebido como uma materialidade passível de ser ajustada de acordo com os interesses de cada um, e, desse modo, acima da sociedade civil, da democracia procedimental e de qualquer estrutura social existente. Pelo contrário, enquanto força totalizadora e totalizante da vida, seu controle envolve a tudo e todos, moldando a sociedade de acordo com os interesses de seu sociometabolismo estruturalmente contraditório e limitado – qualquer que seja a forma social, mesmo ínfima, deve ser transformada de acordo com o movimento de acumulação:

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2011, p. 96).

Ao contrário do modo de produção feudal, em que o servo usufruía da propriedade de seus meios de produção, o sistema do capital se apresenta como extração máxima de trabalho excedente, e, portanto, condiciona a separação entre controle e processo produtivo de quem produz. Sua incontrolável força propulsora em busca de lucro, quando emperrada nos limites da própria engrenagem, revela as consequências de um modo de produção movido na autodestruição e expansão cada vez maior de mecanismos de exploração de trabalho excedente: guerras em diversas escalas, crise estrutural, mecanismos de intensificação da extração de mais-valor – excedente de trabalho humano: “Assim, a ‘globalização’ (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início), muito idealizada em nossos dias, na realidade

significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 111).

Toda e qualquer tentativa de ‘solução’ para as contradições do capital devem ser temporárias, sem a completa e estável consumação do conflito, pois enquanto controle sociometabólico estruturalmente antagônico, movimenta-se a partir do desenvolvimento desigual.

Nesta segunda seção, a discussão sobre informalidade no campo fundamenta-se no entendimento de que a história das últimas três décadas se encontra cerceada em um contexto de crise generalizada. Todavia, não se trata de uma crise qualquer, pois sua particularidade é a superfluidade.

2.1. Individualização como face da precarização do trabalho

No mundo da pseudoconcreticidade predomina-se a práxis utilitária, ou seja, a práxis do indivíduo fragmentado, da divisão do trabalho e da sociedade de classes: “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano”, nos escreve Kosik (1976, p. 15).

Desse modo, para se compreender a essência das coisas é preciso ir além da coisa em si. Captá-la é ‘desviar’ para apreender o que não se apresenta no imediato. Como compreender o desemprego estrutural e a expansão das relações informais de trabalho dentro dessa perspectiva? Se a dialética do concreto envolve um pensamento crítico em que seja possível chegar à compreensão da realidade, entende-se que em um mundo marcado por uma crise estrutural, o desemprego deixa de ser considerado enquanto ‘momentâneo’ e passa a ser entendido como condição humana em uma era de superfluidade.

O mundo da realidade é o mundo da realização da verdade, assim, as ilusões devem ser sucumbidas: a partir dos anos 70, a população tende a um processo de negação voraz da vida, com uma massa humana que já nasce desempregada e que tende à informalidade como um privilégio em não estar em desalento.

Em meio à irracionalidade do aparente, é preciso questionar, valendo-se da teoria crítica:

A união da produtividade crescente e da destruição crescente; a iminência de aniquilamento; a rendição do pensamento, das esperanças e do temor às decisões dos poderes existentes; a preservação da miséria em face de riqueza sem precedente, constituem a mais imparcial acusação – ainda que não sejam a razão de ser dessa sociedade, mas apenas um subproduto, o seu racionalismo arrasador, que impele a eficiência e o crescimento, é, em si, irracional (MARCUSE, 1973, p. 17).

As categorias surgidas da subversão contra o sistema capitalista no século XIX trazem no âmago da teoria a negação deste e a busca de uma alternativa. Contudo, a atualidade e necessidade dessas categorias no século XXI apontam para o desafio em destruir toda a lógica exploratória do sociometabolismo do capital.

Nas palavras de Marx (2017, p. 983): “No envolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas”. A força do Estado se faz enquanto mecanismo para a burguesia controlar os salários a fim de manter a realização de mais-valor, aumentando as jornadas de trabalho sem que os trabalhadores possam contrapor a ordem natural das coisas. Nesse movimento contínuo, o trabalho mantém sua centralidade como principal mercadoria para sustentação do sistema, pois a renovação do padrão de acumulação não é possível sem a valorização de valor baseada em precarização intensa de força humana.

No Brasil, o movimento de abertura política e defesa de princípios democráticos foi acompanhado pelo esgotamento do modelo econômico ditatorial¹⁸ e pelo contexto de agudez nas contradições do sistema capitalista, marcado pela crise estrutural do capital. O ‘desmoronar’ do modelo fordista-taylorista de acumulação, findando breves anos gloriosos de pleno emprego e consumo em massa para o centro capitalista e a constituição de um novo padrão de acumulação baseado na flexibilização das relações produtivas desde a década de 1970, não se restringe ao mundo econômico, mas à toda a história cultural, social e política que se constrói até hoje, em que o mundo capitalista adentra uma crise de proporção estrutural e de instabilidade constante.

¹⁸ “Porém, não obstante diferenças, há uma linha de continuidade, qual seja a reprodução da estrutura altamente de posse e uso da terra ao longo de todo o ciclo industrial (1930-1981) e também no período subsequente de relativa estagnação (1982-2003)” (DELGADO, 2005, p. 52).

A mundialização do capital, conforme explorado em Netto e Braz (2012), se configura em uma nova fase do imperialismo, em que a flexibilidade perpassa os processos de trabalho e os padrões de consumo. O avanço técnico-científico que o acompanha é responsável pelo aumento do exército industrial de reserva. A tendência para o mundo do trabalho passa a ser: 1. Um trabalho cada vez mais qualificado e especializado, reduzido a pequenas camadas da classe trabalhadora; 2. O desmonte do poder coletivo da luta sindical; 3. O aumento da competitividade por vagas cada vez mais rarefeitas; 4. A transmutação dos trabalhadores em colaboradores, cooperadores e associados, como possibilidade de negação de direitos trabalhistas e da proteção social; 5. Generalização de formas precarizadas de trabalho, diante do desemprego estrutural, que obriga o trabalhador a estar, de modo simultâneo, em várias ocupações.

Nesse contexto de falseamento da realidade em discursos que afirmam uma suposta pós-modernidade que nega as categorias do debate marxista como explicativos da atualidade em movimento, e alça a identidade e seus congêneres teóricos ao primeiro plano de compreensão do mundo, afirma-se o indivíduo dissociado da perspectiva de luta de classes e da totalidade como unidade de contradições em uma sociedade cada vez mais desigual. Ao mesmo tempo em que é preciso 'empoderar-se' para ocultar a lógica perversa do capital em tempos de crise estrutural, forma-se uma ampla massa de força de trabalho sobrando que, se antes depositava esperanças no crescimento econômico para ser absorvida em empresas e negócios, agora se veem estacionadas no espaço-tempo, como um eterno limbo de não-trabalho de uma sociedade que, contraditoriamente, prescinde de trabalho para funcionar.

Mészáros (2003, p. 01) elenca três aspectos para se pensar a precarização e o desemprego na atual fase de acumulação:

- 1- A "globalização" do desemprego e da precarização, afetando mesmo as partes do mundo capitalisticamente mais desenvolvidas.
- 2- O mito da "flexibilidade" com o qual a pílula amarga é coberta de açúcar. Pois do que estamos a falar é de fato a grave tendência socioeconômica da equalização descendente (*downward equalisation*) da taxa de exploração diferencial.
- 3- A única solução factível para os problemas que enfrentamos é abandonar as trocas socioeconômicas reguladas pela submissão à tirania do "tempo de trabalho necessário" (também chamado "trabalho necessário") para a emancipação através do "tempo disponível" como

a alternativa positiva ao modo de reprodução social metabólica do capital.

As filas de desempregados que se enumeram em países de capitalismo avançado e tardio expressam essa fase perversa de negação da sociabilidade humana e todas as relações e interações do homem com outros homens. Como desespero em uma tentativa de inserir-se a todo custo na lógica de consumo de mercadorias, se enveredam nas formas de *lumpen*-proletariado – informais sem vínculo de assalariamento, mas que são explorados em prol de acumulação e, desse modo, concentração de riqueza nas mãos de poucos.

Esse estado de exceção marcado pela tendência ao pauperismo é reforçado pela responsabilização sobre o homem buscar meios de sobrevivência no mundo capitalista, na batalha contra o fracasso e busca de um ilusório sucesso que a ideologia burguesa tenta disseminar como possibilidade de se empreender. Nesse sentido, reforça-se também a ideia de individualização em um projeto neoliberal de desestruturação da luta trabalhista por meio de sindicatos, associações e comunidades. No exemplo dos trabalhadores rurais, expulsos da terra e sem trabalho, desvinculam-se do sindicato em um processo de afastamento da ideia de classe, pois a terra como permanência da condição camponesa, sucumbida aos ditames do capital, oferece margem para a expansão de relações informais precárias de trabalho entre os camponeses. De acordo com Harvey (2018), uma das expressões da loucura da razão econômica é o descontentamento mesclado ou desespero, principalmente no que concerne ao trabalho, associado à dignidade e respeito. Nesse sentido, a ausência de postos de trabalho para todos e a ampliação cada vez maior do desemprego resulta em uma massiva competição, que se caracteriza pela quantificação de qualificações e a depreciação dos concorrentes.

O regime do salariato e o próprio trabalho não perdem centralidade no contexto de crise estrutural diante do crescente desemprego e da expansão de formas precarizadas; pelo contrário, emergem outras formas de salariato para renovar a acumulação e a exploração da força humana. Tais formas estão expressas em um “salariato precário”, formado pela massa de desempregados, trabalhadores por conta própria e autônomos:

O proletariado se amplia e ganha novas dimensões. As categorias de trabalhadores assalariados e de proletariado assumem novas

determinações. A ideologia burguesa que nega (e oculta) o crescimento do proletariado nas últimas décadas se contrapõe à realidade social e histórica de um mundo de despossuídos submetidos às formas estranhadas do mundo sistêmico do capital (ALVES, 2007, p. 92).

O capital busca substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, mas nunca como possibilidade de eliminação, pois é no trabalho vivo que existe a fonte do mais-valor. A exclusão como mecanismo de controle do capital sobre a força de trabalho se insere como contradição fundamental à reprodução ampliada de capital no contexto de tendência à queda da taxa de lucro e estreitamento dos mercados. Contudo, não deve compreender tal 'exclusão' como dissociação do sujeito diante da sociedade do capital, pois a condição de estar subutilizado ou mesmo desempregado, funciona como mecanismo de disponibilidade de força precarizada, rebaixamento de salários e ataque aos parcos direitos trabalhistas diante do enfraquecimento de organizações sindicais e a disseminação de um discurso universal de 'cada um por si' na brava competição por uma vaga no mercado de trabalho.

O argumento do neoliberalismo embasa-se na competitividade do ser em alcançar o almejado 'sucesso' profissional, devendo este capacitar-se cada vez mais, sem questionar as contradições do próprio sistema capitalista. Como negação da realidade, o capital se personifica nos discursos de 'empoderamento' sobre como cada um é responsável pela própria condição de ser e estar no 'topo', disseminando-se fórmulas e metas sobre como se tornar um profissional bem-sucedido e dono de si em um curto intervalo de tempo. Contudo, como nos escreve Hobsbawm (1995), o desmoronar de curtas décadas de euforia consumista e alta ocupação, com aumentos de salários e postos de trabalho, fortalecimento de sindicatos e do sistema previdenciário na tríade capitalista – EUA, Europa Ocidental e Japão -, impõe uma realidade permanente: todos que nascem sob a égide do novo padrão de acumulação, em um eterno contexto de crise estrutural, estão condenados a serem e estarem desempregados, não como situação a ser resolvida com algum 'boom' econômico, mas como permanente condição incrustada na ontologia do capital em seu movimento incessante.

As instituições constitutivas do capital financeiro determinam a repartição da riqueza socialmente produzida, o nível e as formas do emprego assalariado; ou seja, uma forma impetuosa de fetichismo em um mundo dominado pelas finanças. O processo do trabalho perpetua-se em uma relação entre objetos.

O mercado como palavra-chave da atual fase de acumulação expressa a mundialização do capital argumentada por Chesnais (2015) e que se distingue da globalização elaborada como discurso hegemônico nas *business schools* estadunidenses em um sentido pretencioso de agente econômico. Para o autor supracitado, a globalização consegue escamotear sua essência de rentabilidade máxima, e que não possui nenhum vínculo com a falaciosa ideia de integração mundial em prol da diminuição das desigualdades: “Deixando-o por sua conta, operando sem nenhuma rédea, o capitalismo produz a polarização da riqueza em um polo social (que é também espacial), e no outro polo, a polarização da pobreza e da miséria mais desumana” (CHESNAIS, 2015, p. 13).

O desemprego maciço da força humana é o horizonte da mundialização do capital, e em relação aos países do chamado Terceiro Mundo pela destruição de sistemas de reprodução social de comunidades de camponeses, pescadores e artesãos. A massa de desempregados integra a totalidade do mundo do trabalho enquanto trabalhadores. Para subsistirem são forçados a ocupações precarizadas. De acordo com Menezes (2007) o aumento do desemprego em escala mundial é expressão dos limites encontrados pelo capital em sua marcha por mais-valor, em que a própria fonte de riqueza social é descartada pelos mecanismos de exploração direta.

O trabalho informal enquanto condição do desemprego estrutural contrapõe-se à perspectiva da OIT em considerá-lo como escolha do sujeito, e não o contrário, que é a falta de opção. A produção da superfluidade é a face do desemprego e possibilita compreender o porquê de considerar a informalidade enquanto espectro do mundo do trabalho, para além de uma simples ‘questão urbana’. Enquanto tendência para o futuro, a barbárie encerrada na negação ao trabalho assalariado, com o ataque aos direitos trabalhistas e o fechamento de postos de trabalho ditos formais, o trabalho continua em sua centralidade para o sociometabolismo do capital, porém, moldado aos ditames deste.

Em Thomaz Junior (1999), o conceito de ‘plasticidade’ enfatiza tal caráter móvel e fluído das novas ocupações, deturpadas como formas autônomas, ‘criadas’ pelos próprios sujeitos como ato individual de escolha. Nessa sociedade baseada na exploração ativa de força humana, todas as formas de trabalho se voltam para a extração de valor direta ou indiretamente.

De acordo com o geógrafo, o capital em seu plano ‘global’ se propõe a:

a) sufocar a resistência dos camponeses, das comunidades nativas, indígenas, pescadores, atingidos por barragens, operários urbanos e rurais, desempregados, subempregados, para implementar a expropriação e a sujeição dos camponeses, sendo que ao recriá-los subordina-os com mais intensidade; b) blindar qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado; c) deteriorar e precarizar as condições de trabalho; d) intensificar as jornadas de trabalho; e) ampliar os horizontes da adoção da mão-de-obra infantil; f) desempregar assalariados; g) fragilizar relações de trabalho formais; h) intensificar as práticas da terceirização e das cooperativas de trabalho; i) rebaixar salários, etc (THOMAZ JUNIOR, 1999, p. 06).

O horizonte que se apresenta para o mundo é a disseminação da pobreza e miséria a partir dos processos de expropriação da terra, tornada improdutiva em vastas extensões de hectares. Negados do substrato essencial para a realização da vida, a plasticidade se revela junto à centralidade da categoria trabalho em um âmbito de reestruturação: os camponeses se voltam a um estado de exceção, em que a subordinação traça os destinos de cada um; porém, uma condição que de tão reveladora e perturbadora é cega e cegada.

A ausência de terra suficiente para sobreviver e, conseqüentemente, a busca de ocupações informais no campo, baseadas na precarização e precariedade, são a realidade da metáfora que introduz a dissertação. O mito de Sísifo é reeditado para os tempos contemporâneos, pois é a solidão e a individualidade mais angustiante que o condena a subir e descer o rochedo a carregar seu fardo. A culpa irracional o persegue para tentar justificar aquilo que não tem sentido.

Do mesmo modo, no enfado da labuta a perda do sentido de realização do trabalho persegue o camponês em sua fala. As palavras buscam uma explicação: de quem é a culpa? Por que não temos a sorte de ter uma vida melhor? No misticismo depositam a fé em uma transformação possível e esperançosa, sobrenatural, para que a realidade tão amarga e destruidora de ilusões seja plausível e suportável.

Como na saga de Cipriano Algor, em “A Caverna” (SARAMAGO, 2000), a indignação perante a negação o faz deparar-se com o desespero: o corpo e mente adoecem e a busca por um caminho de solução recai na unidade familiar. A informalidade, portanto, deixa de ser mero dado sistemático e passa a ser entendida como condição de um mundo do trabalho desestruturado e supérfluo.

2.2. A informalidade à luz da aparência do não-valor

Antunes (2020) busca no conceito de nova morfologia do trabalho traçar um panorama dessa heterogeneidade de formas ocupacionais que acompanham as várias clivagens que abarcam o proletariado no tempo/espço de conflitualidade capital-trabalho.

A informalidade deixa de ser exceção para conformar-se em expressão mais adequada aos arautos do capital em expansão a partir de seu sociometabolismo. Aliás, o conceito formulado por Mészáros (2011) bem fundamenta a tese do espectro da informalidade no campo. Todas as relações de trabalho, sejam no campo ou na cidade, nos rincões do país ou na megalópole paulistana, são abarcadas, direta ou indiretamente, pela lógica capitalista, mesmo que, no exemplo dos povoados nordestinos, ainda se assista à permanência de relações de trabalho pautadas na indissociabilidade homem-terra (terra-trabalho).

A atualidade do proletariado, em suas distintas manifestações, encontra no conceito de precarização uma possibilidade de entendimento de suas expressões materiais. “O horizonte de precariedade” de que argumenta Oliveira (2017) contrapõe-se às teses de “fim do trabalho” e de “metamorfoses do campesinato” como condição de “autonomia”, pois fundamenta-se em uma leitura sobre o real, que não o desvincula do movimento e da contradição do desenvolvimento capitalista. Da falácia e restrição dos “30 anos gloriosos”, que mantém taxas de desigualdades intactas, aos obscuros anos do Neoliberalismo, que agudizam a situação da classe trabalhadora, a autora tece a tese de que sob o domínio do capital a conflitualidade é constante, permanente e aterradora.

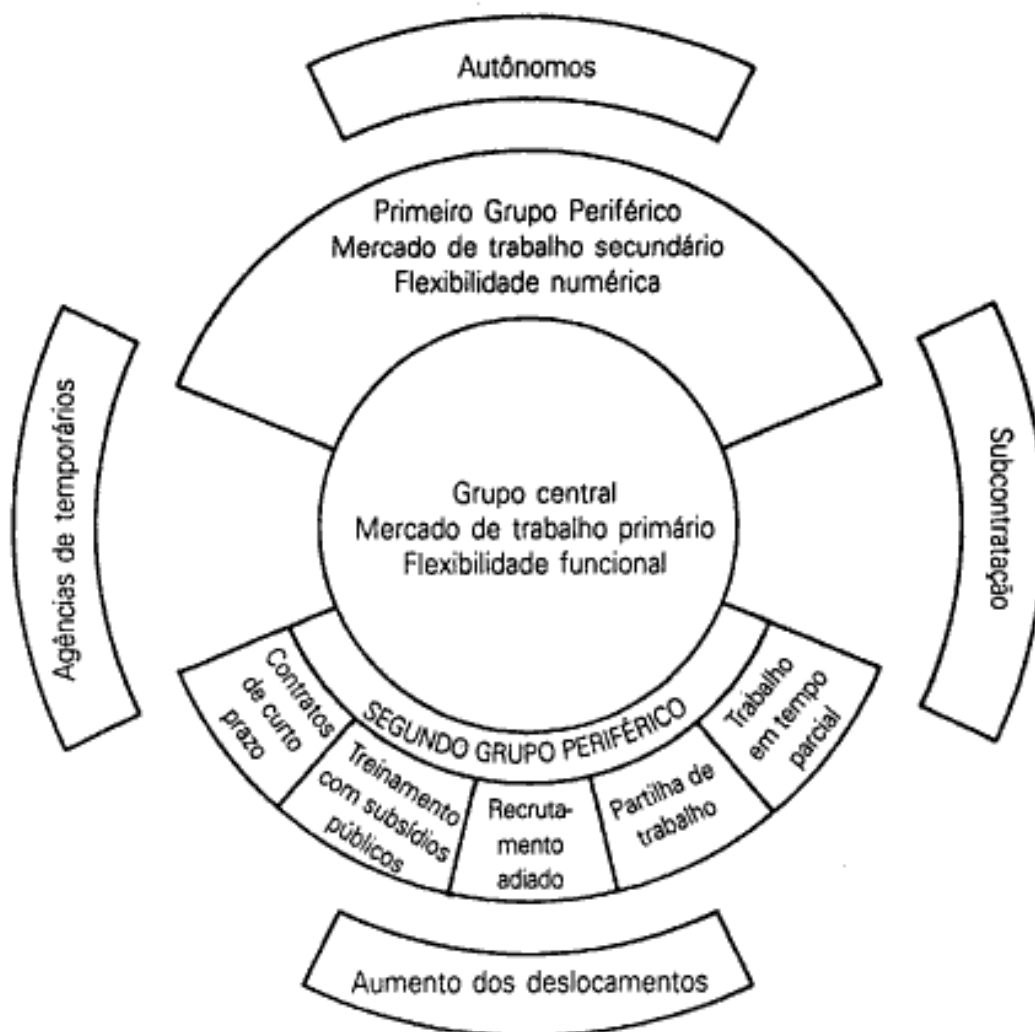
A crise estrutural do capital, cujos marcos temporais apontam para finais dos anos 1960 e inícios dos anos 1970 é gestada no âmago do próprio modo de produção, ao mesmo tempo em que as contradições sistêmicas se agudizam e os limites absolutos se revelam ainda mais tendenciais à barbárie:

A crise não é de formação do valor, mas de valorização produtiva do valor. O valor se forma, mas não consegue se realizar. É uma crise de valorização produtiva, porque faz com que uma imensa massa de capital acumulada (por conta da superexploração da força de trabalho e das políticas neoliberais de precarização do mesmo) não seja

canalizada para a produção e sim para o mercado financeiro (OLIVEIRA, 2017, p. 128).

A crise se revela múltipla e, enquanto expressão das contradições do sistema capitalista, tende ao caos social. A generalização da informalidade não se configura, pois, em anomalia ao capital, como transmitem os relatórios estatísticos de órgãos multilaterais e as políticas públicas de formalização da força de trabalho. Na verdade, enquanto expressão ainda mais eficiente de exploração do trabalho, combina-se como tendência do mundo do trabalho, para além de uma simples conjuntura. Tanto o 'centro', quanto as 'bordas' do mundo do trabalho são afetadas pela desregulamentação trabalhista do capitalismo flexível. No esquema detalhado por David Harvey (2012), em sua "Condição Pós-Moderna", a acumulação flexível pós-1973, marco da crise de caráter estrutural na sociedade moderna, o centro é formado pelos trabalhadores estáveis, uma minoria que conquistou direitos e benesses durante a fase áurea de acumulação nos países que perpassaram um Estado de Bem-Estar Social (EUA, Europa Ocidental, Japão); um primeiro grupo periférico, um segundo grupo periférico e os marginalizados do processo produtivo, formados pelos "autônomos", subcontratados e temporários. A intensificação da mobilidade do trabalho também é descrita pelo geógrafo sob a denominação de "aumento dos deslocamentos" (Figura 2):

Figura 2– Esquematização sobre as estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível



Fonte: Harvey (2012)

Em todas as esferas do mundo do trabalho, desde os mais qualificados até os que integram a massa de marginalizados, a regra da acumulação flexível é válida de forma universal. Na crítica ao discurso pós-moderno, Harvey (2012) argumenta sobre as mudanças nos padrões de produção, circulação e do consumo em um sentido amplo, inserido na totalidade de relações que compreendem a expansão do capital como mecanismo de acumulação mundial. A instabilidade em seus variados sentidos permeia a sociedade sob crise estrutural: “O desemprego e, não menos importante, o subemprego e a perda de sentido são subprodutos dos fortes correntes de transformação tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2018, p. 193).

Ao invés do fim da teoria do valor e do próprio trabalho, o que existe é um maior incremento de valor à produção, em ocupações que assumem uma aparência de não-valor. O que Antunes (2020) define como ‘proletariado dos serviços’ é consequência do desenvolvimento do capital¹⁹ e associa-se ao crescimento e fragmentação de trabalhos associados à flexibilização, como os terceirizados, a exemplo dos trabalhadores do *telemarketing*, ou mesmo, mais recentemente, as distintas formas de teletrabalho e *homeoffice*.

A nova fase da crise estrutural do capital, que tem como marco o ano de 2008 até os nossos dias, o processo de precarização da força de trabalho adquire contornos ainda mais bárbaros e universais, com o aumento do desemprego em escala mundial, aumentaram também os informalizados. Os chamados ‘intermitentes globais’ são enumerados pelos imigrantes que multiplicam os circuitos da mobilidade do trabalho; bem como, as trabalhadoras domésticas e os trabalhadores mais jovens que emergem nas estatísticas como os que mais sofrem com o desemprego estrutural:

O mundo hoje é um excepcional laboratório para se compreender tanto essa tendência de precarização intensificada do trabalho, que amplia exponencialmente as modalidades cada vez mais intermitentes e desprovidas de direitos, quanto a nova era das lutas sociais que acompanham essa processualidade complexa em expansão de escala global (ANTUNES, 2020, p. 67).

Os trabalhadores atuais se recriminam e se pressionam para se tornarem déspotas de si mesmos. O que se apreende, pois, é que a ideia de ‘trabalho autônomo’ escamoteia a subordinação dos que vivem no campo, mas não enxergam horizontes de estabilidade social. A ausência da terra suficiente para todos, combinada à perda da referência ao campo como permanência das contínuas gerações se combinam em uma atualidade marcada pela precariedade social, cujos objetivos e sonhos de melhoria se pautam na cidade e no trabalho com Carteira Assinada. O desmonte os tornam distantes e rarefeitos e as expressões da precarização se expandem nos povoados.

A precariedade social como principal expressão do sociometabolismo é a materialização dos espaços da miséria de que argumenta Conceição (2004) e que são considerados no escrito a partir do campo sergipano. A nebulosidade do conceito

¹⁹ Entende-se desenvolvimento do capital, o movimento conseguinte de evolução das forças produtivas, diante da intensificação da exploração do trabalho.

de informalidade deve ser desvendada como parte da dificuldade em sistematizar múltiplas e multiformes ocupações que se enumeram diante do padrão de acumulação flexível. Conforme Antunes (2015; 2020) e Mattos (2019), os “novos sujeitos” estão imersos em clivagens de raça, gênero, nacionalidade, idade, mas que não devem ser descontextualizados das metamorfoses do ser do trabalho. O chamado “setor de serviços”, por exemplo, é alçado à expansão de forma a ser responsável pela maior participação percentual na dinâmica econômica dos países, estados, e mesmo, municípios. São eles, definidos como serviços, mas polissêmico em seus exemplos, a face da heterogeneidade, fragmentação e complexidade do proletariado²⁰.

A dialética entre trabalho concreto - processo de humanização -, e abstrato, para criar riquezas para o capital (se torna objeto de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação) está no argumento de que quando mais o capital se expande, menos humanizado é o trabalho; quanto mais humanizado é o trabalho, menos o capital se expande: “O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital” (ANTUNES, 2020, p. 116).

Ao contrário da retração da Lei do Valor, assiste-se à ampliação dos seus mecanismos de funcionamento: novas formas de geração de excedentes, expulsão dos ultraqualificados, bem como, enormes contingentes de imigrantes menos qualificados, com fluxos Sul-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul, Norte-Norte e Leste-Oeste, que aumentam os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados.

A atual etapa de decadência do Capitalismo é caracterizada por um desenvolvimento das forças produtivas que não impede que as crises sejam cada vez piores. O fato de haver uma competitividade entre trabalhadoras e trabalhadores por empregos precários é um dos sintomas do mundo do trabalho em que estamos imersos, em que cada um de nós devemos correr atrás das próprias forças. Uma concorrência desleal, conforme Oliveira (2017), gestada a partir das diretrizes da mundialização do capital e que desmascaram as promessas de bem-estar social:

²⁰ Mattos (2019) aponta para um acelerado processo de proletarização, caracterizado pelo aumento da conversão ao assalariamento rural e migração campo-cidade, com a expropriação dos que sobrevivem a partir do trabalho agrícola familiar, garantido com a posse de pequenos lotes de terra.

A superpopulação relativa ou exército de reserva é, a um só tempo, produto da queda da taxa de lucro, e também remédio para ela. Hoje, este avanço das forças produtivas do capital retrai o crescimento da população trabalhadora e conseqüentemente avoluma mais ainda a superpopulação relativa (Ibidem, p.132).

O que assiste em realidade é, enquanto os números do desemprego mundial, e, em particular, brasileiro, se mantêm estáveis, a despeito das metodologias que reduzem a dimensão do problema para torna-lo exceção, a informalidade cresce, pois é o destino dos desempregados. O chamado processo de desproletarização, também entendido como desindustrialização tem sido pela expansão do trabalho em serviços, que na denominação Setor de Serviços escamoteia a dimensão da informalidade, pois permite interpretações generalistas e equivocadas de ‘pleno emprego’, quando, na verdade, existem relações informais tanto na Agricultura, Indústria ou Comércio, cujos fios (in) visíveis são revelados quando se consideram a condição do trabalho – o tempo de estabilidade/instabilidade, o salário recebido, os direitos assistidos, o espaço de realização do trabalho, os aparelhos de proteção, etc.

2.3. A informalidade em sua genética ao mundo do trabalho brasileiro

As estatísticas do IBGE apontam para seguidos recordes na informalidade do trabalho: 38,8 milhões em setembro de 2019, o que significa 41,4% da população ocupada (IBGE, 2019). A categoria de trabalhadores por conta própria contabilizou 24,3 milhões de brasileiros e os que possuíam carteira de trabalho assinada foram 33 milhões.

Nesse panorama estatístico, o Brasil possui expressiva população vinculada ao trabalho informal; porém, com uma também ampla massa de formalizados. A informação de que o Brasil bateu recorde de ocupação em dezembro de 2019 também seguem os dados otimistas do IBGE: 94,4 milhões de pessoas empregadas. Contudo, uma outra informação se encontra diretamente atrelada a esse ‘recorde’, pois ao mesmo tempo, o país atinge o maior contingente de informais. Para o instituto de pesquisa, considera-se informalidade:

1. Conta Própria sem CNPJ;

- 2. Emprego do setor privado sem Carteira de Trabalho assinada;**
- 3. Trabalhador doméstico sem Carteira de Trabalho assinada;**
- 4. Trabalhador familiar auxiliar;**
- 5. Empregador sem CNPJ.**

O formal/informal enquanto dado escamoteia a realidade perversa, pois a condição de informalidade ultrapassa os limites do senso jurídico (ter ou não CNPJ ou Carteira de Trabalho assinada). Como pensar em formalização, por exemplo, através de um trabalhador terceirizado, que se encontra sujeito à precarização, a uma jornada de tempo superior à do contrato e à negação dos direitos trabalhistas? A sua condição de vida é informal no sentido de precária, mas do ponto de vista estatístico, esse trabalhador se insere na massa de ‘formalizados’. Portanto, na tentativa de aprofundar a questão sobre informalidade, é preciso indagar: como a expansão de relações caracterizadas como informais no campo poderia ser definida? E porque definir como informal, uma realidade polissêmica, com tantos exemplos que não se ‘enquadram’ nos limites conceituais?

No caso brasileiro, os momentos da acumulação capitalista recente podem ser sistematizados em um contexto populista, entre 1943 e 1964, o autoritário, entre 1964 e 1974 e a crise no período 1978 e 1989; por fim, o país é introduzido ao regime de acumulação flexível a partir dos anos 1990. A desigualdade social acompanha o contexto de acentuação do conflito do conflito capital versus trabalho, e mesmo com a eleição da esquerda brasileira, a instrumentalização da pobreza tem como resultado a despolitização das lutas sociais. Com a criação de 2,1 milhões de empregos formais por ano entre 2003 e 2010 foi acompanhada pela expansão da precarização do trabalho: aumento nas taxas de rotatividade, de flexibilização, terceirização e acidentes de trabalho.

Nesse íterim, o Brasil recente é resultante da vitória do projeto neoliberal, não interrompido: implantam-se sistemas *just-in-time*, *kanban* e qualidade total, em nome da “modernização do processo produtivo”, que disseminam os Planos de Demissão Voluntária (PDV), a terceirização do trabalho e a informalidade como um todo. O resultado foi a intensificação da reestruturação produtiva, com a flexibilização e a precarização da classe trabalhadora.

O caso brasileiro, pois, é marcado pela contínua expropriação da sociedade, desde a consolidação de suas bases produtivas, com uma industrialização de base

urbano-industrial caracterizada pela compulsoriedade à produtividade (FONTES, 2010). No início da década de 1990, o esvaziamento da luta política que se constituía nos anos 80 reconfigura da classe trabalhadora: demissões em massa sustentadas no “antiestatismo”, a criação da Força Sindical como contraponto à CUT (Central Única de Trabalhadores) e, pois, efetivação do chamado “desmonte por dentro”, com a cooptação dos trabalhadores em prol do apoio às privatizações. Fontes (2010) nos escreve que nos anos 1990, o discurso de sindicalismo cidadão se fortalece, à medida que as expropriações secundárias se encaminham – diminuição de trabalhos estáveis e aumento da informalidade. A “miséria da cidadania” se desvela no apagamento retórico da luta de classes, com o aumento da presença de ONGs que incorporam a ideia de capacitação e geração de empregos. A realidade do fim da década e início do novo milênio no Brasil é a de formação de um excedente desprovido de direitos e da própria identidade proletária. Os governos que se seguiram (Lula e Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores) ampliaram a base de apoio através de políticas assistencialistas de distribuição de renda a um contingente bem superior ao do mandato de Fernando Henrique Cardoso. A redução do desemprego foi proporcionada pela geração de empregos com até dois salários mínimos e uma política de formalização do trabalho (ANTUNES, 2020).

Todavia, a base desigual e concentrada foi mantida, mesmo que o quantitativo de trabalhadores tenha aumentado:

Se os governos Lula e Dilma conseguiram aumentar o número de trabalhadores/as, empregados/as e formalizados/as), e assim, reduzir os índices de desemprego, não foram capazes, no entanto, de eliminar as condições de vulnerabilidade presentes nos níveis de informalidade, terceirização e precarização da força de trabalho no Brasil recente (ANTUNES, 2020, p. 126).

Para Giovanni Alves (2007), a natureza da precariedade do trabalho no Brasil é estrutural ao capital em sua expansão e valorização. Nos últimos trinta anos, o padrão neoliberal de acumulação traz consigo o aumento de formas ditas ‘atípicas’ de trabalho. Ao traçar um panorama sobre o mundo do trabalho brasileiro a partir dos anos 2000, este autor mapeia tendências à precarização e precariedade da força de trabalho: 1. Aumento da busca por qualificações e atributos para postos de trabalho estáveis cada vez mais escassos; 2. Diminuição do chamado proletariado industrial e aumento dos trabalhadores vinculados ao comércio; 3. Dificuldade dos jovens entre

15 e 24 anos inserirem-se no mercado de trabalho e aumento do chamado ‘trabalho idoso’; 4. Expansão do que se denomina ‘formas não-capitalistas’, consideradas como alternativas para a reprodução da força de trabalho para aqueles sem escolaridade suficiente.

Sobre esse último agrupamento, mesmo não correspondendo ao assalariamento capitalista, estão imersos na sociabilidade do capital, sujeito à instabilidade e insegurança e à margem de direitos da suposta ‘cidadania’ em uma democracia:

A crise do capitalismo “desenvolvimentista”, a onda neoliberal e os processos de reestruturação capitalista na produção e nas políticas públicas, impuseram novas determinações à estrutura de classes sociais, promovendo novas clivagens no interior das classes sociais no Brasil (ALVES, 2007, p. 272).

O ‘sonho’ da carteira de trabalho assinada por parte de um amplo contingente de trabalhadores expressa o mito do inalcançável desejo de estabilidade social frente à negação de acesso aos direitos básicos prescritos na Carta de 1988: moradia, educação, saúde, segurança, lazer, em suma, uma vida minimamente digna.

A atualidade é caracterizada pela precarização como regra do mundo do trabalho, no campo e na cidade, com formas ocupacionais marcadas pela instabilidade e afrouxamento das legislações de proteção trabalhista. A associação entre burguesia industrial e latifundiários que também são legitimados pelo Estado fortalecem a expansão capitalista, não somente no latifúndio improdutivo, mas também nos minifúndios que alimentam a sociedade.

O mundo do trabalho no Brasil detalhado nos dados da PNAD Contínua do IBGE aponta para 36,3% da população economicamente ativa em situação de informalidade, definida como trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, sem CNPJ, sem contribuição para a Previdência Social ou sem remuneração, como nos casos de ajuda familiar, conforme sistematizado na Tabela 2 abaixo. Desse percentual, 62,4%, ou 20,8 milhões de trabalhadores são residentes dos municípios que não se configuram espacialmente em região metropolitana ou capital estadual.

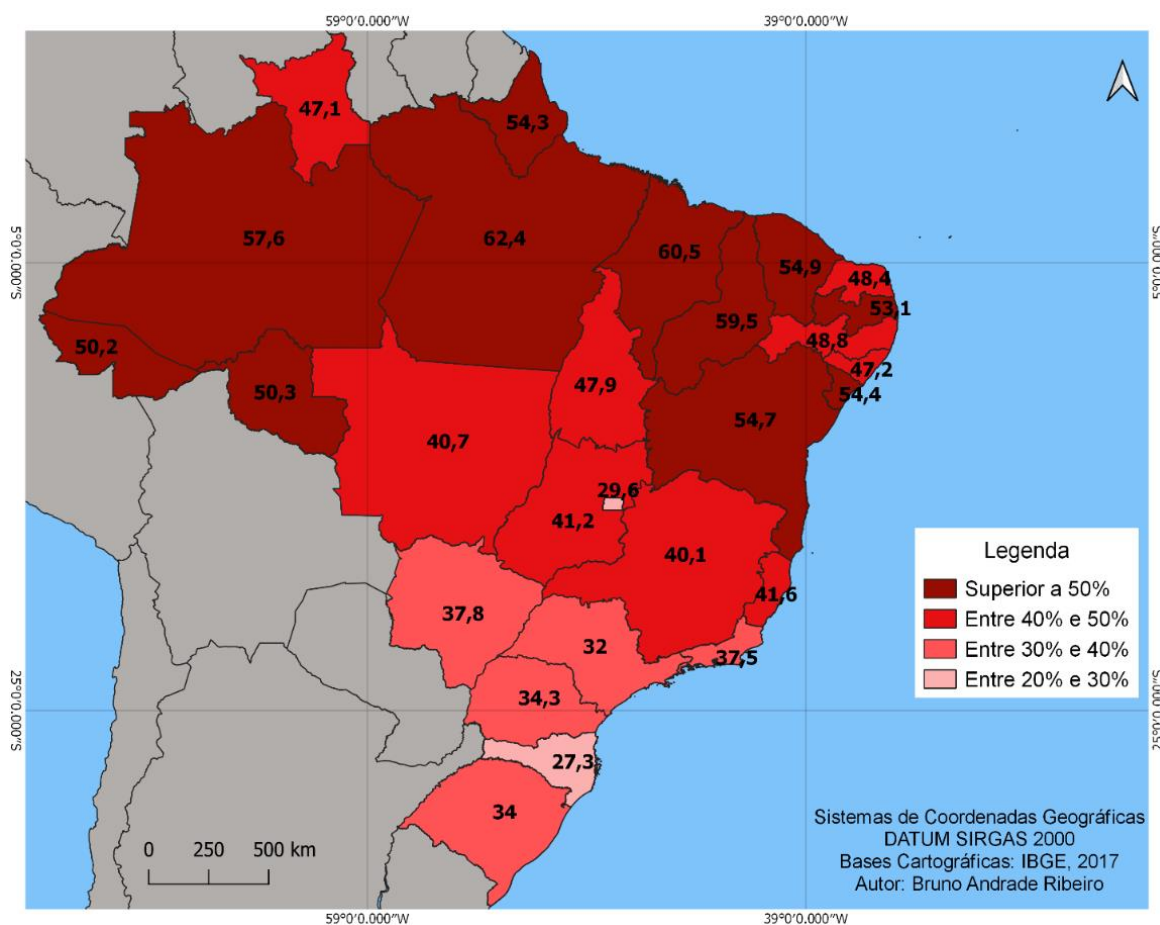
Tabela 2 – Dados sobre mundo do trabalho no Brasil, último trimestre de 2019

Categoria de ocupação	Número de trabalhadores
Trabalhadores desocupados	11,6 milhões
Trabalhadores desalentados	4,6 milhões
Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas	6,8 milhões
Trabalhadores por conta própria	24,5 milhões
Empregado do setor privado sem carteira assinada	11,8 milhões
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	4,5 milhões
Empregado do setor público sem carteira assinada	2,4 milhões
Trabalhador familiar auxiliar	2,0 milhões

Fonte: PNAD Contínua, IBGE, 2020
Organização: Bruno Andrade Ribeiro

A era contemporânea imprime a marca da precarização e precariedade do trabalho sob os moldes da legitimidade do que em décadas anteriores, e mesmo, nos documentos de jurisdição do trabalho, pode ser considerado ilegal. Na afirmação de uma falsa cidadania, os representantes do capital financeiro buscam defender e engajar a sociedade em prol do discurso do ‘faça você mesmo’, como mecanismo de negar o trabalho em sua forma protegida, bem como, os parques direitos, frutos da luta histórica de trabalhadores. O mapa abaixo (Figura 3) sistematiza os dados da informalidade por Unidades Federativas (UFs), ao mesmo tempo em que possibilita interpretações sobre as transformações no mundo do trabalho brasileiro e suas históricas disparidades regionais.

Figura 3 – Taxa de informalidade no Brasil por UF, último trimestre de 2019



Fonte: PNAD Contínua 2019
Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

A informalidade emerge, nessa discussão, como conceito amplo, que abarca não somente uma vertente dos que alegam não possuírem Carteira Assinada, mas também, todos que são absorvidos pelo precário mundo do trabalho para manterem as engrenagens do modo de produção capitalista.

A tendência histórica de ataque aos direitos trabalhistas e à seguridade social, na perspectiva da contradição capital x trabalho, em um cenário de crise que demanda dos proprietários dos meios de produção, mecanismos cada vez mais intensificados de privatização, terceirização, demissões em massa, cortes sociais intitulados 'reformas', somado ao avanço do autoritarismo 'populista' desde os protestos de 2013, captados por setores de direita e extrema-direita para a fundamentação de um sentido apolítico na sociedade e o incentivo para que a classe média se contrapusesse aos governos de esquerda, contribuem para o contexto apresentado pelos dados, contrapostos pelo Presidente da República em exercício, o ultradireitista Jair

Bolsonaro. Desde sua posse até o presente instante de escrita, as notícias sobre a desestruturação de direitos trabalhistas enumeram-se, conforme as principais notícias de veículos midiáticos brasileiros desde o final de 2018 (Quadro 2):

Quadro 2 – Recortes de notícias sobre o mercado de trabalho brasileiro (2018-2019)

FOLHA DE S. PAULO, 08 de novembro de 2018 – Informalidade bate recorde no país e já atinge 43% dos trabalhadores
O ESTADO DE S. PAULO, 12 de janeiro de 2019 – O fim do Ministério do Trabalho e a ameaça aos direitos dos trabalhadores;
O GLOBO, 26 de março de 2019 – Mutirão do emprego atrai milhares de pessoas em SP. Fila é gigantesca;
CARTACAPITAL, 02 de maio de 2019 – Cenário trabalhista é semelhante ao de 64, diz sociólogo
EL PAÍS BRASIL, 01 de junho de 2019 – Desemprego no Brasil chega a 12,5% e atinge 13,2 milhões de trabalhadores, diz IBGE.
O ESTADO DE S. PAULO, 27 de dezembro de 2019 - Com informalidade em alta, taxa de desemprego recua para 11,2% em novembro.

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

O Governo Temer, a partir de 2016, inaugura um tipo ultraneoliberal para uma fase neoliberal já encaminhada, em que o desmonte se aprofunda em projetos que visam, em nome do crescimento econômico, privatizar toda a esfera pública brasileira, em um processo de legalização generalizada de práticas ilegais de trabalho, a citar: a flexibilização de restrições contra o trabalho escravo, a terceirização total com a Reforma Trabalhista (PLC 38/2017) como forma de corroer a CLT e o congelamento de investimentos sociais por vinte anos (PEC 55).

A eleição de Bolsonaro, resultante de uma série de implicações que se articulam: o cenário internacional de crescimento da extrema direita, a devastação neoliberal de governos como o de Mauricio Macri, na Argentina e Sebastian Piñera, no Chile, e, no plano nacional, a disseminação e construção do discurso de “ódio ao PT”, empreendida pela Operação Lava Jato. O apoio da burguesia nacional, das Forças Armadas e do capital financeiro, com a escolha de Paulo Guedes, economista da Escola de Chicago e professor durante a Ditadura sanguinária de Augusto

Pinochet, para o Ministério da Economia consolidam a sua candidatura e, posterior, vitória (ANTUNES, 2020).

O horizonte de aprovação da Reforma Previdenciária e a proposta de Carteira Verde e Amarela marcam dois quesitos centrais de foco da política econômica do Governo Bolsonaro. A primeira aprovada em outubro de 2019 e a segunda, enquanto Medida Provisória, em tramitação até o presente momento.

A Carteira de Trabalho Verde e Amarela (CTVA) se constitui em uma modalidade de contratação voltada para jovens com idade entre 18 e 29 anos, com a redução de direitos trabalhistas em relação às regras atuais aplicadas pelo mercado. As mudanças passam pela relação entre patrão e empregado, que passam a ser mais benéficas para o primeiro grupo: a contribuição do empregador ao Sistema S passa a ser isenta de taxas e o trabalhador demitido sem justa causa passa a não ter direito em relação à metade do salário correspondente até o fim do contrato.

Sobre a Reforma da Previdência, a defesa da equipe econômica partiu do princípio de diminuir “gastos” com aposentadorias, auxílios e pensões, em um país com imensa maioria informal e que necessita aposentar-se por idade. Após a aprovação, prevê-se que as alterações devem retirar R\$800 bilhões de reais pagos para esses beneficiários. Em seu quesito principal, a reforma muda a idade mínima de aposentadoria para 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), com tempo mínimo de contribuição de 20 e 15 anos, respectivamente.

Em nota técnica sobre os impactos da PEC 06/2019 (“Reforma” da Previdência) para a população camponesa, o DIEESE argumenta que a previdência rural brasileira possibilita aos mais vulneráveis, condições mínimas de atendimento a necessidades essenciais; no caso dos produtores, parceiros, meeiros, arrendatários, garimpeiros e pescadores artesanais e respectivos cônjuges são assistidos pelo regime especial de previdência.

Atualmente, existem duas formas de aposentadoria rural: a do assalariado, através do tempo de contribuição (30 para mulheres e 35 para homens) ou por idade (55 para mulheres e 60 para homens, com o mínimo de 15 anos de contribuição) e a aposentadoria da agricultura familiar, cujo critério é a idade mínima (55 anos para mulheres e 60 para homens, comprovando ao menos 15 anos de atividade rural).

A proposta de aumento da idade mínima das mulheres camponesas de 55 para 60 desconsiderada as desigualdades nos níveis de expectativa de vida no Brasil; bem como, a precoce entrada dos camponeses em atividades laborais, antes dos 14 anos:

“exposição ao sol e chuva, esforço físico e repetitivo, posturas incômodas e fatigantes, que limita a capacidade laborativa, principalmente a partir dos 50 anos de idade” (DIEESE, 2019, p. 06).

Enquanto as mulheres camponesas arcavam, de acordo com a PNAD 2014, com 25,3 horas por semana, os homens dedicavam 10,9 horas. Além disso, a partir da noção de informalidade como ausência da carteira de trabalho assinada, o DIEESE aponta para o elevado número de informais no campo – 57% dos homens e 52% das mulheres no segundo semestre de 2018. Outros dados reveladores são os que apontam para a efemeridade nos contratos de trabalho na agropecuária (Tabela 3):

Tabela 3 – Tempo de duração dos contratos formais de trabalho na agropecuária, 2017

Menos de 03 meses	32,8%
Mais de 03 meses e menos de 06 meses	20,2%
Mais de 06 meses e menos de 01 ano	17,9%
Acima de 01 ano	29,1%

Fonte: RAIS, 2017
Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Portanto, como exigir um tempo de contribuição maior para uma população sujeita à instabilidade no mundo do trabalho, à informalidade e precarização? Além disso, o estudo do DIEESE foi responsável por apontar a importância da aposentadoria rural para a maior parte dos municípios brasileiros, pois a partir da renda previdenciária, a economia destes é dinamizada.

O DIEESE calcula o chamado Índice de Condição de Trabalho (ICT) desde 2012, a partir dos dados da PNAD Contínua. Nesse indicador, que varia entre 0 e 1, em que quanto mais próximo de 1 melhores são as condições de trabalho, levam-se em consideração alguns fatores conjunturais do contexto social: ocupações, rendas, formas de contratações, contribuição previdenciária, tempo de procura de trabalho e desigualdade de renda. Entre 2012 e 2014, o índice variou de 0,48 para 0,70, diante da redução no desemprego, no aumento da renda frente à valorização do salário mínimo e do recorde na criação de empregos formais: 49,6 milhões. A situação se reverte a partir do segundo trimestre de 2014 e, principalmente, diante da instabilidade

econômica e política em 2015, com o aumento acelerado da informalidade e da precariedade, o ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários e a legitimação de práticas ilegais de trabalho, como o chamado 'trabalho intermitente'. Diante do caos contra os trabalhadores, o índice chega a 0,35 no segundo trimestre de 2019 (DIEESE, 2019).

A informalidade estatística calcula em 41,4% da população ocupada, maior taxa desde 2016, quando o indicador passou a ser produzido. Contudo, a realidade ultrapassa a compreensão os dados e índices, reveladores de uma condição perversa, mas, ao mesmo tempo, limitados diante dos percalços enfrentados pela classe trabalhadora. No campo, se considerarmos que a ausência de carteira de trabalho é um fator classificatório de trabalho informal, os dados podem assustar, pois a realidade é de contratos intermitentes e curtos. Os que possuem estabelecimentos agrícolas, como, por exemplo, casas de farinha, não possuem comprovações de vínculo empregatício, nem comprovantes que possam informar a jornada de trabalho para efeitos estatísticos.

A condição camponesa sob o espectro da informalidade transmuta as páginas dos documentos oficiais e da carteira de trabalho, em desuso, e atrela-se à labuta diária dos que habitam o campo: em povoados cuja terra e o trabalho camponês estabelecem um modo de vida, a renda camponesa não se restringe aos cultivos, recorrendo-se a jornadas de trabalho que possam contribuir para a reprodução social do sujeito camponês. A informalidade enquanto espectro se materializa nas tentativas de permanência em ocupações que estendem o tempo de esforço físico e mental. A renúncia ao tempo de lazer e ao descanso frente à labuta na terra, subordina-o em um movimento de negação da autonomia.

Nessa ótica, pensar a ampliação de trabalhadores camponeses no espectro da informalidade significa considerar a subordinação desses sujeitos, em um contexto de captura da condição camponesa sob os mecanismos do valor de troca como mediador da vida social, em que a terra e a produção camponesa se encontram escamoteadas pela circulação de mercadorias. A autonomia se dissolve em uma permanência na terra que se explica pelo vínculo à unidade familiar, mas cuja realidade é constituída pela necessidade de ocupações temporárias: contratos de 'limpador', 'roçador', 'colheitador' em terras de outrem. Quando da ausência de trabalho na terra, a busca da reprodução social vincula-se aos serviços comerciais no campo e na cidade, a exemplo dos ambulantes.

A passagem do trabalho formal ‘organizado’ para o trabalho informal – novas condições para a extração de mais-valor – representa a reversão de todo tempo de trabalho em tempo de produção. Desse modo, o trabalhador necessita trabalhar de acordo com os resultados a serem alcançados com a venda de mercadorias.

A precarização e precariedade do trabalho, como conceitua Alves (2007) são as expressões desse novo precário mundo de individualização. Em suas palavras: “[...] a barbárie social altera a dinâmica social e política e coloca novos desafios para a organização da força de trabalho” (ALVES, 2007, p. 104). A reunião como articulação de pautas de luta em prol de direitos e proteções se esvazia no espaço público de luta representado pelo sindicato e/ou associação e os sujeitos andarilhos se enumeram no ir e vir de buscas e estratégias, quase sempre decepcionantes. Na solidão do fracasso, como no mito de Sísifo, esses sujeitos esperançosos silenciam com o fardo cotidiano, sem tempo para o ócio do lazer, mas, ao mesmo tempo, desabafam a situação degradante quando interpelados sobre o contexto de exploração.

A chamada era contemporânea imprime a marca da precarização do trabalho sob os moldes da legitimidade do que em décadas anteriores, e mesmo, nos documentos de jurisdição do trabalho, pode ser considerado ilegal. Na afirmação de uma falsa cidadania, os representantes do capital financeiro buscam defender e engajar a sociedade em prol do discurso do ‘faça você mesmo’, como mecanismo de negar o trabalho em sua forma protegida, bem como, os parques direitos, frutos da luta histórica de trabalhadores. A informalidade emerge, nessa discussão, como conceito amplo, que abarca não somente uma vertente dos que alegam não possuírem carteira assinada, mas também todos que são absorvidos pelo precário mundo do trabalho para manterem as engrenagens do modo de produção capitalista.

Como alternativa capaz de atender as urgências do nosso presente, o trabalho informal em suas diversas facetas é apresentado como a solução para o problema grave do desemprego, capaz de proporcionar ao contingente de trabalhadores desempregados uma maneira segura e próspera de obter renda” (OLIVEIRA, 2005, p. 16).

A perspectiva de Oliveira (2005) considera o trabalho informal como uma continua condição de permanência e provisoriedade do sujeito em um contexto neoliberal, e que no Brasil, passa a ser característica fundante do/no mundo trabalhista. A pesquisa de mestrado do supracitado autor possui como ponto de

partida o estudo de caso sobre trabalhadores por conta própria nas ruas de Salvador, Bahia, como pressuposto de 'empregabilidade' e, portanto, inserção e reinserção constante na exploração da força de trabalho sob o 'sonho'/objetivo de alcançar a estabilidade financeira através de um trabalho fixo.

O autor fundamenta sua compreensão sobre informalidade do trabalho na atualidade através dos pressupostos marxianos sobre exército industrial de reserva, explicitados no Livro I de "O Capital". Para tal, entender o movimento de expansão de mais-valor exige o entendimento sobre a expansão do proletariado como força matriz desse primeiro processo, em uma contínua relação de interdependência que afirma o capital e nega o proletário-trabalhador assalariado. A contínua produção de um excedente supérfluo de força de trabalho condiz com a lógica destrutiva do capital em produzir sua valorização constante, pois significa excedente que não serve aos interesses renovados do ciclo produtivo. A constituição de levas de força de viva em disponibilidade para o capital, perpetua a dominação de uma classe sobre outra, pois a fragmentação dos trabalhadores pressupõe a individualização de cada um deles, 'cambiantes' e 'errantes' em busca de formas de venda da força disponível. A riqueza concentradora dos proprietários dos meios de produção significa a miséria generalizadora dos trabalhadores, tanto os que compõem o chamado exército ativo, quanto os que estão na reserva do processo produtivo.

A ideologia do empreendedorismo no âmbito da atual fase de acumulação capitalista, a partir de relações de produção 'flexíveis', espelha uma sociedade da crise estrutural, e, portanto, como reflexo do movimento de expansão do capital, dissemina-se como discurso de 'exploração voluntária' do trabalhador livre vendedor de força viva, mas que não se encontra absorvido pelos processos produtivos no que corresponde ao assalariamento. A categoria marxiana de 'exército industrial de reserva', em suas variáveis, sobrevive no tempo/espço de sociabilidade humana no atual modo de produção. A essência da relação social dominante fundada no capital em sua universalidade é a valorização sem fim, nem precedentes, de mais-valor, ou seja, a exploração maior e mais intensa de seres humanos.

SEÇÃO III – PARA ALÉM DE UMA QUESTÃO SEMÂNTICA: INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO

“Não cansas de pregar-me o evangelho da ‘parcimônia’ e da ‘abstinência’. Pois bem! Desejo, como um administrador racional e parcimonioso, gerir meu próprio patrimônio, a força de trabalho, abstando-me de qualquer desperdício irrazoável desta última. Quero, a cada dia, fazê-la fluir, pô-la em movimento apenas na medida compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento saudável” (**Manifesto do Comitê de Greve dos Trabalhadores da Construção Civil de Londres, 1860-1861**).

Os dados sobre o mundo do trabalho atual se voltam para uma realidade: a informalidade não é mais exceção entre as ocupações, mas uma regra. O que isso significa? A informalidade é um fenômeno contemporâneo? Em décadas anteriores não existia informalidade?

O conceito emerge nos primeiros estudos e relatórios da OIT associados ao processo de acumulação flexível, o que justifica a fundamentação deste no presente tópico. O informal é, ao mesmo tempo, aquele que está dissociado do trabalho assalariado formal, característico do processo de consolidação do modo de produção capitalista, e também, adjetivo que se dissemina como expressão das novas formas ocupacionais na atualidade.

Contudo, para compreender a semântica da palavra é preciso buscar a argumentação a partir da realidade: o que é informal? Para o Estado é a ausência do registro oficial, a carteira de trabalho determina o formal/informal em uma perspectiva dualista para os fins sistemáticos de construção estatística.

Para além de um conceito estatístico, a informalidade como espectro aponta para o processo de subordinação do trabalho: uma imagem fantasmagórica que ronda a condição humana em um modo de produção pautado na acumulação de riqueza a partir da exploração de força física e mental. Nessa perspectiva, o informal se encontra intrínseco à instabilidade, e, portanto, ao trabalho abstrato. Contudo, para além do dualismo formal/informal, fundamenta-se a definição de informalidade enquanto e através da compreensão de precarização/precariedade do trabalho.

A realidade como ponto de partida/chegada aponta para a condição camponesa – terra e trabalho concreto – cada vez subordinados aos interesses

capitalistas. A informalidade se coloca como negação da estabilidade atrelada à terra e a perpetuação do modo de vida camponês; ou seja, um processo resultante da subordinação e, ao mesmo tempo, reprodução da mercadoria no campo.

Na perspectiva de Maria Augusta Tavares (2015), o trabalho informal é a principal expressão do mundo moderno, pois atrela-se à flexibilidade das relações de produção na atual fase de acumulação. A generalização das ocupações informais no mundo do trabalho não pode ser analisada deslocada da contextualização sobre as metamorfoses laborais das últimas décadas.

De acordo com a autora, as noções de setor formal e informal emergem a partir do Relatório do Quênia, em 1972, com uma série de prescrições sobre o que se configura informal:

Facilidade de acesso (baixo nível de capitalização e de tecnologia, gerando baixa produtividade), utilização de recursos locais, propriedade familiar, escala de atividade reduzida, uso de tecnologia que privilegia o recurso à mão de obra (caráter extensivo), qualificação adquirida fora do sistema oficial de formação e mercados concorrenciais e sem regulamentação (TAVARES, 2015, p. 41).

Contudo, a autora sustenta a tese de que durante a crise estrutural do capital, a informalidade não deve ser justificada em uma leitura dualista que a cinde da formalidade, pois nesse contexto de precarização, possuir uma ocupação instável e mal paga se tornou um privilégio.

A massa de desempregados que cresce de modo contínuo comprova a perversidade e barbárie de uma sociedade em crise, à beira do caos. No Brasil, país em que não se assistiu a políticas de bem-estar social, essa conjuntura tende a ser ainda mais caótica: entre os anos 90 e a atualidade, a marcha do neoliberalismo corrói a parca legislação trabalhista e legitima a precarização como única escolha e alternativa para os milhões que se encontram diante da intermitência.

O trabalho informal se insere como uma das formas pelas quais o capitalismo se move no mundo contemporâneo, travestido de ‘trabalho por conta própria’ para reforçar os mecanismos de dissimulação da condição de exploração atroz para a afirmar a falsa ideia de autonomia dos trabalhadores. O mercado continua a ser o senhor definidor da vida desses sujeitos supérfluos, em um tempo necessário para a sobrevivência na busca de alguma espécie de remuneração.

Os discursos de sedução do trabalhador se encarregam em depositar a responsabilidade pelo fracasso/sucesso, encobrendo a desilusão de um mundo do trabalho marcado pela negação ao labor capitalista assalariado. A luta passa a ser para inserir no mercado de trabalho, para explorar-se em um acirramento da competitividade entre os sujeitos.

A semântica ‘informal’, ‘conta própria’, ‘autônomo’ não transforma a realidade como ausente de exploração do trabalho, mas mascara a exploração para distanciar o horizonte revolucionário. A informalidade é construída no debate conceitual enquanto condição de subdesenvolvimento, em perspectivas que não consideram a contradição do sistema capitalista em desenvolver-se a partir dos espaços da miséria. A noção de ‘exclusão’ que fundamenta o trabalho informal se insere em uma leitura de defesa do Estado como ‘concessor’ de benesses e o capitalismo como regulador social, harmônico e incontestado. Contudo, compreende-se que toda forma de ocupação no atual desenvolvimento da relação capitalista de produção atrela-se a, pelo menos, uma das fases do ciclo do capital, seja direta ou indiretamente. Portanto, até mesmo os ‘excluídos’ se encontram inclusos na lógica perversa da engrenagem sociometabólica do capital. O vocabulário de palavras se amontoa: subdesenvolvimento/desenvolvimento, exclusão/inclusão, informalidade/formalidade, mas se consideradas na fixidez do dicionário, a essência móvel e transformante delas não é captada.

Outros autores que colaboram para essa discussão são Netto; Braz (2012). O fim da ilusão dos ‘anos dourados’ está pautado na desconstrução de uma sociedade marcada pela defesa impertinente do desenvolvimento capitalista, seja com o *Welfare State* no centro ou com a industrialização enquanto ‘cura’ na periferia. Nas palavras dos autores: “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 226).

Em dissertação de mestrado, Soares (2003) defende que o trabalho informal perpassa um processo de subsunção ao capital no contexto de crise estrutural e reestruturação produtiva. Para tal, argumenta-se sobre o surgimento do mercado de trabalho, locus de confronto entre capitalista e trabalhador, em que a existência de um excedente de força de trabalho livre para ser explorada se constitui essencial para o rebaixamento dos salários. São estes trabalhadores sobrando essenciais para se

compreender a informalidade em sua funcionalidade ao sistema capitalista, entendida não como criação ou criatividade atrelada ao sujeito, mas criatura da grotesca lógica de acumulação que desperdiça e, ao mesmo tempo, insere a exclusão na dinâmica em prol do lucro.

A informalidade, pois, é mobilidade e instabilidade, tomando as brechas deixadas pelo conflito capital versus trabalho, marcado pelo desmonte do sistema de assalariado dito formal. Nessa perspectiva, entende-se que se a verdadeira face do trabalho informal está na busca pela reprodução social diante da negação ao contrato formal de trabalho de um amplo exército de reserva, sua configuração transmuta o espaço-tempo de consolidação do modo de produção capitalista. Sua gestação esteve associada ao próprio processo de acumulação primitiva e a disseminação nos quatro quadrantes do globo segue o desenvolvimento desigual e combinado do próprio capitalismo.

Desde os trabalhadores encapsulados no Japão até as domésticas de origem latino-americana nos Estados Unidos, os ambulantes brasileiros e a gigantesca força de trabalho barata na China, a heterogeneidade do trabalho informal na atualidade é reveladora da essência do termo 'flexibilidade'. O que são os motoristas de aplicativos senão a tendência do mundo do trabalho ao *just-in-time*? Nessa modalidade de exploração, anula-se a responsabilidade das multinacionais (Uber, 99, Rappi) frente à proteção trabalhista sob a justificativa de que os associados são 'colaboradores', livres para decidirem se querem ou não se vincular ao sistema.

A questão é: existe outra escolha? A liberdade se revela a mais perversa subordinação aos ditames de um capital cada vez mais voraz e perspicaz, que se vale das mais distintas estratégias de extração de sobretrabalho para perpetuar a desigualdade e a concentração de riqueza.

Para Malaguti (2000, p. 13), a informalidade é atemporal na sociedade do capital: "Uma face obscura da modernidade, de difícil percepção, gelatinosa e escorregadia". Muito além de uma característica atrelada à periferia do mundo capitalista, é a condição do mundo do trabalho contemporâneo, presente de distintas formas nos quatro quadrantes do globo. Portanto, não é algo que pode ser 'combatido' do sistema, pois expressa a perda da materialidade relacional do regime de salariedade. A informalidade emerge enquanto um híbrido, que adentra o dito formal.

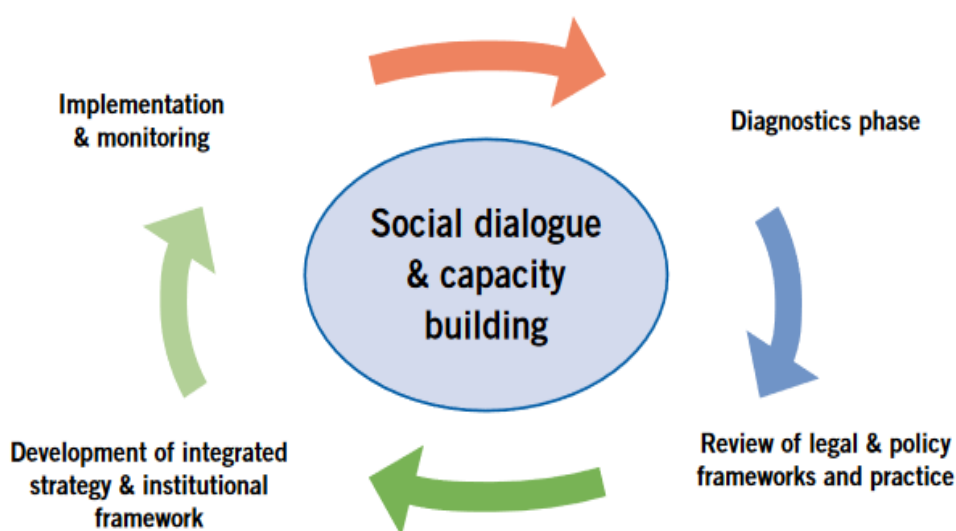
Em Relatório datado de 2018, a OIT estimou em 61,2% da força de trabalho global inserida na economia informal, correspondente a 2 bilhões de seres humanos.

A perspectiva dualista setorial da organização defende o ‘combate’ à informalidade em prol da disseminação de um trabalho cada vez mais formalizado, pois desconsidera a realidade contraditória e a funcionalidade do trabalho informal à sociedade do capital. Nas palavras dos teóricos oiteanos (OIT, 2018, p. 01):

As 2 billion of the world’s employed population make their living in the informal economy, there is an urgent need to tackle informality. Although not everyone in the informal economy is poor and there is poverty in the formal economy, ample empirical research has shown that workers in the informal economy face a higher risk of poverty than those in the formal economy, while informal economic units face lower productivity and income.

Os dados organizados para cada continente buscam a ‘transição da economia informal para a formal’ como recomendação internacional. Para tal, deve-se seguir as etapas centradas no ‘diálogo social e capacidade de construção’ (Figura 4):

Figura 4 – Modelo de intervenção para formalização da economia informal, OIT, 2018



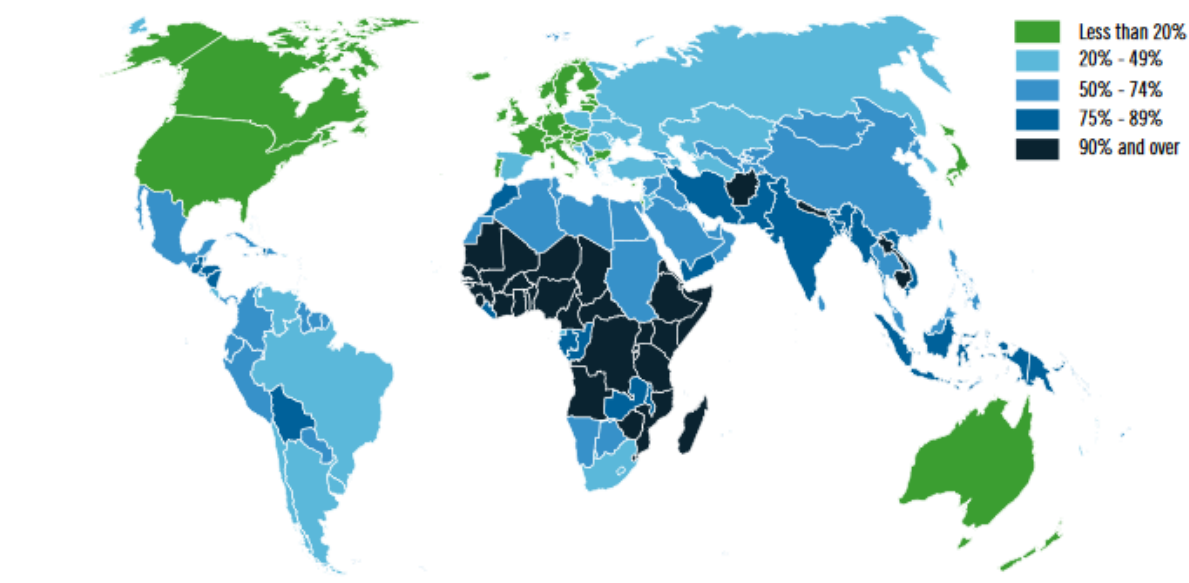
Fonte: Relatório da OIT, 2018

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

A estratégia de ‘formalização’ inicia-se com: 1. Implementação e monitoramento, 2. Fase de diagnósticos, 3. Revisão das estruturas e práticas legais e 4. Desenvolvimento de estratégia integrada e estrutura institucional, retornando ao primeiro passo como um ciclo contínuo. Contudo, toda a estrutura pensada para ‘combater’ a informalidade prende-se ao plano semântico da palavra, pois reduz-se a tornar o informal legalizado perante o aparato institucional da OIT.

Como combater uma condição estrutural do trabalho que insere 2 bilhões de seres humanos na instabilidade? Presume-se que existe alternativa/escolha para essa massa de intermitentes, como se a culpa fosse o fardo desses Sísifos condenados ao ir e vir da mobilidade do trabalho. Para a OIT, cabe ao Estado conceder todo o aparato para o suposto ‘combate’ ao informal. Contudo, se pensarmos que no Brasil de 2018, o trabalho intermitente adquiriu *status* de legalizado na Reforma Trabalhista entendemos o real sentido de combate. O mapa abaixo (Figura 5), produzido pelo Relatório da OIT, a partir de dados de 2016, oferece um panorama mundial sobre a informalidade:

Figura 5 – Trabalho informal no mundo, 2016



Fonte: OIT, 2018

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Enquanto o centro capitalista, entendido pela OIT como ‘países desenvolvidos’ (EUA, Canadá, Europa Ocidental, Japão, Austrália e Nova Zelândia), são os que apresentam as menores estimativas, inferiores a 20%, a África é o continente com números superiores a 90%. O Brasil insere-se na faixa entre 20 e 49%, ou seja, com a maior parcela da força de trabalho na ‘formalidade’. Os dados ‘ocultam’ o trabalho informal como regra em um contexto de crise estrutural e o torna exceção inerente ao ‘subdesenvolvimento’, para reafirmar o papel de ‘combate’ que o Estado deve encabeçar.

Todavia, conforme Mészáros (2003), a estatística é apropriada para os fins e interesses dos que almejam normalizar a barbárie, pois quando a realidade é tornada de cabeça para baixo, revela-se a verdade: por exemplo, os EUA foram alçados nos noticiários de 2019 como exemplo de diminuição do desemprego, com 3,8% da população nessa condição; porém, o desalento e a subocupação batem recordes na terra do Tio Sam²¹.

3.1. Camponeses sergipanos nos liames de uma modernização excludente

José de Souza Martins (1993) enfatiza em ensaios sobre as lutas camponesas no cerne do desenvolvimento capitalista, que o capital não somente produz e reproduz o campesinato, mas também, se torna responsável por sua expansão. A recriação de relações sociais de exploração que mediam a acumulação revelam a lógica destrutiva e contraditória do capital em seu movimento contínuo de valorização.

A gradativa diminuição dos pequenos agricultores e o aumento de trabalhadores assalariados ao longo das décadas de 70 e 80 revelam, segundo Martins (1993, p. 118), um quadro de proletarização de lavradores, que encontra sentido na concentração de terra: “[...] em 1980, 50,4% dos estabelecimentos agropecuários (de um total de 5.167.578) tinham menos de 10 hectares e abrangiam apenas 2,4% da terra ocupada; enquanto 0,9% dos estabelecimentos tinham área de mais de mil hectares e compreendiam 45% das terras”.

²¹ Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2018/06/desemprego-baixo-nos-eua-esconde-aumento-do-numero-de-trabalhadores-que-vivem-em-condicoes-precarias.html>. Acesso em 26 dez. 2018

Os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1980 embasam a análise de Martins (1993) ao observar que, apesar do aumento no número de pequenos estabelecimentos destinados ao trabalho familiar – até 20 hectares – a área de terra reservada para estes diminuiu. O exemplo dos trabalhadores do Nordeste semiárido é enfatizado como revelador da miséria no campo, pois, explorados em programas de construção de barragens, açudes e estradas – supostamente “em prol do desenvolvimento” -, recebiam salário paupérrimo²². Além destes, aqueles vinculados às safras da cana-de-açúcar e os chamados ‘corumbas’ do agreste também permeiam o quadro de precarização da força de trabalho camponesa, migrando nos períodos entressafras em busca de alguma ocupação, negados a uma condição de vida plena e satisfatória.

O desvelar da precarização e precariedade no âmago do mundo do trabalho camponês no Brasil é entendido a partir da elaboração de um discurso pautado no mito da modernização para o campo ganhou força nas políticas governamentais entre as décadas de 1960 e 1980. A ideologia de superação da condição subdesenvolvida passou pelo alinhamento do Estado ao capital financeiro em prol de investimentos em infraestrutura, financiamento de empresas e produção de matérias-primas e insumos; desse modo,

A modernização foi então estabelecida com todas as condições institucionais necessárias, com um forte impulso do Estado, políticas de preços mínimos, créditos a juros baixos ou negativos para investimentos, subsídios para a compra de insumos modernos, redução e eliminação de impostos e da pesquisa técnica pelos institutos do Estado (OLIVEIRA, 2007, p. 79).

O padrão moderno de acumulação imposto ao campo brasileiro é acompanhado pela rápida e intensa expropriação do campesinato, com amplas parcelas de terra reservadas para a pecuária extensiva e a destinação de subsídios tecnológicos para inserir a agricultura ao mercado capitalista. A manutenção da estrutura fundiária concentrada em poucas propriedades com extensos hectares e o aumento no número de minifúndios e a diminuição da área de abrangência em relação ao território nacional se encontra associada a perda da condição camponesa diante do avanço da modernização excludente que se assiste ao longo do século XX.

²² 15.300 cruzeiros, equivalentes nos anos 80, auge da seca nordestina do século XX, a 21 dólares mensais.

Na Tese de Doutorado intitulada “A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato”, Ideni Terezinha Antonello parte da premissa de que a perda da centralidade da categoria trabalho devido os avanços tecnológicos proporcionados pela reestruturação produtiva do capital através da disseminação do padrão toyotista de produção e acumulação molda o campesinato de acordo com a renovação dos mecanismos acumulativos. Para a autora, a racionalização imposta pelo capital transformou o camponês em uma metamorfose do ‘espírito capitalista’, superando uma visão idílica e a relação natural com a terra. Em suas palavras: “[...] a automatização da produção vinculada à informática e as revoluções biotecnológicas tornam o trabalho humano (família) dispensável, obsoleto” (ANTONELLO, 2001, p. 34).

Concomitante à suposta ‘morte do trabalho’ está a ‘morte do campesinato’ condicionada pelas metamorfoses do trabalho camponês motivadas pelas tecnologias da informação; “Por conseguinte, se o camponês não se adaptar à lógica da automação desaparece, ressurgirá como empreendedor capitalista individual” (ANTONELLO, 2001, p. 37).

Contudo, na contramão dessa perspectiva de negação do trabalho como categoria social de entendimento sobre o avanço das relações capitalistas de produção no campo, a premissa que encaminha a presente Dissertação aponta para a cada vez maior exploração do trabalho camponês sob mecanismos renovados de acumulação, travestidos sob múltiplos discursos de ‘superação’, ‘empreendimento’ e ‘empoderamento’. A autora reafirma na tese defendida o papel da inserção do camponês ao mercado e ao ‘espírito capitalista’ da racionalização de Max Weber como possibilidade de se desenvolver a pluriatividade rural, descrita como a combinação entre atividades tipicamente agrícolas e não-agrícolas. Nessa leitura, o campo perpassaria por um ‘renascimento’, em que a condição camponesa permanece sob novas formas. O ‘novo’ concebido como introdução do desenvolvimento rural e, desse modo, parte do movimento de espacialização do capital²³.

Para Antonello (2001), a desestruturação do campesinato sergipano encontra-se paralela ao fortalecimento das grandes propriedades, que saem fortalecidas tanto

²³ Antonello (2001) procede uma discussão sobre o modelo francês de desenvolvimento rural após a Primeira Guerra Mundial, com a difusão de programas de desestruturação da pequena propriedade e imposição de um padrão superior a 50 hectares; bem como, a gradativa expulsão da força de trabalho camponesa com a especialização entre poucos trabalhadores.

em número de estabelecimentos quanto em área. Na discussão da citada autora, o campesinato sergipano se encontra distante da racionalidade capitalista e reveste-se um caráter tradicional, atrelado ao trabalho como satisfação da família.

A atuação do Estado como reorganizador do espaço rural se condicionaria como fator para a dissolução do 'tradicionalismo' camponês, pois novas necessidades e padrões de produção e consumo inserem o sujeito do campo ao mercado em busca de renda a partir do nível de comercialização do produto. Os dados sobre pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários sergipanos informam que nas propriedades, entre 1970 e 1996, manteve a força familiar como principal ocupante; mesmo com uma variação negativa nesse período: as áreas com menos de 10 hectares foram de 95,86% em 1970 para 91,32% de força familiar ocupada.

Nessa análise, enfoca-se sobre a insatisfação gerada entre os camponeses frente à diminuição do potencial produtivo da unidade de produção familiar e o atendimento às novas necessidades de consumo é responsável por dissociar parte do campesinato à terra, que se impele em buscar trabalho fora da unidade familiar. Na perspectiva de pluriatividade embasada em Sérgio Schneider nega-se a compreensão sobre o mundo do trabalho no cerne da acumulação flexível a partir dos anos 1980, ocultando a tendência à precarização da força humana em ocupações informais. A suposta 'pluriatividade', na verdade, associa-se à perda da terra como perda da condição camponesa de sobrevivência. Quanto esse processo que reverbera de modo direto na produção desigual do espaço é lido/considerado dissociado da agudez do conflito capital versus trabalho, desemboca-se em uma análise aparente da realidade, reduzida a uma causa e um efeito.

A informalidade como trabalho precário passa a ser compreendida como estratégia de reprodução camponesa, em que esse 'sujeito pluriativo' se encaminha para a autonomia e status de empreendedor rural, envolto de múltiplas ocupações que oferecem renda para mantê-lo à terra.

A penetração capitalista no espaço rural sergipano subverte e reorienta a organização do trabalho intraunidade de produção camponesa, inserindo-o, via mercado, à economia capitalista. Contudo, não altera a visão de empreendedor-camponês da unidade de exploração como meio de existência do grupo doméstico (ANTONELLO, 2001, p. 168).

Ao aludir aos camponeses horticultores de Itabaiana, Antonello (2001) faz referência aos perímetros irrigados, o primeiro criado no final dos anos 50 (Macela), gerenciado pelo IFOCS, posterior DNOCS, e, na atualidade, o surgimento de outros perímetros (Ribeira e Jacarecica), no âmbito da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO). Nas palavras da autora: “[...] a técnica da irrigação é o elemento fomentador da dissolução da visão tradicional do trabalho, pois personifica a penetração da lógica do capital na produção camponesa” (ANTONELLO, 2001, p. 175).

Nesse recorte, os camponeses são caracterizados como dependentes de recursos externos – aposentadorias, cesta básica, trabalho externo -, em uma ‘economia de necessidade’ que se encontra à margem da lógica capitalista de mercado. Diante de tal argumentação, reafirma-se a relação entre o trabalho fora da unidade familiar e a continuidade da produção camponesa, como possibilidade de o camponês tornar-se ‘polivalente’ (Idem, p. 188).

Os conceitos marxianos de trabalho abstrato, trabalho concreto, alienação, valor de uso e valor de troca são incluídos ao longo da tese; todavia, sem inseri-los na crítica sobre como o mundo laboral capitalista é coeso a um movimento de dissociação da terra e do camponês e o fruto do trabalho, conforme destacado no seguinte excerto:

Por inacreditável que seja, o trabalho sob a forma de trabalho concreto, se apresenta em seu pleno sentido no agro sergipano resultante de um pseudodesenvolvimento econômico, que não faz verter a fonte que alimentaria a metamorfose do trabalho. Ao mesmo tempo, condena uma população a reproduzir-se em condições materiais de produção e de vida recíprocas do século passado (ANTONELLO, 2001, p. 237).

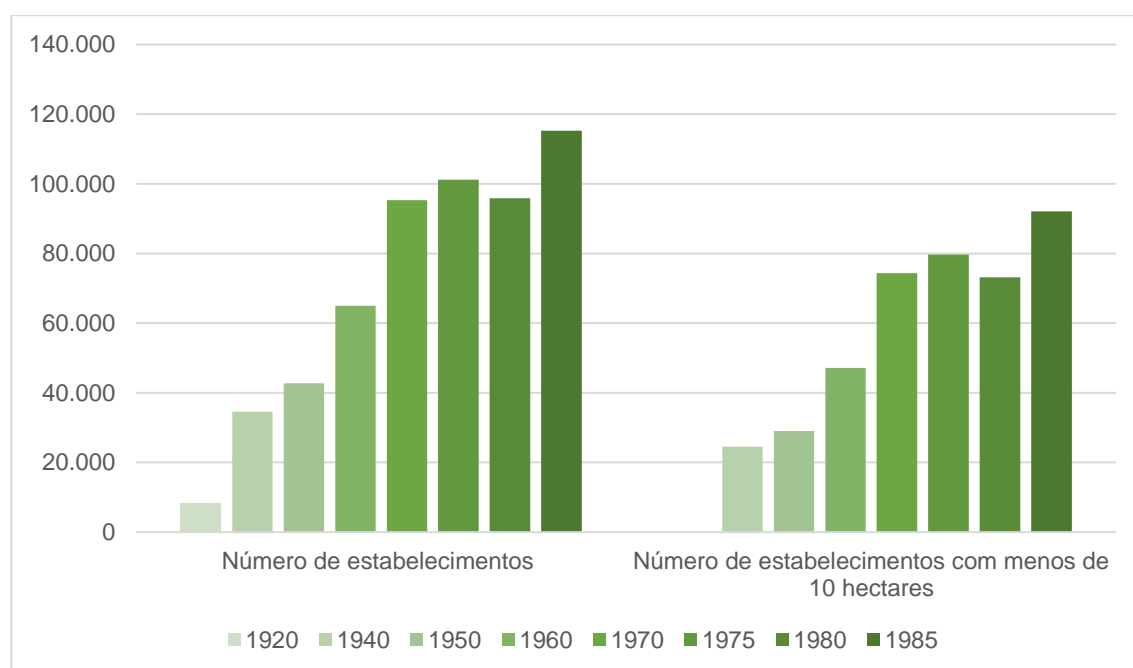
A discussão desemboca em uma análise descritiva sobre o campesinato sergipano, delimitado em cinco áreas e compreendido a partir de variáveis (renda, valor, custeio, investimento) que parecem classificá-lo em níveis de técnica/progresso.

Em determinada passagem do texto, argumenta-se: “[...] a fragilidade do mercado rural de empregos não-agrícolas não fomenta essa forma de produtor rural polivalente, isto é, as alternativas de atividades extra-unidade localizam-se mais na possível função de cultivados” (ANTONELLO, 2001, p. 194).

O que se alude para ‘fragilidade do mercado rural de empregos não agrícolas’ corresponde aos distintos ofícios de curta duração buscados pelo trabalhador para conseguir alguma renda, mesmo temporária. Recai-se sobre si o fardo do fracasso, pois essa ‘fragilidade’ é incapaz de torna-lo ‘polivalente’. O cansaço espelha uma situação degradante de desumanização ocultada sob o pretexto de que ‘um dia, chega-se lá’. Nessa discussão, quando se alude para trabalhador polivalente ou pluriativo oculta o real interesse da inovação tecnológica na fase de maturidade do capital – e intensificação de suas contradições: perpetuar a acumulação na negação do trabalho vivo como geração de valor, e, em sua irracionalidade desumana, intensificar a exploração dessa mesma fonte de força, única capaz de fornecer mais-valor aos proprietários dos meios de produção.

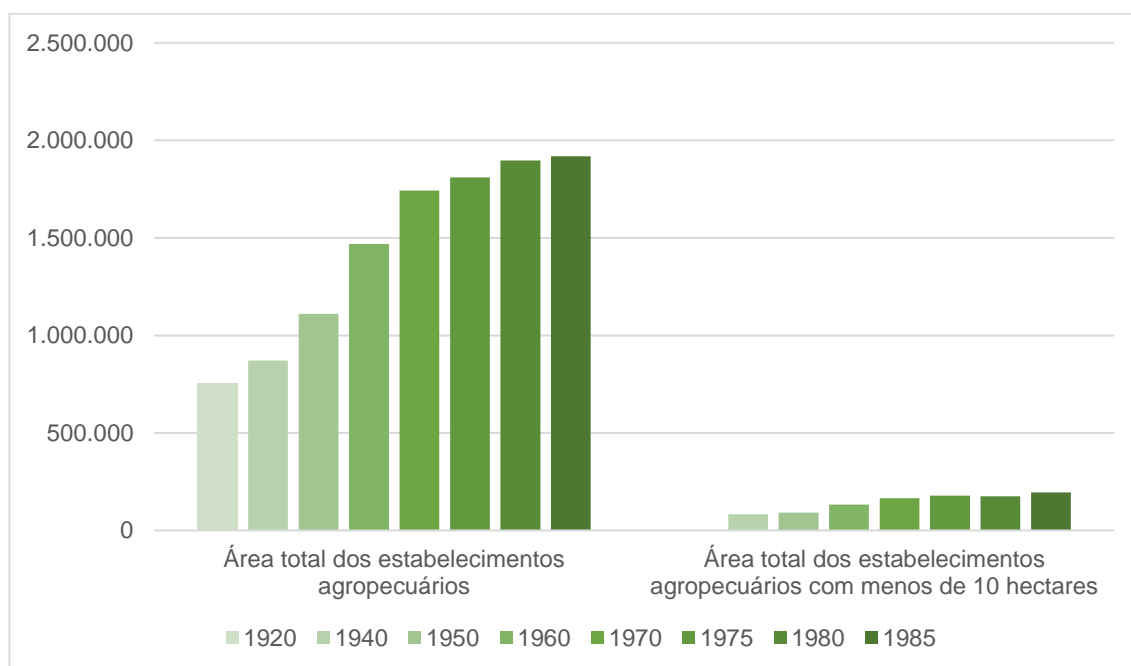
Os dados da Série Histórica do Censo Agropecuário, entre os anos de 1920 e 1985 (Gráficos 1 e 2), revelam o aumento no número de estabelecimentos agropecuários, inclusive naqueles com menos de 10 hectares, vinculados a lavouras temporárias, principalmente cultivos de mandioca e feijão. Todavia, os hectares de terras referentes aos pequenos produtores mantiveram-se inferior a 10% das terras agricultáveis sergipanas.

Gráfico 1 – Número de estabelecimentos agropecuários em Sergipe (1920-1985)



Fonte: Série histórica do IBGE

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Gráfico 2 – Hectares de área dos estabelecimentos agropecuários em Sergipe (1920-1985)

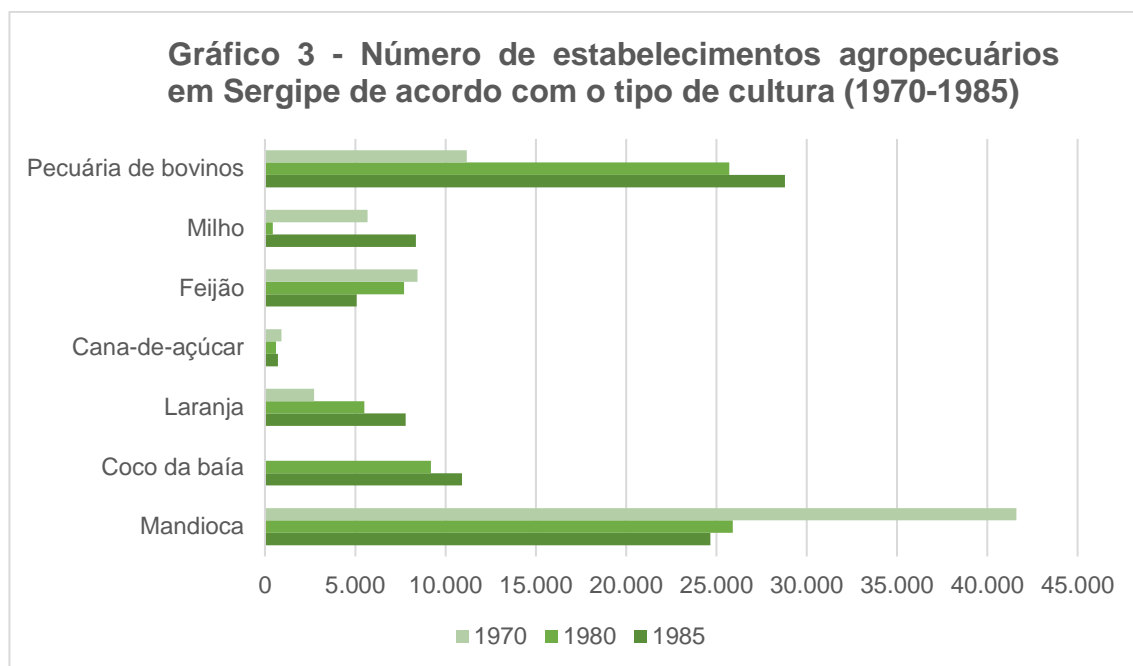
Fonte: Série histórica do IBGE

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Um diagnóstico sobre o aumento no número de estabelecimentos e de suas áreas correspondentes revelam uma diminuição daqueles vinculados à produção de mandioca e ao feijão e um considerável aumento nas áreas de pecuária bovina. A pecuarização das terras sergipanas aponta para um processo de diminuição da terra camponesa – especificamente da pequena produção – destinada a cultivos basilares da dieta alimentar sergipana.

Enquanto as lavouras de mandioca diminuíram de aproximadamente 40.000 estabelecimentos para menos de 25.000; a pecuária de bovinos saltou de pouco mais de 10.000 estabelecimentos para quase 30.000. A discrepância aumenta quando se observam os dados sobre hectares de área dos principais cultivos/criações em Sergipe no intervalo de 15 anos: a pecuária de bovinos expandiu-se em mais de 1,2 milhão de hectares, valor superior à soma dos principais cultivos sergipanos em 1985 (Gráficos 3 e 4).

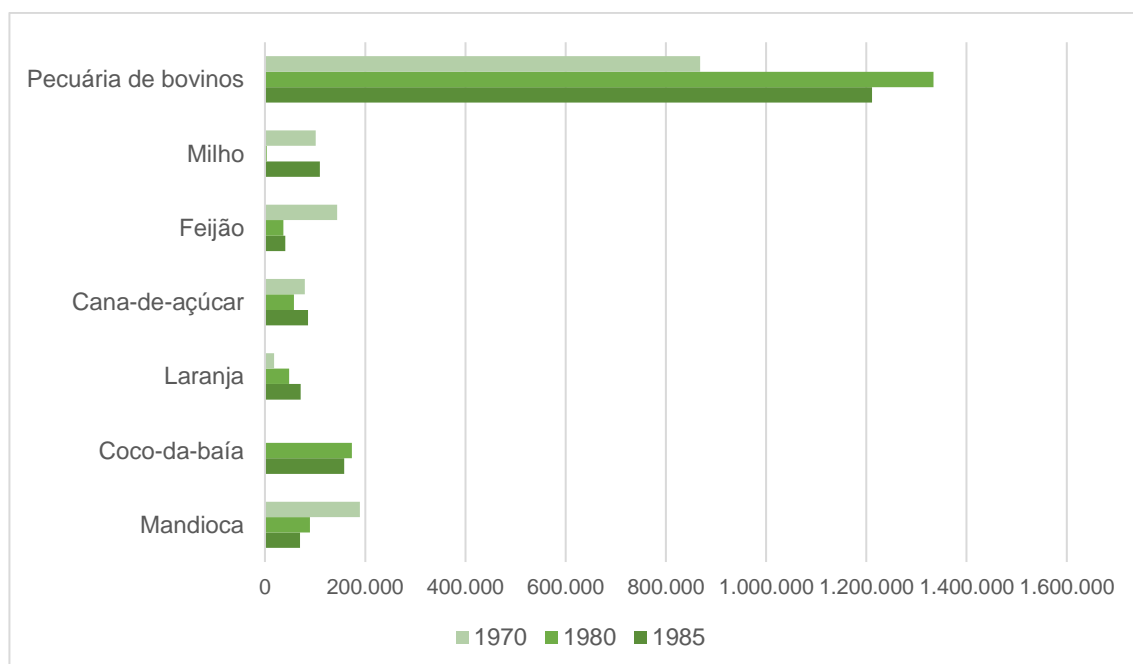
Gráfico 3 – Número de estabelecimentos agropecuários em Sergipe de acordo com o tipo de cultura (1970-1985)



Fonte: Série histórica do IBGE

Organização: Bruno Andrade Ribeiro

Gráfico 4 – Hectares de área por tipo de cultura em Sergipe (1970-1985)



Fonte: Série histórica do IBGE

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

De acordo com Vanessa Dias de Oliveira (2007), nos anos 60, e, principalmente, 70, o fortalecimento da laranja no Centro-sul sergipano e o surgimento da primeira experiência de colonização no estado através da Coopertreze, se constituíram em mecanismos de modernização através da atração de capitais para a adoção de inovações tecnológicas. Desse modo, cultivos tradicionais, como a mandioca, feijão e o fumo foram substituídos pela laranja, mais lucrativa e concentradora de tecnologias. Nos anos 80, o Complexo Industrial Sergipano consolida-se através da instalação de indústrias processadoras de sucos, por meio do financiamento de bancos, sob o crivo da SUDENE, moldada aos interesses ditatoriais e distante do projeto inicial encabeçado por Celso Furtado. Tal complexo foi completado com a indústria de fertilizantes potássicos e nitrogenados.

A recriação do trabalho camponês se põe necessária aos ditames do capital, pois é nela que este sustenta-se como possibilidade de perpetuação da acumulação, mesmo pautado na não-dissociação completa da sociedade/natureza, e, portanto, em relações não-capitalistas.

O camponês não produz mais-valia, pois não é assalariado, mas contribui para a realização da mesma quando consome tecnologias e quando vende seus produtos para o mercado. Não existe autonomia, o camponês está incluído entre as diversas formas de exploração do trabalho que o capital nega no processo de valorização e realização (OLIVEIRA, 2007, p. 208).

Nessa perspectiva, a tecnologia aprofunda as desigualdades sociais no campo, pois é benéfica para uma minoria da humanidade, representada pelos grandes conglomerados do chamado *agrobusiness*, que determinam os preços agrícolas no mercado a partir dos níveis de produtividade demandados de acordo com a volatilidade do sistema econômico. Nesse constante embate entre moderno e arcaico, entendidos como unidade contraditória, acentua-se o movimento de concentração fundiária, minifundialização, precarização e precariedade das condições de trabalho dos camponeses sergipanos. O suposto progresso, desde seu princípio, esteve direcionado para os proprietários dos meios de produção, donos de indústrias e oligarquias políticas tradicionais, portanto, à serviço do capital que produzia o espaço desigual em uma combinação de interesses dominantes e antagônicos. A tragédia do desenvolvimento do “Fausto” de Goethe se materializa, no tempo e no espaço de

reprodução das relações capitalistas: “Fausto anseia por destravar as fontes de toda criatividade; em vez disso, ele se encontra agora face a face com o poder de destruição” (BERMAN, 2007, p. 62).

O arcaico (concentração fundiária, pobreza e miséria) como condição do moderno capitalista é utilizado como meio de sustentação para o planejamento estatal sob a égide de investimentos financeiros lucrativos ao grande capital – o “combate” à pobreza, à fome, à miséria e à seca, especificamente no Nordeste – enfatiza e resgata o regionalismo secular paternalista, como possibilidade de atração de investimentos a serem captados pelos representantes da burguesia regional. Em um ímpeto de irracionalidades e contradições que afloram no âmago do desenvolvimento e da modernidade sob a égide do capital, sua ordem sociometabólica escancara o discurso de que não existe alternativas para o que se clama como realidade. O espaço como ordenamento e instrumento de transformação, destruição e renovação da extração de lucro deve ser esvaziado da condição ontológica que o constitui, enquanto produção social de sujeitos que vivem do pleno trabalho concreto. Cindidos da natureza, não compreendem a própria condição social – e espacial – afirmam-se como valores de troca, individuais em suas buscas incessantes por uma “vida boa”, semelhantes na exploração da força física e psíquica.

O mundo do trabalho precário do Nordeste ‘profundo’ formado por uma ampla população camponesa com cada vez menos terra e sem conseguir subsistir da lavoura plantada diante dos baixos preços dos seus produtos no mercado confirma a face arcaica gestada no movimento de modernização desigual encabeçada pela burguesia brasileira. Como afirmar, nesse ínterim, que houve integração ou unificação nacional, ou mesmo, que existiu nação no sentido pleno da palavra?

As levas de nordestinos que imprimem pinturas de Portinari e que formam o panorama de Severinos e Fabianos marcados pela expropriação da terra e do trabalho não se limitaram à geração de 1930, mas persistiram na paisagem regional captados pela perversidade do capital, essencialmente desumano, tenta ocultar suas crônicas contradições em discursos reformistas. Na permanência dos abismos sociais se valida o discurso modernizador do planejamento e da integração, ao mesmo tempo em que se denuncia a perversa lei do valor que rege a relação capital-trabalho. A barbárie capitalista é a base da falsa civilização burguesa.

A expansão da informalidade no Brasil, a partir da década de 1990, aprofunda um cenário de precariedade pré-existente, em que o Nordeste, e, particularmente,

Sergipe, inserem-se nas estatísticas sobre o mundo do trabalho como exemplos do “inchaço do setor de serviços”. A semântica “serviços” resguarda uma infinidade de ocupações que se enumeram à medida que o desemprego estrutural lança mais força de trabalho no exército industrial de reserva.

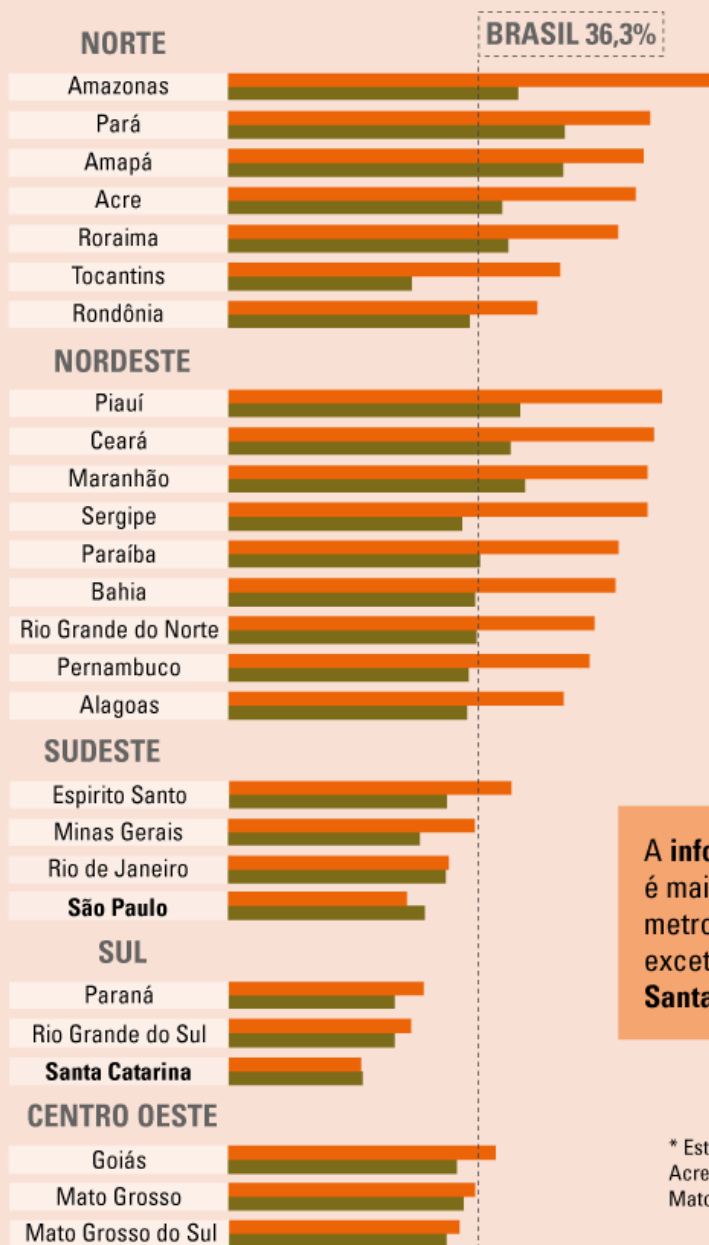
Os dados sobre o panorama da informalidade nas regiões metropolitanas e ‘interior’ para cada região brasileira revela que as regiões Norte e Nordeste possuem as maiores taxas de informalidade; bem como, as maiores diferenças percentuais entre região metropolitana/capital e interior (Gráfico 5).

O Nordeste é historicamente a região cuja estrutura fundiária é marcada pela dominação de grupos coronelistas e a concentração dita as regras do jogo, ao mesmo tempo em que uma considerável parcela da população que habita o campo se entrincheira em pequenas porções de terra que não ultrapassam quatro tarefas. Ao mesmo tempo em que a desigualdade e pobreza assombram o campo nordestino como um cerne enraizado, os chamados ‘serviços’ baseados no comércio ambulante enfileira as ruas das capitais e cidades médias. A informalidade atrelada à revenda de mercadorias supérfluas escancara o jogo da competição por espaço: vende-se água, eletrônicos, frituras, óleos essenciais, guloseimas. Mais uma vez, Sísifo se revela na exaustão e no suor desses nordestinos, que creditam a superação do dia-a-dia como fruto da sorte, do divino e de si próprios. Desse modo, desconhecidos e desconexos da lógica de exploração capitalista, são considerados ‘autônomos’ ou mesmo ‘trabalhadores por conta própria’, como se fossem proprietários dos meios de produção.

Gráfico 5 – Taxa de informalidade no 1º semestre de 2019, segundo regiões e estados

Taxa de informalidade

Interior x **Região metropolitana ou capital***



A **informalidade** no interior é maior que nas regiões metropolitanas/capitais, exceto em **São Paulo** e **Santa Catarina**.

* Estados sem região metropolitana: Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

Fonte: IBGE - PNAD Contínua 1º trimestre de 2019

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

Fonte: AGENCIA IBGE, 2019

Malaguti (2000) compreende que para além de um setor, a informalidade encontra-se atrelada à estabilidade formal da Carteira de Trabalho, em um país de ínfima proteção trabalhista. O caráter híbrido entre formal e informal perpassa casos de funcionários públicos que, nas horas extras, vendem roupas ou perfumes; assalariados de uma multinacional que faz horas extras sem receber, ou a ausência de aparelhos de proteção por parte de trabalhadores da construção civil. Todavia, não é somente a marginalização em relação à Legislação Trabalhista que caracteriza e define a informalidade, mas sua relação com a precariedade; ou seja, as condições objetivas e subjetivas do trabalho:

[...] a precariedade pode se manifestar não só através da sensação de risco vivida em determinadas condições de trabalho, mas também através da insatisfação, do desprazer, ou sofrimento que se possa ter em relação a ele (VARGAS, 2016, p. 315).

Como detalhou-se na Seção II, o ultraneoliberalismo aprofunda a precarização, com o retorno de ditames que estavam em curso nos anos 1990 e ampliação do desemprego e informalidade. Essa desregulação generalizada caracteriza-se, pois, pela oferta excedente de força de trabalho, crescimento do chamado “setor de serviços” ou “terciário”, redução de ganhos salariais e diminuição da participação do Estado nas negociações entre patrões e trabalhadores.

Na Região Nordeste, após um processo de desindustrialização que impacta diretamente os postos de trabalho formais, a informalidade atrelada aos chamados trabalhos por conta própria ou autônomos é ampliada. Em 2019, os dados sobre trabalho divulgados pela PNAD Contínua, apontaram o Nordeste como a região com maior taxa de desemprego (14,5%), diante das demais regiões: 7,8% no Sul, 10,1% no Centro-Oeste, 11,8% no Norte e 12,2% no Sudeste.

O mapeamento de dados na base do Ministério do Trabalho e Emprego sobre trabalho no Agreste de Itabaiana, dos empregos formais (1º jan. 2017), admissões e desligamentos (janeiro de 2007 a junho de 2017) desvela os impactos do desmonte trabalhista e social que se aprofunda a partir de 2016 (Tabelas 4 e 5):

Tabela 4 – Dados sobre o mercado de trabalho na Microrregião do Agreste de Itabaiana

Município	Admissões	Desligamentos	Empregos Formais (1º jan. 2017)
Areia Branca	1.459	1.275	571
Campo do Brito	4.451	4.292	1.109
Macambira	674	550	293
Moita Bonita	507	401	249
Malhador	1.425	663	223
Itabaiana	38.082	33.322	12.038
São Domingos	1.077	932	368

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego, 2017

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Tabela 5 – Dados sobre trabalho na Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

Município	Admissões	Desligamentos	Empregos Formais (1º jan. 2017)
Areia Branca	300	325	130
Campo do Brito	351	385	80
Macambira	67	69	31
Moita Bonita	20	24	8
Malhador	34	33	15
Itabaiana	845	858	258
São Domingos	36	17	17

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego, 2017

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a partir da PNAD 2013, existiam 77.365 empregados no meio rural sergipano, sendo 7.233 em condições formais (Carteira de Trabalho assinada) e 70.132 em condições informais, ou de ‘anormalidade’ (Carteira de Trabalho não-assinada). Os últimos dados disponibilizados pelo MTE, antes de sua extinção, conseguem expressar uma tendência à diminuição de empregos formalizados e, pois, a informalidade caracterizada enquanto regra do mundo do trabalho. À despeito das múltiplas e complexas relações existentes entre formal e informal e como a informalidade define-se a partir das condições objetivas e subjetivas de existência do/no trabalho, a dimensão da precarização e precariedade são

desveladas, no campo e na cidade, em um contexto de imposição de medidas de austeridade ainda mais perversas contra o conjunto dos trabalhadores.

3.2. O ser pluriativo como a negação da condição camponesa

O ponto de partida e de chegada da pesquisa são os povoados que embasam a leitura geográfica sobre como a perda da condição camponesa se encontra atrelada à expansão de relações caracterizadas como 'informais'. A terra emerge como substrato essencial de permanência e, portanto, manutenção de trabalho camponês. Diante dos mecanismos de valorização de valor, a partir da expansão do capital no campo, sua importância se volta para a funcionalidade da renda da terra para os proprietários dos meios de produção. Com pouca terra e uma produção controlada pelo preço definido no mercado, a exploração do trabalho, através de formas de 'autoexploração', se expande nos povoados.

Na perspectiva de Sérgio Schneider, a pluriatividade se relaciona com a busca de atividade não-agrícola, configurando uma dupla ocupação. A partir dos anos 1990, os estudos sobre o sentido dessa definição – atrelada à combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no debate sobre capitalismo agrário e (novas) ruralidades.

Nessa discussão, para ser classificado como pluriativo, é necessário levar em consideração uma série de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos agricultores que a formam. Para Schneider (2014, p. 19):

[...] a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de, pelo menos, duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Essas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.

A pluriatividade é considerada como heterogênea e diversificada, ligada às estratégias sociais e produtivas adotadas pela família e por seus membros, variando de acordo com o contexto e o território onde se inserem; além do grau de escolaridade, superfície da terra para a produção, número de membros da família, diferenciação

etária e o acesso à renda. Para além de um recurso ocasional e temporário, se constituiria em estratégia planejada e permanente de inserção dos membros das famílias no mercado de trabalho. A subordinação do campesinato à produção capitalista, com a diminuição de terras para plantio e a diminuição dos preços das colheitas para manutenção dos baixos salários urbanos (calculados de acordo com a cesta básica nacional) é desconsiderada e revertida como ‘autonomia’ e ‘sustentabilidade dos modos de vida’.

Em uma tipologia que inclui formas de expressão da pluriatividade: tradicional ou camponesa (combinação com atividades de produção, transformação e artesanato), intersetorial (encadeamento da agricultura com a indústria e o comércio) e de base agrária (serviços demandados pelo próprio consumo de modernização da agricultura). Nesse sentido, ser pluriatividade como ser autônomo se relaciona com a expansão de relações capitalistas de produção, em que insumos tecnológicos, como tratores e venenos impõem uma reconfiguração das relações de trabalho, intensificando a expulsão da camponês do vínculo com a terra e o especificando como responsável por um único fim – pago para manusear um trator, para armazenar certa produção, para espalhar veneno em uma colheita.

A pluriatividade de base agrária também se manifesta através da informalidade e da precariedade da venda da força de trabalho no meio rural, em larga medida decorrente da sazonalidade dos processos de produção na agricultura. No meio rural, existe um conjunto de atividades não agrícolas esporádicas, intermitentes, que não tem jornada formal de trabalho pré-estabelecida e que são exercidas no artesanato, no comércio informal (vendedores ambulantes, de porta-em-porta, nos serviços estacionais ligados às colheitas e serviços como diaristas e empreiteiros (SCHNEIDER, 2014, p. 30).

Quando são elencados fatores de estímulo à pluriatividade, a semântica da palavra não consegue ocultar as contradições que o crivo da totalidade revela: a modernização técnico-produtiva da agricultura, através da disponibilidade de tecnologias cada vez menos intensivas, gerando ociosidade e subocupação de força de trabalho. Tais transformações, para Schneider (2014), contribuem para a ‘inclusão social’, ‘redução da pobreza’ e ‘combate às desigualdades’, a partir de transformações nas relações de trabalho. Contudo, a realidade dos que lutam, sofrem e se constituem enquanto sujeitos assujeitados ao capital, em seu domínio contra o campo como

condição de permanência, desconstrói o discurso pluriativo como autonomia e o desvela como subordinação à ideologia dominante. Se a precarização e a própria informalidade são partes constituintes da suposta pluriatividade, como pensar em autonomia, se a perda da terra, sua diminuição, a subordinação da produção à lógica mercadológica, a perpetuação da pobreza e miséria como essencial à riqueza concentrada, se constituem em elementos intrínsecos ao processo de expansão da informalidade no campo?

Na defesa das ‘novas ruralidades’ depara-se com a contradição da realidade: como entender as ocupações precarizadas marcadas pela dupla, quiçá tripla, jornadas de trabalho como uma qualidade de um Novo Mundo Rural, como sinônimo de melhoria da qualidade de vida, avanço e modernização?

Sob a ideia de ‘mudança estrutural’ do campo e da agricultura, os defensores dessa perspectiva de análise entendem a pluriatividade como anseio do próprio sujeito, entendido como agricultor familiar. Como se em um lapso de tempo, a população rural decidisse se dedicar ao chamado ‘trabalho não-agrícola’, todos tornam-se pluriativos – plurais e ativos.

Na pluralidade está a subordinação do campesinato. Sua força ‘ativa’ resguarda a ânsia pela sobrevivência através de uma lógica de exploração que nega a condição camponesa. Enquanto diversificação emerge enquanto agregação de renda. O aspecto monetário permite compreendê-la como única e exclusivamente aumento do consumo.

Contudo, ao considerar que a disseminação do conceito em estudos sobre o campo brasileiro possui como marco temporal os anos 90, diante da disseminação das políticas neoliberais para o mundo do trabalho, entende-se a pluriatividade para além de sua aparência vernizada.

Firmiano (2018, p. 124) parte dos contextos ditatorial-militar e do ajuste estrutural nos anos 90 para compreender a precarização do trabalho no campo brasileiro. O autor afirma que:

Ao longo da ditadura civil-militar, as classes trabalhadoras viventes do campo carregaram a maior parcela do ônus das transformações técnico-produtivas apontadas. Converteram-se em trabalhadores rurais ou urbanos completamente expropriados dos meios de produção ou mantiveram acesso à terra, mas submetidos às mais complexas relações de subordinação ao capital.

A reestruturação produtiva do capital significou a perpetuação de uma estrutura fundiária concentrada e a subordinação dos camponeses aos ditames da mecanização agrícola defendida e efetivada nos governos ditatoriais. A pluriatividade é a expressão de um padrão acumulativo que impõe o avanço do capital para o campo, na subordinação das relações não-capitalistas de produção. Todavia, na compreensão de Schneider (2003, p. 112):

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

A fala das camponesas e camponeses descontrói os trabalhos ‘plurais’ como opção e aponta para um contexto atroz e distante da autonomia. O exemplo do Senhor A. C²⁴. 45 anos, residente do Povoado Agrovila, em Itabaiana fundamenta a análise, pois além de possuir a terra para o plantio, é proprietário de quitanda na própria residência (Figura 6). Ele comercializa a produção de verduras nas feiras, mas aponta para o prejuízo diante dos preços rebaixados que tornam a renda insuficiente. Na perspectiva de Schneider (2003), a quitanda é o elemento responsável por qualificar o camponês a ser pluriativo, como uma espécie de adjetivo que supera sua condição e o torna agricultor familiar. Contudo, a quitanda em si não existe como ‘opção’ ou ‘escolha’, mas o contrário, pois a falta de perspectivas de melhoria de vida diante da subordinação da terra e da produção, forçam esse sujeito a reproduzir-se a partir do trabalho não-agrícola.

Figura 6 – Camponeses em plantação de coentro, Povoado Agrovila, Itabaiana. SE

²⁴ O nome e a idade devem ser fictícios para garantir a privacidade do entrevistado.



Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2019
Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

O Senhor D. N, 40 anos, em entrevista realizada em agosto de 2019 informa retirar o sustento somente da terra. Quando interpelado se consegue sobreviver com essa renda, a resposta é direta: “Não. A gente precisa contar com a sorte, porque o coentro mesmo está saindo por 0,20 e 0,30 centavos”,

Em suas sete tarefas, além do coentro, cultiva batata-doce, que é comercializada para uma cooperativa e para feirantes. O mesmo informa que paga a força de trabalho de aproximadamente 10 trabalhadores para o cultivo.

“Se fosse possível, eu gostaria de ter outro trabalho, mas não dá. Por enquanto a terra consegue fazer a gente sobreviver”, informa o entrevistado.

O argumento de que a pluriatividade é uma opção do camponês como estratégia de diversificação não se sustenta diante de um cenário de concentração de terra, em que se reserva poucas tarefas para os que cultivam alimentos para a mesa dos brasileiros. Desse modo, não se trata de um cenário de escolhas e diversidades, pois é a falta delas que condiz com uma realidade marcada pela intensificação do trabalho frente à subordinação do campesinato.

Os exemplos de trabalhadores camponeses que possuem terra no Povoado, mas vivem na cidade, em ocupações vinculadas ao transporte de passageiros, em destaque, moto-táxis fortalecem a leitura da pluriatividade como perda da autonomia e disseminação da informalidade e precarização. O Senhor V. S mora no centro

urbano de Itabaiana, mas possui terra em que trabalha semanalmente para o plantio de batata-doce, quiabo, amendoim e milho. No ir e vir do campo para a cidade, ele fala sobre a necessidade de ter uma renda extra para “não morrer de fome”, além do receio em ser moto-táxi e recusar o CNPJ para não ter sua aposentadoria rural prejudicada pelos mecanismos estatais de (des) controle social. À sombra da clandestinidade, sua condição camponesa é permeada pelo espectro da informalidade sob o título de ‘conta própria’, ao mesmo tempo em que se inculca a ideia de ser pluriativo em um suposto Novo Mundo Rural²⁵.

²⁵ O que seria o ‘novo’ se não uma forma semântica de encobrir velhos mecanismos de exploração?

SEÇÃO IV – O ESPECTRO DA INFORMALIDADE E A CONDIÇÃO DOS CAMPONESES SERGIPANOS

“Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto se saber – e nenhum se sossega. Todas nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...” (**Grande Sertão: Veredas**, João Guimarães Rosa, p. 19).

A última seção adentra a realidade de trabalhadores e trabalhadoras inseridos em condições marcadas pelo que se denomina aqui espectro da informalidade, entendido como a marca da precariedade e precarização do trabalho em suas expressões no/do campo. Nesse ínterim, se a terra é um elo de demarcação dos sujeitos entrevistados, na tentativa de apreender as faces desse espectro, ela se reafirma nas falas enquanto condição de permanência. A terra caracterizada pela moradia, pelas tarefas reservadas para plantio e, para além do tempo presente, como a fonte futura de transmissão geracional, para os que virão.

A informalidade se revela a partir de ocupações próprias ao espaço agrário dos povoados de Itabaiana, com uma estrutura agrária atrelada ao plantio e comercialização de hortaliças e leguminosas, como nos exemplos dos trabalhadores temporários em chácaras, daqueles que são contratados por demanda para “aplicarem veneno” em plantações e dos que compram a produção do CEASA para comercialização em feiras sergipanas e baianas; e dos jovens cooperados no Povoado Gameleira, em Campo do Brito. A pesquisa também incluiu trabalhadores de povoados com tendência agrícola e comercial centrada na produção de farinha de mandioca, desde os que “descarregam caminhões” até os que manuseiam máquinas nas popularmente conhecidas casas de farinha.

As distintas condições de trabalho encontradas ao longo dos trabalhos de campo desvelam uma processualidade complexa e instável, em um país marcado, ao mesmo tempo, pela concentração fundiária e pelo desemprego estrutural, intrínsecos à expansão dos espaços da miséria, em que a precariedade social é regra, e não exceção. Conceição (2013), ao discorrer sobre os limites e possibilidades do pensamento geográfico a partir dos espaços e tempos da Geografia da Miséria, questiona o ‘eterno retorno’ de um discurso geográfico que anuncia a contraposição,

mas continua aprisionado a uma noção velada e limitada de Estado como mecanismo de concessão de direitos e deveres. Na fundamentação teórica da autora:

Considerando que o discurso tem uma estrutura polifônica, estando simultaneamente na dimensão diacrônica/sincrônica, inscrito em diversos tempos históricos, todo discurso é denso, não há neutralidade; todo discurso tem no seu enunciado a posição de uma classe social (CONCEIÇÃO, 2013, p. 40).

A Geografia da atualidade reafirma o discurso da pós-modernidade, da antinarrativa e da identidade como poder acima da classe, do trabalho e da história. O caráter emancipatório e o perfil revolucionário são combatidos no curso de alçada do individualismo como regra, da liberdade burguesa ilusória e alienante. O espaço que se pensa e estuda reduz-se a uma noção generalizante e, ao mesmo tempo, reduzida, em que ora considera-se tudo/todo, ora compreende-se o particular/específico. Em todo caso, fragmenta-se a categoria ontológica pensada a partir da essência do ser social em sua interação e em seus interesses prévia-ideados. O 'espaço' do lazer, o 'espaço' de moradia, o 'espaço' de convívio, o 'espaço' natural, particularizados em um emaranhado apolítico e ateórico, despido de fundamentação e base filosófica, descrito e enumerado, pensado como identificação, 'palco' em que 'atores' interagem.

Como contraposição a tal mundo permeado de fragmentos que se constituem em partes, a somar um todo distinto e distante da totalidade, exige-se a retomada da metageografia como projeto iluminista de reafirmação do homem como sujeito social, e, desse modo, a tomada do conceito de produção social do espaço como inerente à vida humana em constante interação.

As contribuições da Filosofia da Linguagem de Bakhtin fundamentam os resultados da pesquisa, pois a fala dos camponeses em seu (re) velar da condição informal não é neutra: "Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a 'atividade mental', que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia" (BAKHTIN, 1981, p. 11). Na busca de uma explicação para o trabalho degradante, o trabalhador recai à culpa e à falta de oportunidades no campo para explicar a subordinação ao capital.

4.1. O espectro da informalidade e o (re) velar da condição (des) humana

A diversidade intrínseca ao ser camponês aparece em Bartra (2011) como criação, e, ao mesmo tempo, condição desse sujeito que não somente habita o espaço agrário, mas se recria de acordo com as múltiplas determinações em que se insere. Contudo, há de se considerar que a fragmentação envolta desses sujeitos que para o autor não advém da própria vocação do ser/estar no campo²⁶, pois se a perspectiva teórico-metodológica se funda em uma totalidade de relações essencialmente contraditórias, desarmônicas e pautadas em um modo de produção perpetuado na renovação constante dos mecanismos destrutivos de exploração, subordinação e expropriação da terra e do trabalho, considera-se que ‘os novos camponeses’ persistem, mas também, estão imersos em desumanidade: negação da vida.

A metamorfose do camponês em um novo sujeito, seja pluriativo, empreendedor rural, cooperado, agricultor familiar, ou mesmo, ‘novo camponês’ é a afirmação de sua subordinação aos ditames do sistema – em todas as condições (pós) modernas, o campesinato sucumbe em expropriação da terra, do trabalho e da produção e a subordinação à precarização se materializa na diminuição do tempo reservado ao cultivo na terra e aumento daquele reservado à informalidade. A novidade é a intensificação da exploração humana.

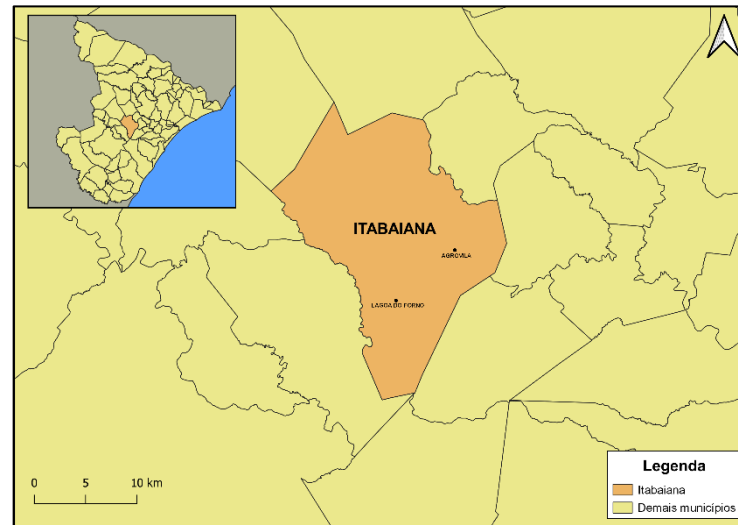
Na realidade dos Povoados pesquisados, nos perímetros irrigados do município de Itabaiana, localizado no Agreste Central Sergipano, a estrutura fundiária é caracterizada por minifúndios que não chegam a vinte tarefas (Figura 7)²⁷. A população camponesa se encontra intrínseca ao policultivo de verduras e legumes, tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização.

²⁶ Em uma defesa enfática sobre o caráter não-arcaico do campesinato frente aos projetos de modernização capitalista excludente.

²⁷ Para fins de compreensão, em Sergipe, a tarefa de terra equivale a 3.025 m².

Figura 7 – Localizações dos Povoados
Agrovila e Lagoa do Forno, Itabaiana.

Fonte: Pesquisa de campo, 2020
Imagens Satélite *Google Maps*, 2020
Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro



Para efeito dessa pesquisa, realizamos visitas nas comunidades rurais no período de agosto de 2019 a dezembro de 2019. As entrevistas contribuem para fundamentar o problema de pesquisa, ao compreender o espectro da informalidade e a condição camponesa para além do plano local. As amostras estão imersas em uma leitura de totalidade como a compreensão do real a partir de relações sociais essencialmente contraditórias. Quando se assume o pensamento do 'outro', torna-se parte dele, em uma condição do nosso 'ser' (pensar/fazer).

Em uma dessas entrevistas, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana, o Senhor E. S. 38 anos, argumenta que: "Em Itabaiana, o campo é muito polarizado. O perfil é de produtor e criador, existindo a comercialização também em feiras-livres como renda extra. Quando a lavoura não sustenta, migram para o plano b, com o trabalho autônomo" (Entrevista realizada em agosto de 2019 na sede do STRI, em Itabaiana).

A crise contemporânea instaurada no cerne de um modelo de acumulação flexível se configura em crise da sociedade do trabalho abstrato, em que se buscam estratégias de intensificação da exploração e subordinação da força humana. O espaço e o tempo se transmutam em lócus de expansão e realização do lucro. O campo – a terra e o trabalho – emerge como horizonte de um devir catastrófico, em que o sentido de autonomia é negado pelo capital para impor os ditames da reestruturação: mais espaço e mais força física e mental para a engrenagem capitalista.

Na subordinação da produção camponesa e de seu modo de vida ao mundo da mercadoria legitima-se a precarização e precariedade como universais e formas generalizadas de labor na atualidade. A terra é usurpada direta e indiretamente pelos mecanismos de expropriação da renda, cada vez mais restrita e insuficiente para suprir as necessidades do sujeito camponês.

Ao indagarmos camponeses que trabalham juntos em terra de treze tarefas na comunidade Lagoa do Forno, o Sr. V. A. 36 anos, observa que²⁸, juntamente aos camponeses O. R, 40 anos e V. D, 19 anos, cultivam verduras e legumes diversos (coentro, alface, abóbora, couve, salsa, pepino, cebolinha, rúcula). Quando questionados sobre permanecer na terra caso houvesse outra oportunidade de trabalho, a resposta de V. A aponta para a negação da própria condição de ser

²⁸ O nome e a idade devem ser fictícios para garantir a privacidade do entrevistado.

camponês: “De jeito nenhum no mundo”. O fardo de sobreviver a partir da terra se revela na intensa jornada das 7h às 17h entre segundas e sábados. O pesquisador questiona a razão de não querer permanecer no campo. O entrevistado retruca: “Depende do emprego”. Nesse ponto da entrevista, a dúvida e a culpa se confundem, pois, permanecer ou não estaria condicionado em fatores que possibilitem distinguir o que seria ‘melhor’ para a vida de cada um. O pesquisador exemplifica: “No comércio urbano, por exemplo”. O entrevistado então decide: “Não, eu mesmo preferia aqui”. Os demais concordam. A negação/afirmação da condição camponesa é mediada pelo trabalho e o sentido estabelecido entre os sujeitos, na determinação de suas relações sociais e modos de vida (Entrevista concedida em setembro de 2019, Povoado Lagoa do Forno, Itabaiana).

Nega-se o fardo, o peso, o sofrimento que acompanha a vida desde a adolescência, afirma-se a terra como sustentáculo, como opção viável frente a outras ocupações.

Em um contexto de desmonte de direitos sociais em que se justifica cortes sob o discurso reformatório do crescimento econômico, a pesquisa sobre o mundo do trabalho e o campesinato encontra percalços marcados pelo medo e receio dos sujeitos frente aos questionamentos. No campo, perguntar sobre trabalho informal traz à tona a importância da Previdência Rural para os camponeses e a exigência da comprovação da condição de ser ‘lavrador’ e possuir um ‘pedaço de terra’. Portanto, compreender o espectro da informalidade se constitui em esforço para captar nas respostas, as entrelinhas de um processo complexo e ocultado.

A informalidade no campo se encontra marcada por distinções: os contratos temporários para cultivo na terra e os que possuem terra, mas necessitam da reprodução social em atividades não-agrícolas. No exemplo do camponês G. S, 53 anos, a produção na própria terra não é suficiente para sustentar a unidade familiar; o mesmo necessita comprar legumes, verduras e frutas no CEASA para revendê-los em feiras sergipanas. A ajuda da família é essencial para a permanência da condição camponesa e isso se revela em suas palavras: “A renda é pouca, merecia mais, mas não deixaria o campo. Desde pequeno nesse ramo, os familiares ajudam” (Entrevista concedida em setembro de 2019, Povoado Lagoa do Forno, Itabaiana).

Entre dificuldades e explicações sobre o estar no campo, a culpa recai sobre si: ao visitarmos o Sr. A. S. 40 anos, com uma propriedade de quatro tarefas, observou-se que possui como principal renda a comercialização de verduras

compradas, de segundas às sextas-feiras as vendendo em casa e nos sábados viajando para o município de Esplanada, na Bahia. Em sua terra plantam-se coentro, alface, batata-doce, principalmente entre os meses de setembro a abril. A força familiar é predominante no cultivo/colheita. Quando o pesquisador questiona sobre abandonar/permanecer no campo em troca de uma outra oportunidade, a resposta é: “Meu estudo é pouco. Eu não tenho outro tipo de trabalho. Já estou acostumado nisso” (Entrevista concedida em outubro de 2019, Povoado Lagoa do Forno, Itabaiana).

Na continuidade da entrevista, questionamos:

“E se o senhor tivesse condições necessárias (estudo suficiente), abandonaria ou permaneceria na terra? ”

Em resposta, o entrevistado afirma:

“Não. No campo é pesado demais. Nós trabalhamos porque precisamos. Uma hora dessas no meio do campo, no sol [...]”. A frase não se completa. Contudo, as palavras apontam para o sofrimento, a necessidade e afirmação de ‘uma melhor condição’ e a aceitação da situação presente frente à falta de escolaridade.

De acordo com Bartra (2011, p. 17), em discussão sobre as mutações da mercadoria entre o camponês e o capital argumenta que:

[...] o processo produtivo camponês tem como objetivo imanente sua própria reprodução como unidade imediata de trabalho e consumo de tal maneira que, mesmo que produza exclusivamente para a venda e adquira no mercado os produtos de seu consumo, seu objetivo continuará sendo o valor de uso.

A mercadoria produzida e comercializada pelo camponês é inserida no mercado capitalista a partir de uma deficiência qualitativa que torna impossível impor seu preço de produção. A comercialização do produto é condicionada para a reprodução social, ou seja, para o consumo e satisfação da unidade camponesa. Desse modo, subordina-se a um mercado desfavorável, em que se aceitam as condições impostas – o preço e os meios para comercialização. A informalidade não se revela no processo de circulação em si, mas a partir da produção e da condição de ser/estar no campo: para garantir a reprodução social, o camponês necessita aceitar as regras do jogo no mercado capitalista, aumentando o tempo da jornada de trabalho.

A informalidade atrelada à precarização no campo é a condição de exploração intrínseca ao trabalho estranho, como um espectro que ronda o sujeito camponês e que se expressa em sua fala como fardo. A terra enquanto modo de vida não é negada, mas afirmada na permanência da unidade camponesa. O cansaço e a busca de oportunidades para perpetuar tal condição se vinculam à subordinação que esse sujeito se encontra e que ele próprio não consegue justificar. Desse modo, a realidade é naturalizada como única possível e, mesmo que hajam indignação e insatisfação, esses sentimentos recaem na ausência de atributos pessoais suficientes para contornar a situação de pobreza.

O caráter universal de uma crise estrutural pressupõe pensar as relações de produção no atual modelo de acumulação interligadas à instabilidade e à barbárie. Pensar o campo sob o espectro da informalidade/precarização é, pois, compreender os liames que subordinam, exploram, envenenam e destituem o camponês de sua condição de ser/estar na terra.

A reestruturação produtiva dos anos 70, na perspectiva de Harvey (2005; 2012), implicou na generalização do desemprego estrutural a partir da automação das forças produtivas, e, nesse ínterim, o mundo do trabalho é marcado pela fragmentação e heterogeneidade das formas ocupacionais, interconectadas pelo aspecto precário, instável e temporário. Na busca incessante pela sobrevivência, a representação comunitária se dispersa, pois a desestruturação do aspecto coletivo é parte do projeto hegemônico de um mundo a ser inquestionável: o individualismo como regra universal. A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Lagoa do Forno, de acordo com os moradores, não funciona desde alguns anos, privando-os de uma representação que busque o fortalecimento da comunidade (Figura 8). Quando interpelados sobre os motivos: “Não funciona não. É sempre parada, só tem o nome” (Entrevista concedida pelo Senhor A. S em outubro de 2018).

Figura 8 - Sede da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Lagoa do Forno, Itabaiana. SE



Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2019

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Sem a associação, os camponeses possuem como única instância representativa o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que legitima direitos à assistência médico-dentária, licenças maternidade e paternidade e aposentadoria rural. As poucas tarefas de terra comprovam a condição de ser ‘lavrador’; porém, quando a realidade aponta que o ‘lavar a terra’ se perdura, mas não garante a sustentação do camponês em dada povoação, questiona-se sobre as estratégias buscadas para a permanência camponesa:

Pesquisador: “A quanto tempo trabalham na terra? ”

Entrevistado: “Desde que nascemos”

(Entrevista concedida pelo senhor N. J, 52 anos, realizada em outubro de 2019).

A terra acompanha a vida do sujeito, desde a infância até a velhice. Na atualidade, tanto o senhor N. J., 52 anos e a senhora B. S., 43 anos trabalham somente dois dias na semana, caracterizando o trabalho como ‘incerto’, pois a maior parte da renda advém da comercialização de alface, batata-doce adquiridas no CEASA, trabalhando três dias em período integral. Na terra herdada, formada por três

tarefas, planta-se coentro com a introdução de um sistema de irrigação através do Projeto Ribeira. A seguir, apresenta-se imagem destacando o armazenamento da produção adquirida no CEASA Itabaiana (Figura 9):

Figura 9 - Produção comprada no CEASA para a revenda em feiras, Lagoa do Forno, Itabaiana. SE



Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2019

Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Para Shanin (2008), as lições camponesas advêm das artimanhas e alternativas buscadas pelos camponeses em épocas de crise. De acordo com o supracitado autor, existem alguns modelos socioeconômicos que contribuem para se pensar a relação entre campesinato e sociedade capitalista: a economia de mercado, a economia estatal e a economia informal (familiar). Esta última, responsável por um grau de complexidade maior, pois atrela-se à importância do campesinato na atualidade e em suas variações. A cooperação e as formas de organização política integram o cotidiano dos camponeses, que através de mutirões e ajudas mútuas contornam a realidade marcada pela negação de uma vida digna, mas não a superam. Na atual fase de acumulação capitalista, as relações não-capitalistas de produção se inserem em um circuito de subordinação perverso, caracterizado pela diminuição do espaço de reprodução camponesa, e consequentemente, fragmentação da terra em

pequenos minifúndios. O agreste sergipano é a expressão material desse processo, caracterizado pelo avanço da minifundialização e da intensificação da jornada de trabalho dos camponeses através do trabalho informal.

4.2. As faces da condição informal

Os dados sobre a informalidade pesquisados pelo IBGE²⁹ apontam para as regiões Nordeste e Norte como as que registram os maiores índices: 56,3% e 59,2%. As atividades que mais concentram pessoas em ocupações informais são os serviços domésticos (72,2%) e a agropecuária (66,9%). Ao mesmo tempo, os trabalhadores com escolaridade que não ultrapassa o Ensino Fundamental incompleto são maioria entre os informais (IBGE, 2019). A realidade fundamenta o sentido de arcaico e moderno no espaço agrário brasileiro, pois se o avanço da modernização através das técnicas agrícolas, do uso exacerbado de venenos e a irrigação proporcionada pelos Projetos Ribeira e Jacarecica estão atrelados à perspectiva de superação do arcaico, o cerne do moderno é a perda da autonomia camponesa. O trabalho distante da terra, mediado pela necessidade de adquirir mercadorias para a revenda, é a materialização da subordinação e, portanto, do espectro da informalidade/precarização. Ao mesmo tempo em que existe a necessidade de manter-se na terra (no sítio) para perpetuar a condição de ser camponês, a jornada em busca pela renda suficiente para a unidade familiar força um tempo mais extenso de trabalho, que incluem viagens para feiras em Sergipe e na Bahia.

O sentido de moderno enquanto superação do arcaico se revela reprodutor de um campo marcado pela pobreza e exploração do trabalho, cada vez mais distante da realização das necessidades vitais do ser.

As faces da condição informal se multiplicam em um novo/velho mundo do trabalho precário: os camponeses que não possuem terra suficiente para reprodução social, necessitam vender força de trabalho em ocupações temporárias, a exemplo do trabalho dos Senhores E. S, 30 anos, R. S, 28 anos, E. A, 25 anos e C. S, 20 anos. Eles compõem uma família contratada por um proprietário de terra para colher e

²⁹ Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/06/trabalho-informal-e-maior-no-norte-e-no-nordeste-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 09 dez. 2019.

plantar ramas de batata-doce, maxixe, coentro e quiabo. O trabalho se estende por três dias, iniciando por volta das 7h e finalizando 17h.

Entrevistador: “se tivessem alguma possibilidade de trabalho deixariam/permaneciam no povoado? ”

Entrevistado (Senhor E. S, 30 anos): “deixaria por um negócio melhor, um trabalho com carteira assinada”.

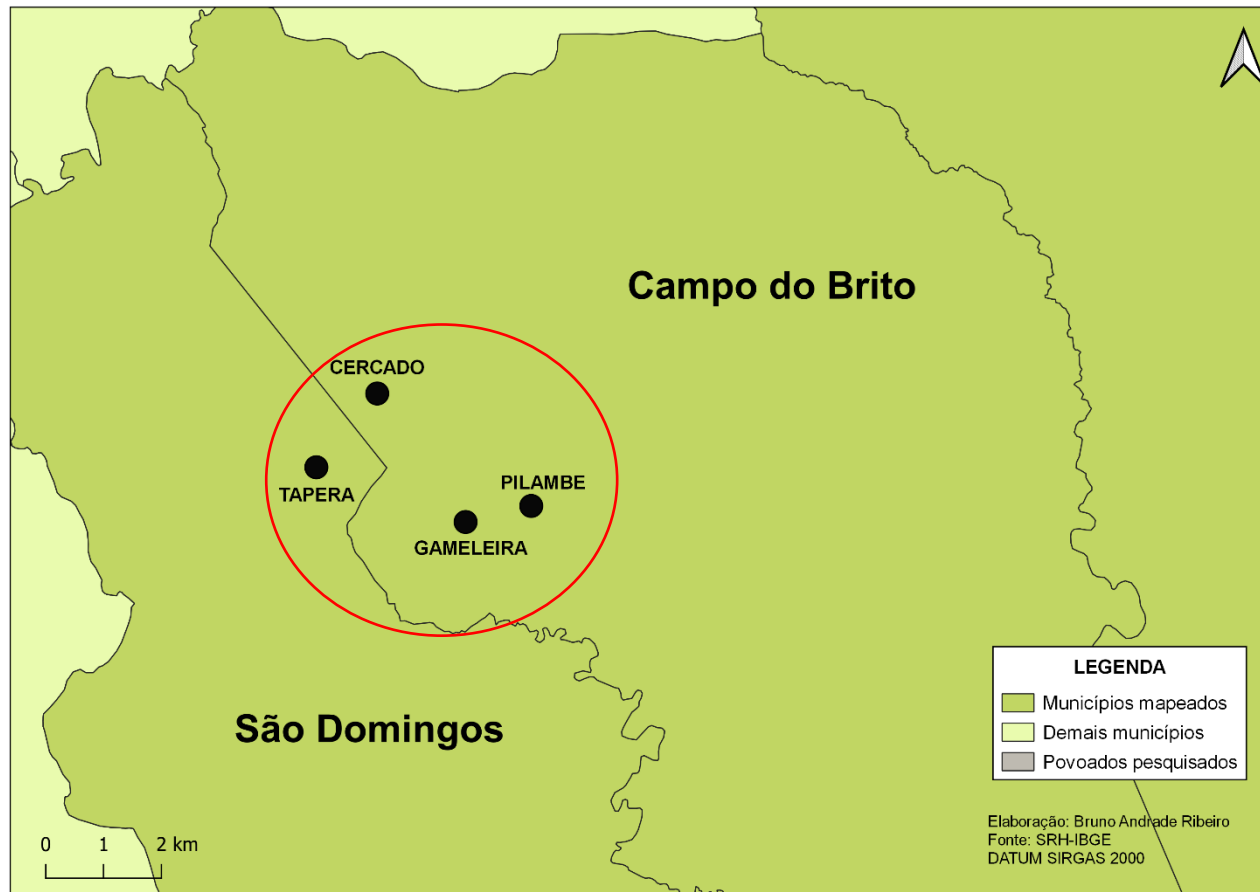
Para o camponês Sr. E. S., a Carteira de Trabalho assinada define a condição de vida favorável, pois é a formalidade em um mundo do trabalho desestruturado. No povoado Lagoa de Forno observam-se trabalhadores de povoados menores, que são contratados para ocupações temporárias de cultivo e plantio. A insegurança e instabilidade acompanham a vida desses sujeitos, que, quando negados do trabalho na terra, necessitam buscar formas de trabalho na cidade, ainda mais precarizadas.

A precariedade como condição do mundo do trabalho, que acompanha a sociedade capitalista em suas distintas fases de acumulação, é cada vez maior a necessidade de possuir duas ou mais ocupações, preenchendo cada pausa ou descanso em busca de mais formas de renda para o consumo de mercadorias. Desse modo, a irracionalidade é a condenação do sujeito sob a égide do capital como relação social.

O Senhor J. S, 35 anos, mora no Povoado São José, mas trabalha como contratado em uma propriedade de sete tarefas e como ajudante de pedreiro. A principal fonte de renda é na terra, onde limpa e colhe verduras e batata-doce. “Se eu tivesse algo melhor, eu sairia, mas só se fosse melhor”.

Tal condição de informalidade também se encontra atrelada aos camponeses que dependem da comercialização da farinha de mandioca, nos municípios de Campo do Brito e São Domingos, também no Agreste Central Sergipano (Figura 10). Nos Povoados visitados – Gameleira, Cercado, Pilambe e Tapera -, a maior fonte de renda advém das casas de farinha, construídas nas unidades familiares. A estrutura fundiária formada por pequenas tarefas e o tempo de crescimento de mandioca, não permite que os camponeses produzam a farinha através do tubérculo cultivado, conforme detalhado na Figura abaixo. Nesse caso, eles adquirem dos atravessadores as toneladas de mandioca para que a produção não cesse.

Figura 10 – Povoados mapeados cuja tendência agrícola baseia-se na produção de farinha de mandioca, Campo do Brito e São Domingos



Elaboração: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Como entender a informalidade nesse contexto? Os produtores de farinha de mandioca alegam desvantagem diante do rendimento, pois, ao final do processo, não conseguem o suficiente para a sobrevivência.

As metamorfoses do desenvolvimento capitalista são acompanhadas pela intensificação da exploração do trabalho; a tragédia do desenvolvimento é o caminho da ruína e da destruição do modo de vida baseado na autonomia da produção. A nova sociedade deve destruir todas as pontes para que não haja uma volta atrás (BERMAN, 2007).

A sedução que permeia o mundo do trabalho contemporâneo e a falsa liberdade existem como realidade dos que necessitam permanecer vivos em um contexto marcado pela acumulação de capital. No exemplo dos que trabalham nas casas de farinha, estes necessitam adquirir uma quantidade maior de mandioca para que o rendimento aumente, concomitante a isso, mecanizam o processo produtivo para acelerar o tempo necessário para se chegar ao produto final. Com o aumento da tonelada de mandioca, aumenta-se o tempo necessário para a raspagem, que envolve a família e, em alguns casos, trabalhadores pagos (1.000 kg raspados por R\$50,00).

“Isso aqui é ramo de pobre mesmo, de quem não tem nada. Só estou esperando a idade para se aposentar e sair disso”, afirma a Senhora G. A, 50 anos (Entrevista concedida em maio de 2019, Povoado Gameleira, Campo do Brito, Sergipe).

O cansaço expressado na fala da camponesa reverbera em outras que formam o panorama dos que sobrevivem do funcionamento das casas de farinha. Como nas lavouras de policultura, a culpa por não possuir escolaridade suficiente recai sobre os sujeitos que buscam por algum de tipo de melhoria de vida.

“É o que tem para gente que não estuda. Eu não pude terminar meus estudos, mas quero que meus filhos terminem para terem uma vida melhor” (Senhor J. D. em entrevista concedida em maio de 2019, Povoado Gameleira, Campo do Brito, Sergipe).

Ao mesmo tempo em que desvelam a subordinação, a fala camponesa revela a condição de ser/estar na terra como modo de vida. A permanência, mesmo em um

contexto de Sísifos em montanhas, se explica pela sociabilidade estabelecida: “Já me acostumei com isso mesmo, não tem como sair mais. Apesar do sofrimento, não quero sair daqui. Só sairia se encontrasse alguma coisa melhor, mas não tenho idade para isso” (Senhor J. A, 43 anos, em entrevista concedida em maio de 2019, no Povoado Pilambe, Campo do Brito, Sergipe).

A heterogeneidade e fragmentação do trabalho possibilita observar uma simbiose entre o trabalho campesino e a informalidade – quando a condição camponesa se faz presente através da terra, da produção camponesa, mas também, em duplas ou triplas jornadas de trabalho, como nos exemplos de trabalhadores responsáveis por aplicarem venenos agrícolas em outras propriedades; os trabalhadores que “limpam” as plantações, cuja renda é paga pelo dia de trabalho.

Por um lado, o trabalho braçal possibilita relacionar a precarização das condições laborais no campo ao adoecimento físico e emocional dos trabalhadores e trabalhadoras, com a repetição do trabalho, do esforço repetitivo, pelo distanciamento dos mais jovens do ambiente escolar, que se veem pressionados a inserirem-se no mundo do trabalho – são jovens que trabalham durante a madrugada, descarregando toneladas de mandioca dos caminhões que chegam de outros estados, a citar: Bahia, Alagoas, Minas Gerais, São Paulo e Paraná; aqueles que são contratados em casas de farinha para determinadas funções: na prensa ou na peneira. Contudo, a mecanização do espaço de produção da farinha, com o surgimento e disseminação de prensas, peneiras e fornos elétricos, dispensa tais jovens trabalhadores, cada vez mais direcionados para o comércio urbano: caixas de supermercado, carregadores/repositores de estoques, ambulantes, trabalhadores que sobrevivem a partir de bicos, mototáxis, etc.

Por outro lado, a perpetuação do trabalho braçal, tanto nas malhadas de mandioca, quanto nas casas de farinha, implica considerar quem permanece no campo: os adultos e idosos. A permanência aqui, associa-se à morada, às tarefas de terra que se mantém como herança geracional, à reprodução social com o plantio para o autoconsumo e a comercialização do excedente, às relações estabelecidas. Em uma das falas, destaca-se:

“Eu mesmo prefiro trabalhar por conta própria, com a renda que tiro da minha casinha de farinha e pronto, já é o suficiente pra não morrer de fome” (Trabalhadora G. A., entrevista realizada no Povoado Gameleira, Campo do Brito, julho de 2019).

Mais recentemente, os povoados produtores de farinha de mandioca começaram a ser incluídos em focos de regulamentação e formalização do trabalho, incluídos em planos de 'geração de empregos'. O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem sido taxativo no que concerne ao reconhecimento de firma e legalização do trabalho em casas de farinha, associada à agroindústria. A fiscalização exige a adequação desses espaços à legislação trabalhista, o que inclui o registro em Carteira de Trabalho dos trabalhadores. Todavia, a condição das casas de farinha nos povoados pesquisados se encontra além da simples obrigação de legalização, pois enquanto espaços constituídos como fonte de renda camponesa, com a produção e comercialização da farinha, seus trabalhadores são, na maioria dos casos, auxiliares familiares, cuja renda final é coletiva.

O Cooperativismo, vigente desde 2006, com a sede da COOFAMA (Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do Município de Campo do Brito) no Povoado Gameleira, contribuiu para a disseminação de interesses sobre e a partir do discurso do "empreendedorismo local", e, em consequência, dos conceitos atrelados: como capital social, economia solidária, empoderamento e desenvolvimento local. Todavia, se antes, a quantidade de cooperados era maior, na atualidade são aproximadamente 40 cooperados; todavia, somente uma (1) das mais de 600 casas de farinha contabilizadas nos municípios de Campo do Brito e São Domingos é beneficiada com o empreendimento. Quando pesquisados sobre o porquê de não serem cooperados, os trabalhadores apontam para as obrigações impostas de venda da produção camponesa de mandioca, de perda da autonomia de suas próprias casas de farinha, da concentração da renda nas mãos dos proprietários da Cooperativa e dos grandes grupos monopolistas com os quais a mesma mantém relações comerciais, a exemplo do GBarbosa.

Em visita técnica em agosto de 2019 à COOFAMA, mapeou-se a organização do trabalho, tanto na sede, onde trabalhadores jovens do sexo masculino manuseiam uma empacotadeira, quanto na casa de farinha, com a raspagem de toneladas de raízes, principalmente por mulheres, e todo o processo de produção da farinha; bem como, de um espaço responsável pela embalagem à vácuo de macaxeiras, trabalho manuseado por mulheres. Tanto na Sede, quanto no espaço de embalagem, as trabalhadoras e trabalhadores se encontram em faixa etária entre 18 e 30 anos,

possuem Ensino Fundamental ou Médio completos (Figura 11), e veem em suas ocupações possibilidades de fonte de renda. Para os jovens, a casa de farinha em si – o processo de raspagem, que se prolonga o dia inteiro ou os trabalhos em prensa, carregamento de cestos de mandioca, produção da farinha em fornos com temperaturas elevadas – associa-se ao peso e desesperança do trabalho braçal.

Figura 11 - Jovens trabalhadores no manuseio de empacotadora na Sede da COOFAMA, Povoado Gameleira, Campo do Brito



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2019
Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Em relação aos mais jovens, se uma pequena parcela de contratados está ‘regulamentada’ na Cooperativa, a imensa parcela de jovens camponeses se direciona para outras faces da precarização. A evasão se expressa em seus relatos, na necessidade de “mudar de vida”:

“Eu quero sair daqui, sabe? Pra ajudar minha família, tirar eles dessa labuta, no Sol o dia todo, na chuva, cansados, é trabalho demais, casa de farinha também só esgota, raspar mandioca o dia todo, carregar cesto, apertar prensa, controlar forno. Não é fácil não. Quando chega no final da semana, não fica com nada, tem que pagar luz, tem a lenha pra comprar, tem a mandioca que a gente compra. Como dá pra viver

assim, me diga?” (Entrevista realizada com o Trabalhador W. A. Povoado Gameleira, Campo do Brito, junho de 2019).

Nesse sentido, os discursos de modernização e urbanização associados à cidade e ao trabalho assalariado revela-se, através do trabalho, na produção do discurso do que é arcaico, que se associa ao campo como trabalho braçal. Nessa associação, os anseios se voltam para melhores condições de vida e bem-estar a partir da inserção laboral distante do campo, em seu “sair”, no trabalho minimamente estável (com Carteira de Trabalho Assinada, como dito nas entrevistas, mesmo em condições de precariedade social). Os mais jovens, mais afetados pelo desemprego estrutural de acordo com os dados da OIT³⁰, ao mesmo tempo, são os mais cooptados e atraídos pela visão de progresso urbano como ideal de vida a ser alcançado.

Todavia, à despeito da precariedade das condições de trabalho na casa de farinha, o trabalho continua vinculado à unidade camponesa, à agregação de renda ao núcleo familiar campesino, em decorrência do jovem estar na morada dos familiares (ou em suas proximidades). No “sair” em busca de outras formas de trabalho, o horizonte das condições de vida é caracterizado pela intensificação de jornadas de trabalho em supermercados, distribuidoras, lojas de varejo, usinas siderúrgicas ou sucroalcooleiras; estas últimas, vinculadas à mobilidade sazonal. Nessa “nova” realidade, esses trabalhadores e trabalhadoras se distanciam da terra e da morada e se responsabilizam pelas próprias condições materiais, cada vez mais precarizadas³¹. O relato do trabalhador E. S. S., no Povoado Pilambe, Campo do Brito traz fundamentos para essa segunda realidade, de aceitação da condição informal:

“O ruim é ficar sem trabalhar. Hoje eu trabalho por aqui mesmo, no Supermercado, em Itabaiana, mas antes eu já trabalhei em usina, lá em São Paulo, já trabalhei em estoque de mercadoria em Santos, e quando não tinha mais trabalho, voltava pra cá. Já cansei de casa de farinha, não é pra mim não, nem enxada” (Entrevista ao Trabalhador E. S. S., Povoado Pilambe, Campo do Brito, junho de 2019).

O “privilegio da servidão” de que nos fala Antunes (2020) se escancara, pois na negação do trabalho no campo, os jovens camponeses inserem-se no *lócus* de competitividade por vagas no trabalho precário. Para os que se mantêm no campo, a

³⁰ Aproximadamente 9,4 milhões de jovens na América Latina e Caribe se encontram em situação de desemprego. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/desemprego-informalidade-e-desocupacao-afetam-jovens-na-america-latina-e-no-caribe/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

³¹ A ajuda familiar se perpetua, principalmente no exemplo de pais e/ou avós aposentados.

propriedade camponesa é partilhada, cada vez mais fragmentada, e esses trabalhadores buscam formas de reprodução social no próprio povoado: em outras propriedades, como “aplicadores de veneno”, como “limpadores de malhadas”, “motoristas de tratores”; ou mesmo, montam pequenos comércios ou tornam-se ambulantes nas feiras urbanas locais.

4.3. “Trabalhar para os outros” ou “trabalhar para mim mesmo”: a permanência camponesa

A modernização da agricultura como projeto hegemônico de um contexto de avanço do capital em cada vez mais espaços para a acumulação se inscreve em Itabaiana (Sergipe). O discurso de eliminação das contradições pela tecnologia no fim da Segunda Guerra Mundial, período de expansão capitalista: “A agricultura denominada de ‘atrasada’ seria superada através da industrialização e inserção de tecnologias na produção” (OLIVEIRA, 2007, p. 74).

Em Itabaiana, de modo distinto aos espaços de expansão do agronegócio em Sergipe (Laranja e fumo em Lagarto, milho no Médio e Alto Sertão Sergipano), a modernização da agricultura não será responsável pela territorialização e monopolização da terra pelo capital. A estrutura fundiária manterá a característica essencial que denomina Itabaiana enquanto ‘celeiro agrícola’: pequenas propriedades de policulturas.

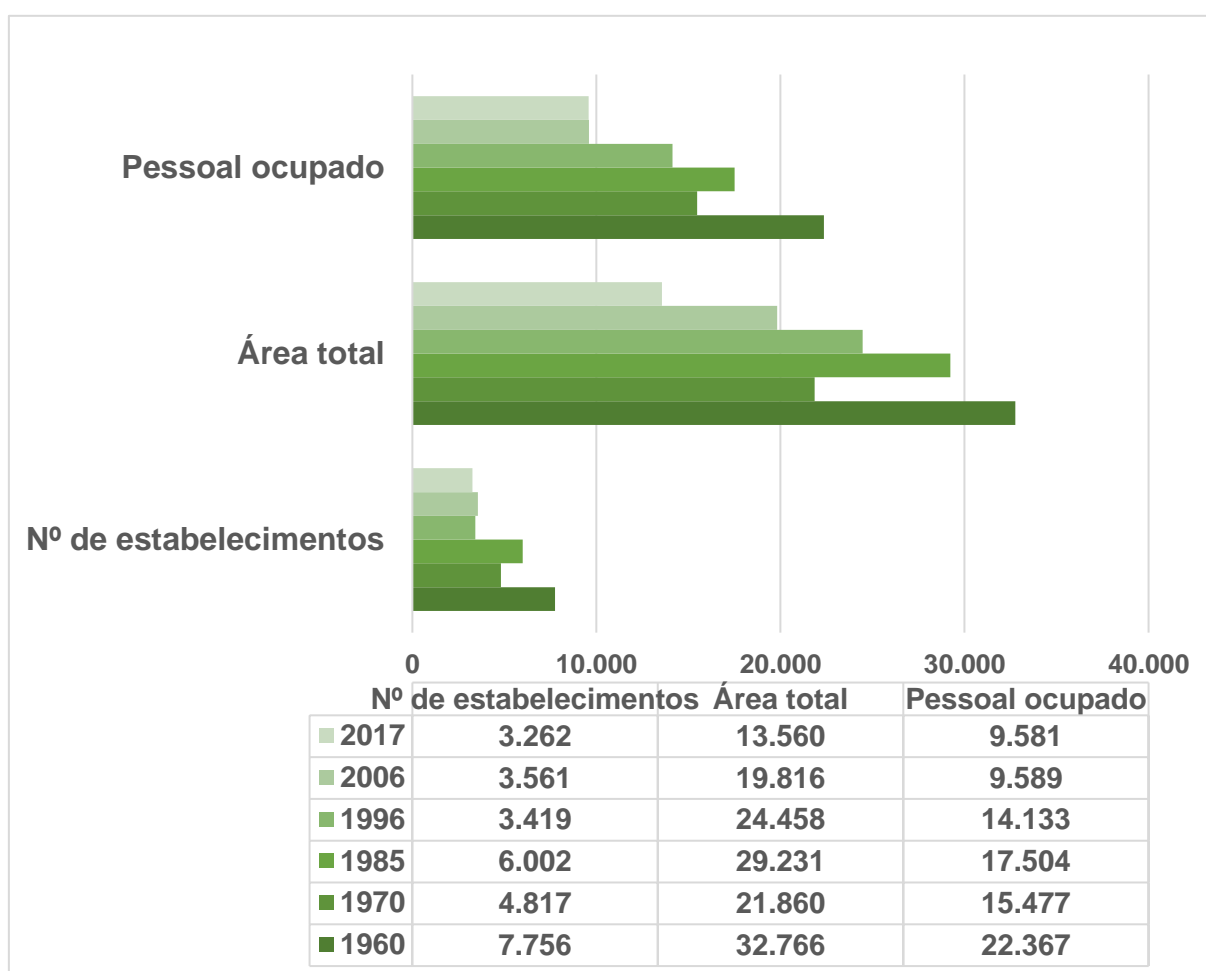
A permanência de uma condição camponesa atrelada à pequena propriedade não anula as mudanças no campo itabaianense a partir dos anos 70/80: o número de tratores saltou de um (1) para vinte e cinco (25) entre 1960 e 1985 e se em 1970, nove (9) propriedades faziam uso de fertilizantes químicos, em 1985 passou-se para 1.103.

A sistematização dos dados da Série Histórica do Censo Agropecuário entre 1960 e 2017 aponta para a diminuição tanto no número de estabelecimentos, quanto na área total e no pessoal ocupado. A partir de 1996, o número de estabelecimentos permanece aproximado, variando entre 3.419 e 3.262; contudo, a área de plantação para lavouras diminui em quase metade: de 24.458 para 13.560. Entre 2006 e 2017, o pessoal ocupado se mantém: 9.589 para 9.581. Na leitura geográfica sobre o processo compreende-se que a realidade é mais complexa que a estatística, e,

portanto, a mesma se propõe a fundamentar o objetivo geral proposto: analisar a condição camponesa sob o espectro da informalidade.

Os dados do Censo não apreendem o trabalho informal no campo, ou mesmo a produção que é adquirida em mercados pelos trabalhadores informais, como o CEASA, para a comercialização em feiras. A produção documentada corresponde às lavouras temporárias e permanentes cultivadas na própria terra dos camponeses. Desse modo, a fala dos camponeses como afirmação da condição de estar/ser na/da terra interliga-se à permanência nos últimos 10 anos de um mesmo pessoal ocupado, mas que teve sua área de produção diminuída na longa duração do processo histórico de modernização do campo (Gráfico 6):

Gráfico 6 – Itabaiana: área, número de estabelecimentos e pessoal ocupado na Agricultura 1960-2017



Fonte: Série Histórica do Censo Agropecuário
Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

A reestruturação produtiva do capital corresponde a um contexto em que a instabilidade acompanha as relações sociais. O trabalho como condição ontológica ao ser é esvaziado desse sentido nato para vincular-se à superfluidez. No campo, a subordinação da força camponesa ao capital, com a diminuição do espaço para reprodução, o controle do mercado frente à produção e a consequente busca de formas ocupacionais não vinculadas à própria terra caracterizam a desestruturação do mundo do trabalho no campo brasileiro. A gradativa diminuição entre 1960 e 2017 do pessoal ocupado acompanha o processo de inversão populacional no Brasil, em que a população urbana passa a compor a maior parte da população total do país. Nesse mesmo período, o trabalho precarizado e informalizado, temporário e *part-time* passa a ser regra no país, principalmente após 1990 com a introdução do padrão neoliberal de acumulação.

O processo de minifundialização no Agreste de Itabaiana se constitui em realidade intrínseca à redução da área e dos estabelecimentos agropecuários, ao mesmo tempo em que se atrela à ampliação da informalidade no campo. A divisão da propriedade patriarcal para as gerações familiares é acompanhada pela impossibilidade de reprodução social baseada na autonomia da terra. Desse modo, buscam-se ocupações que desvelam a intensa mobilidade de força de trabalho jovem.

No Povoado Cajueiro, localizado no Perímetro Irrigado Jacarecica, a expansão das chácaras de veraneio é *locus* de destino de filhos de camponeses que necessitam tornarem-se caseiros para a sobrevivência. A ausência de terra suficiente para a renda necessária somada à falta de perspectivas de trabalho na cidade tornam-se elementos constituintes dessa realidade marcada pela instabilidade.

Nas chácaras, as ocupações incluem serviços temporários e sem registro de homens entre 18 e 30 anos residentes do próprio povoado e dos circunvizinhos, todos filhos de camponeses e que possuem terra inferior a sete tarefas ou dois hectares. No caso do jovem G. R., de 21 anos, residente do Povoado Cajueiro, ao ser questionado sobre o porquê estar ocupado como caseiro, ele responde: “E eu tenho escolha? Não encontra mais nada por aqui, um ou outro bico, mas nada fixo. O jeito é trabalhar nas chácaras mesmo para não ficar parado, sem rumo” (Entrevista concedida em novembro de 2019).

O desemprego como condição de ‘estar sem rumo’ é o espectro que justifica a informalidade. Como caseiro, também chamado chacareiro, os serviços incluem a

limpeza e reparação da chácara e a segurança local em dias alternados, fins de semana ou dias corridos conforme acordado com o proprietário da chácara.

O caráter temporário e incerto dessas ocupações é enfatizado na fala do jovem camponês A. F. de 23 anos: “Aqui nunca é certo, sabe? Como eles pagam pelo dia que a gente trabalha, não tem muita garantia de ficar muito tempo. A gente está aqui, mas também precisa ficar procurando serviço de outro lugar” (Entrevista realizada em novembro de 2019).

A escolaridade necessária e a falta de oportunidades de trabalho permanente são destacadas pelos entrevistados como principais obstáculos enfrentados para conseguir uma ocupação considerada digna. De acordo com o trabalhador P. S. de 28 anos, residente no Povoado Cajueiro, a Carteira de Trabalho que possui é um documento em desuso, restando aceitar o fardo do trabalho informal: “Eu tenho uma terrinha para plantar, mas não sustenta, por isso a gente precisa trabalhar nas chácaras. A renda é pouca, mas consigo alguma coisa para viver. Eu não estudei muito, então, o que sobra é isso” (Entrevista realizada em novembro de 2019).

A ausência de terra e de trabalho formalizado são a face de um campo marcado pela negação de uma vida digna para um amplo contingente de trabalhadores jovens, que habitam o povoado e o consideram morada fixa, mas alertam para a intermitência do labor, cada vez mais rarefeito e móvel. Enquanto a terra no minifúndio fragmenta-se em ‘pedaços’ a serem coletivizados, o ir e vir do labor instável materializa-se em novas relações de trabalho caracterizadas pela intensa exploração da força humana.

O caseiro J. A. de 30 anos argumenta: “Eu trabalho aqui porque não tem muito o que escolher. Agora está muito difícil para todo mundo e para nós que moramos em povoado é pior” (Entrevista realizada em novembro de 2019). Quando interpelado sobre o porquê ser ‘pior’, ele responde:

Por que a gente tem uma terrinha para poder comer, mas isso não sustenta ninguém. A irrigação melhorou as condições do povo daqui, mas eu acho que falta trabalho para muita gente. Os que conseguem algum serviço na cidade dão sorte, mas quem não, tem que ficar por aqui, se virando do jeito que pode (Idem).

Os projetos de modernização do campo no município de Itabaiana se efetivaram nos anos 80 com a concretização dos perímetros irrigados Jacarecica I e Porção da Ribeira através da COHIDRO. O primeiro é constituído por 130 lotes de

dois hectares com um total de 124 famílias assentadas em unidades produtivas; enquanto o segundo, de forma distinta, não se constituiu através da desapropriação, por conta da predominância de uma estrutura fundiária com pequenas propriedades que não ultrapassam cinco hectares (Tabela 6).

Tabela 6 – Dados sobre projetos de irrigação no município de Itabaiana. SE

	Jacarecica I	Porção da Ribeira
Área total do Perímetro	398 ha	1.970 ha
Público assistido	630	4.660
Número de Lotes	126	466
Produção	6.907 ton. (2015)	22.045 ton. (2017)
Área total plantada	483,50 há (2015)	2.349 ha (2017)

Fonte: COHIDRO, 2019

Organização: Bruno Andrade Ribeiro

Os perímetros contribuíram para a extensão da produção camponesa. Nos verões pouco chuvosos, a irrigação emerge como resolutiva, enquanto que nos invernos chuvosos, o uso do sistema hídrico é diminuído. De acordo com José Alexandre Diniz (1993), as estratégias de permanência do campesinato sergipano apontam para sua força; contudo, enfrentam processos concomitantes, como a pecuarização e o aumento na área de plantio de commodities, que corroboram para a diminuição da terra camponesa. A modernização, contraditoriamente, seria uma dessas estratégias de permanência, ao lado da redução do consumo. O autor sistematiza o território sergipano em quatro grupos: um primeiro caracterizado como de modernização ‘muito forte’, que inclui o Açude da Macela e o Perímetro Jacarecica, com o uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos; o segundo, como de modernização ‘forte’, a exemplo do Perímetro Ribeira e dos pés-de-serra de Itabaiana; o terceiro, de modernização ‘fraca’ – Sertão, Cotinguiba – e o último, de modernização ‘muito fraca’, a citar, o Litoral. Nessa perspectiva que concebe o Estado como agente modernizador, os insumos, técnicas e maquinário seriam sinônimos de autonomia camponesa. Contudo, em uma leitura que apreende as contradições do sentido de moderno no processo de acumulação capitalista, descortina-se quais as estratégias do capital no campo, através da subordinação, sujeição e exploração do campesinato.

No povoado Agrovila, localizado no Perímetro irrigado Jacarecica I, a estrutura fundiária se encontra organizada em quatro tarefas de terra para cada unidade familiar, divididas em 126 lotes, após a desapropriação nos anos 80 e a efetivação do perímetro. De modo distinto ao Perímetro Ribeira, os moradores possuem como única e principal renda a comercialização das verduras e legumes cultivados na própria terra.

A precarização do trabalho se encontra atrelada à desproteção frente ao veneno exacerbado. Sem legislação trabalhista³² que possa legitimar uma condição digna de vida, a responsabilidade pela sobrevivência recai sobre o camponês. O sujeito necessita apropriar-se de insumos agrícolas como mecanismo de tornar-se técnico, ou seja, modernizar-se sob o ponto de vista do capital³³. Contudo, no processo de adoecimento e negação do modo de vida, esse mesmo sujeito é condicionado a afirmar que “não há alternativa”.

“O que fazer” se torna o questionamento de todos. Para os técnicos da COHIDRO, o problema se encontra na falta de informação sobre o manejo ‘adequado’ do veneno. Os camponeses afirmam que sem ‘remédio para mato’ o tempo de cultivo e, conseqüentemente, o peso do trabalho, podem ser maiores.

As palavras que tentam justificar o uso do veneno afastam o sentimento de ‘culpa’ e buscam um suposto elemento positivo, naturalizado, para um processo impositivo travestido de modernização. Na perspectiva de Bakhtin (1977, p. 70):

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós, ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

Veneno, remédio de mato, agrotóxico, defensivo: cada uma carrega o sentido ideológico e vivencial apontado pelo autor. No Povoado Agrovila, o uso é generalizado de acordo com o técnico da COHIDRO, o Senhor O. S. 42 anos:

³² O direito enquanto fundamento do trabalho capitalista emerge como representante da classe burguesa.

³³ A articulação entre moderno e arcaico compõe a dinâmica da reprodução no capitalismo monopolista na agricultura brasileira. Nas palavras de Graziano da Silva (1982): “uma formulação comum da derivada, em termos de política, é a de que, só com a modernização, ou seja, com a eliminação do ‘arcaico’, a agricultura poderá desempenhar eficazmente o seu papel” (SILVA, 1982, p. 19).

Aqui usa muito agrotóxico, mesmo com as orientações que passamos, as lojas vendem sem nenhuma discriminação. A gente pede para colocar cinco milímetros em uma bomba de dez litros, eles colocam vinte milímetros (Entrevista concedida em agosto de 2019)

A suposta ‘facilidade’ do veneno, em que acelerar o tempo de preparo da terra para o plantio, e, portanto, aumentar a produção, vincula-se a necessidade de perpetuar a reprodução social adquirindo a renda necessária de forma mais rápida. O discurso de modernidade acompanha o sujeito que faz uso dos venenos, pois enquanto ideologia do progresso, tais insumos são o ‘fio’ de homogeneização para que todos se insiram no circuito mercadológico e possam perpetuar a força das multinacionais vinculadas ao agronegócio.

Na argumentação entre o sentido de moderno e arcaico constituído no cerne da expansão das relações capitalistas de produção no campo brasileiro, a informalidade é o espectro que ronda a estrutura fundiária. Em uma das entrevistas, o entendimento sobre memória coletiva fundamentou a simbiose moderno/arcaico no campo e seus liames com o mundo do trabalho. A Senhora M. F, 70 anos, desde a infância, sempre plantou:

A gente vivia da terra, plantava feijão, milho, macaxeira e mandioca. Agora, depois que passou essas plantas de irrigação, foi que a gente colocou água na malhada. Antes usava somente a água da chuva, se a gente quisesse um pé de tomate ou pimentão, tinha que carregar água do rio” (Entrevista realizada em setembro de 2019).

Quando questionada sobre a diferença entre o passado e o presente, a Senhora M. F demarca a instalação do sistema de irrigação como elemento divisor entre os dois tempos: “Antes (da irrigação), plantava pouquinho, somente para comer. Hoje (com a irrigação), tem alface, coentro, couve. A vida que nós passamos foi difícil. Temos o emprego, o meio de transporte”.

O peso da vida se direciona para a ausência de mecanismos técnicos para expandir a produção camponesa e garantir a autonomia na terra. A inserção dos povoados ao Perímetro irrigado emerge na fala enquanto benefício, mas é o elemento água, e não a técnica em si, que significa melhoria para a reprodução camponesa. A ausência do recurso hídrico no passado atrelado à dificuldade de acesso é o que

caracteriza a vida como 'difícil'. Nessa perspectiva, terra e água se constituem uma unidade.

Entrevistador: O que a terra significa para a senhora?

Entrevistada: “É vida. É o pão. Sem a terra, nós comemos? Sem a terra, nós não temos nada. Até para morrer, a gente precisa da terra” (Entrevista realizada no Povoado Lagoa do Forno, em setembro de 2019).

Ela não quer ver os filhos longe da terra. A filha, M. J trabalha fora da terra, como ajudante no comércio, três dias semanais. “Eu pretendo trabalhar a semana toda. Se tivesse uma oportunidade de trabalho mudaria, não ficaria na malhada”.

A fala de Dona M. F. expressa as mudanças no espaço-tempo do campo: “no passado, levantava quatro horas da manhã para limpar a terra. Hoje em dia existem mais facilidades, mas a maioria desperdiça as oportunidades”. Todavia, se as chances de trabalho são maiores na atualidade, como explicar o desemprego estrutural da população?

“A vida era tão boa”, a frase no pretérito se repete e contradiz o presente como melhor do que o passado: por que?

O Senhor E. S., proprietário de três tarefas, comercializa verduras plantadas na própria terra e frutas compradas no CEASA de Itabaiana. “Comecei desde os sete anos de idade, ajudando meus pais”.

Entrevistador: “Caso tivesse uma oportunidade longe da terra, permaneceria ou não no campo? ”

Entrevistado: “Rapaz, eu continuaria aqui. Eu não deixaria o povoado, porque me apeguei, aí não vejo outro lugar. Somente a família ajuda na terra, quando um não pode, outro vai. O que nos sustenta é a terra, porque as viagens para as feiras são um contrapeso. A gente consegue tirar uma parte para o consumo e outra para a venda” (Entrevista concedida no Povoado Lagoa do Forno em setembro de 2019).

Os senhores N. S. e B. T. possuem terra com três tarefas e além dos cultivos de coentro, alface e batata, possui o que denominam ‘negócio’:

Pesquisador: “Quais são suas fontes de renda? ”

Entrevistado – Senhor N. S.: “Nós temos nossa terrinha e negociamos com verduras nas feiras. O que a gente planta é só para o consumo mesmo e quando sobra uma coisinha a mais, vendemos” (Entrevista realizada no Povoado Lagoa do Forno, em setembro de 2019).

Como a maior parte dos moradores dos povoados que integram o perímetro irrigado da Ribeira, os entrevistados adquirem verduras no CEASA para revendê-las em feiras sergipanas: “A gente planta o ano todo por conta da irrigação, mas a renda principal vem das feiras. Compramos cebola e cenoura no CEASA e trabalhamos três dias na semana com isso” (Entrevista concedida pelo Senhor N.S. em outubro de 2019).

O sistema de irrigação contribui para a lavoura anual, com os equipamentos adquiridos pelos produtores e interligados ao sistema de fornecimento de água da Ribeira (Figura 12). Como na fala da Senhora M.F, que transita entre passado e presente para distinguir o ‘melhor’, a vida é descrita como mais facilitada, diante dos mecanismos modernizadores do campo, mas o fardo persiste, pois, o tempo de produção se acelera e a subordinação também.

Figura 12 - Sistema de irrigação em propriedade camponesa no Povoado Lagoa do Forno, Itabaiana. SE



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2019
Organização: Bruno Andrade Ribeiro, 2020

Sobre a possibilidade de deixar o campo ou conseguir uma oportunidade de ocupação não vinculada à terra, o entrevistado é enfático: “Eu não deixaria o campo, porque na cidade é mais difícil de se manter”, a resposta da Senhora J. T. complementa a compreensão sobre a permanência da condição camponesa: “Eu acho que não. Nós nos acostumamos, eu tenho três filhos. Eu não penso em sair daqui. Para trabalhar para os outros, é melhor trabalhar para a gente, porque ganha mais” (Entrevista concedida pela Senhora J. T. em outubro de 2019).

A ideia de consciência em Bakhtin (1981) se encontra atrelada à interação social, portanto, o ideológico é inserido no contexto do material social criado pelo homem, em seus signos. Desse modo, as palavras que intercalam as respostas dos entrevistados são entendidas em um plano interindividual, ou seja, em uma unidade social que contribui para a constituição dos signos e significados na/da fala.

“Trabalhar para os outros” implica questionar quem são os outros e o que fazem deles, outros, ou seja, estranhos ao ‘eu’, por sua vez, inserido em ‘nós’: os camponeses. A inexistência da figura de um patrão – um proprietário de meios de produção – condiciona pensar o “trabalhar para a gente” como independência e autonomia. Contudo, é o estabelecimento da unidade familiar, descrito pelo “[...] nos acostumamos, eu tenho três filhos” que possibilita a permanência no espaço agrário. A necessidade de reprodução social do campesinato na terra é enfatizada a partir das palavras que valorizam o campo em detrimento do ‘morar na cidade’, mas não anula a subordinação que se contrapõe à autonomia.

A palavra é a expressão da comunicação na vida cotidiana, e enquanto fenômeno ideológico é “[...] o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 1981, p. 24). Desse modo, a existência da palavra não se dissocia das condições materiais da vida humana. Em relação aos camponeses pesquisados, as respostas que afirmam a condição camponesa enquanto permanência desvela a distinção entre essa produção e a economia capitalista, pois neste, o processo de trabalho apresenta-se como valorização, enquanto que a exploração do trabalho camponês só pode ser localizada no contexto da reprodução social do capital. Não é o valor de troca, mas o valor de uso que aparece como objetivo final. Desse modo, para se compreender a

chave da exploração do campesinato deve-se analisar as relações em que este está submetido.

A relação do campesinato com o capital não se limita apenas à transferência de valor, mas também consiste em uma relação de exploração e esta última categoria expressa a essência da articulação, uma vez que ela não se restringe à circulação, mas corresponde também à produção em sentido estrito (OLIVEIRA, 2007, p. 22).

Para o camponês, a sobrevivência se encontra atrelada à venda do que ele produz para a obtenção do que é necessário para sua existência e de sua família e isso se manifesta em suas palavras enquanto signo dialético³⁴.

O Senhor J. A. 30 anos, trabalha três dias na terra herdada e três dias nas feiras de Itabaiana, Maruim e Muribeca, comercializando coentro, alface, quiabo e pimentão comprados no CEASA. Ele informou que trabalha há quinze anos no campo, plantando e colhendo tanto para o consumo da família, quanto para a comercialização, contudo quando interpelado sobre deixar/permanecer na terra, a resposta foi: “Eu deixaria o campo, dependendo do emprego, porque o serviço é pesado e o ganho é pouco. Eu trocaria por um trabalho na cidade”. Após isso, ele detalha as dificuldades no trabalho camponês: “Só a família ajuda na terra, mas a maior parte da renda do nosso negócio com venda na feira. Quando a produção é grande, ninguém quer, o preço é baixo e só a feira mesmo para a gente sobreviver” (Entrevista concedida em outubro de 2018).

O peso da jornada extensa de trabalho e a falta de rendimentos são as principais explicações dadas pelo entrevistado para justificar a possibilidade de deixar o campo em busca de outras oportunidades longe da terra. De acordo com ele, a terra foi dividida pelo sogro e atualmente vive na propriedade deste. A busca de outra perspectiva de vida é atrelada à constituição de um sentido de unidade familiar própria, pois tanto a terra, quanto o negócio na feira se apresentam para J. A. como um complemento temporário até adquirir um trabalho permanente.

³⁴ As palavras são pensadas na realidade material do signo, sem separar a ideologia da materialidade, e, portanto, sem entender a consciência dissociada do real: As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (BAKHTIN, 1981, p. 28).

Na propriedade camponesa dos Senhores S. A. 40 anos, J. S. 45 anos, os entrevistados trabalham há vinte anos em terra herdada, com oito tarefas na qual plantam-se coentro, alface e macaxeira para consumo. A principal renda advém da comercialização nas feiras de Itabaiana e Aracaju.

“Depois do casamento, comecei a trabalhar na terra. Eu e meu esposo trabalhamos a semana inteira, inclusive aos domingos por conta da irrigação que a gente precisa molhar” (Senhora S. A. em entrevista concedida em novembro de 2019)

Longe das estatísticas oficiais, a informalidade apontada a partir das falas dos camponeses em suas jornadas extensas de trabalho desconstrói o sentido de autonomia que marcam os discursos de individualização do ser diante da realidade. Ao mesmo em que necessitam preocupar-se com o pagamento do transporte necessário ao deslocamento para a feira, também se responsabilizam pela manutenção do local de comercialização (banca na feira).

As incertezas intrínsecas ao trabalho são inúmeras: os riscos de acidentes no trajeto, as horas extenuantes de esforço físico e mental devido à renúncia do tempo de lazer e a renda variável de acordo com a demanda. Distante de serem ‘autônomos’, a subordinação se revela no cotidiano desses sujeitos.

Quando interpelados sobre a possibilidade de deixar o campo, a resposta é:

Eu acho que não, até porque quem é acostumado a trabalhar com isso, não sabe fazer quase nada. E também não estudamos muito, porque hoje em dia precisa de muito estudo para trabalhar na cidade. Até mesmo quem tem estudo não está conseguindo, imagine a gente. Eu ficaria aqui mesmo, já estamos velhos mesmo (Entrevista concedida no Povoado Lagoa do Forno, em setembro de 2019)

Na afirmação da condição camponesa, a cidade é posta como sinônimo de qualificação e juventude. A velhice que se aproxima justificar o ‘ficar’ no campo.

Entrevistador: “O que a terra significa para os senhores? ”

Entrevistado: “Significa o sustento. Tudo. A gente precisa tirar tudo da terra para viver. Só pagamos trabalhadores quando tem muita mercadoria para colher, na maior parte das vezes é a família que ajuda. Nosso maior sustento é da terra” (Senhor J. S, 45 anos em entrevista concedida em novembro de 2019).

Na esperança de manter a condição camponesa para as gerações futuras, a fala enfatiza a permanência dos 'rastros' históricos que a terra não dissocia. O saber/fazer que significa plantar e colher:

A terra é nossa, mas é dos meninos também. Um dia vai ser deles. A gente planta alface, coentro, cebolinha, pimentão, pimenta, repolho. Nós plantamos para a venda na feira, em Aracaju, Carmópolis, Japoatã. A semana toda a gente trabalha, desde muitos anos é essa nossa rotina. Agora vai ficar para nossos filhos" (T. S. 78 anos, em entrevista concedida em novembro de 2019)

Diante dos pressupostos que as entrevistas informam, constata-se que a condição camponesa permanece, com a terra mantendo o substrato da vida, mesmo reduzida a poucas tarefas que retiram a autonomia e a tornam insuficiente para a sobrevivência da unidade familiar. Entre repostas que apontam o fardo, o cansaço e a necessidade de melhores possibilidades de trabalho e outras que apontam a idade a falta de escolaridade como empecilhos para transformações e mudanças, o campo e o campesinato não sucumbem ao fim.

Para os que afirmam metamorfoses que tendem ao desaparecimento das relações não-capitalistas de produção, os que argumentam haver o surgimento de um 'novo campesinato' ou um campo pluriativo, em suas distintas abordagens, a realidade desmascara os planos de subordinação, sujeição e exploração da terra e do trabalho. No campo, a informalidade emerge como destituição da autonomia frente à produção camponesa. Sem o suficiente para plantar, aderem ao mercado para revenda, sob preços desvalorizados e jornadas de trabalho prolongadas (no ir e vir de casa para feiras espalhadas no estado e para além dele). A semântica não consegue alcançar o sentido do movimento e da contradição e na dialética permanência/abandono, inclusão/exclusão e moderno/arcaico cabe compreender que as transformações no mundo do trabalho de forma universal não significam a perda da centralidade dessa categoria. No devir resguarda-se a superação: que a informalidade continue sendo fundamentada, entendida e explicitada nos distintos campos do conhecimento científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que será que será [...]

Que está no dia-a-dia das meretrizes
 No plano dos bandidos, dos desvalidos
 Em todos os sentidos, será que será
 O que não tem decência, nem nunca terá
 O que não tem censura, nem nunca terá
 O que não faz sentido (Música “O que será (Flor da Terra)”, Chico Buarque)

O conceito de ‘estado de exceção’ aparece de modo recorrente nos escritos de Francisco de Oliveira para ressaltar como a formação territorial do Brasil se entrecruza com a negação dos muitos para que os poucos se afirmem como dominantes. Nessa discussão, a ficção de uma distopia cinematográfica – o filme *Bacurau*, de Kleber Mendonça e Juliano Dorneles – se concretiza como realidade e atualidade.

Se no povoado de *Bacurau*, sumido do mapa, o ataque contra seus moradores vem de longe e de perto, ao mesmo tempo, estrangeiro e nacional, o nosso histórico estado de exceção perpassa gerações de brasileiros como estigma de atraso, como se fosse condição determinada naturalmente dos que habitam os trópicos. A informalidade crônica, hoje legalizada e institucionalizada como exemplo de empreendedorismo e empoderamento pessoal, volta por cima, superação e independência, afirma-se na negação do humano e perpetuação da barbárie. Sob discursos de ‘novo’ e ‘pluriativo’, o campesinato brasileiro continua em sua saga contra a usurpação da terra e do trabalho que o realiza e o insere como classe de resistência e definição do sentido de ser brasileiro. A culpa pelo fracasso, a falta de oportunidades no povoado, a necessidade de continuar a inserção no sistema capitalista, de reprodução da unidade familiar camponesa e o discurso do moderno capitalista entreposto na fala são alguns dos discursos apontados pelos sujeitos da pesquisa e que corroboram para a construção de uma leitura crítica e pautada em uma unidade de relações contraditórias sobre a precarização do trabalho e a dialética da informalidade.

Para além de uma ‘questão urbana’, pensar a expansão das relações informais do trabalho no campo em povoados sergipanos nos quais permanece a condição de

ser camponês intrínseca à terra, permite a desmistificação do arcabouço neoliberal que considera a precarização como alternativa, pois o espectro da exceção contra o humano acompanha o espaço/tempo do campo brasileiro. Ao considerar que o precário mundo do trabalho é anterior às políticas de desestruturação do trabalho sob a égide do Neoliberalismo, que no Brasil é posterior aos anos 90, não se deixam margens para dúvidas sobre o trabalho informal ser ou não uma 'alternativa', ou mesmo, forma elaborada pelo próprio sujeito camponês como possibilidade de resistência. A instabilidade de um modo de produção caracterizado pela renovação constante dos meios de acumulação contrapõe-se à estabilidade de um campesinato que se reproduz historicamente na terra.

Sem a terra suficiente e com a produção subordinada aos mecanismos de extração de lucro, atrelada à disseminação do discurso de um campo que necessita 'modernizar-se', contraposto ao modo de vida camponês e sem modificar a estrutura fundiária concentrada e a pobreza crônica, expande-se uma polissemia de formas instáveis de trabalho no campo. Como Bacuraus brabos que só saem à noite, os informais denunciam o sentido de democracia substantiva a ser constituído no horizonte de potencialidade transformante do Proletariado. Essas mulheres e homens, essas crianças, velhos, essa classe-que-vive-do-trabalho são pássaros nordestinos com voos altos, ausentes de direitos trabalhistas, mesmo que constantes no texto constitucional de 1988, transeuntes incansáveis na busca do sonho da superação.

As terminologias 'trabalhadores por conta própria' ou 'autônomos' encobrem o sentido do trabalho informal, que como todo trabalho capitalista, é incompatível com a liberdade humana, com sua criatividade realizadora e com a vida plena. A exclusão se materializa na produção do espaço: excluídos da participação efetiva das decisões coletivas, pois o tempo reservado todos os dias é consumido pelo trabalho, excluídos de qualquer proteção jurídica, de equipamentos necessários, responsáveis pela 'invenção' de formas inúmeras de exploração: inserem-se na lógica desigual da exclusão. Todavia, o debate amplo e complexo não deve turvar a crítica em prol da defesa desses sujeitos, pois a exclusão não é invisibilidade. As estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), no ano de 2019, apontam para mais 50 milhões de desempregados, subempregados e desalentados no ir e vir da informalidade, termo generalizado que integra os mais distintos modos de exploração do trabalho na contemporaneidade.

Desse modo, no alcance dos objetivos almejados com a presente dissertação, não se pretendeu constituir uma nova terminologia desse complexo mundo do trabalho, nem muito menos, construir uma tipologia de relações informais de trabalho embasadas a partir da realidade nos trabalhos de campo. Compreender a condição camponesa sob o espectro da informalidade a partir de uma unidade contraditória de relações é fundamentar a discussão sobre a categoria trabalho através dos discursos sobre o moderno/arcaico no campo brasileiro. Portanto, a precarização não pode ser dissociada da noção de informalidade considerada, e esta, por sua vez, é lida a partir das transformações dos processos de renovação da acumulação de capital no Brasil.

A informalidade de hoje não é a de ontem e não será a de amanhã. Além disso, no cerne da crise estrutural, com o descarte de humanos e o caráter plástico de um mundo do trabalho flexibilizado, essa terminologia também poderá se modificar, fazendo do seu contrário – formalidade no sentido de estabilidade – um horizonte utópico, possível somente a partir da destruição do capital como relação social. Desse modo, desconstrói-se o sentido de formal-capitalista disseminado pelo Estado e que é exemplificado pelo funcionalismo público, e até mesmo, pelos setores privados com carteira de trabalho assinada, pois também são funcionais à acumulação.

Sobre a terra em sua condição de permanência camponesa, depreende-se que a sua ausência para a reprodução da vida é precursora da subordinação da produção camponesa ao mercado através dos ‘laços’ que o capital se encarrega de elaborar para alcançar mais espaços possíveis. A destruição é o sinônimo desse processo, pois conforme o crítico da Economia Política ensina: “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga” (MARX, 2017, p. 307).

A condição camponesa como permanência se mantém, porém, em um contexto de disseminação do trabalho estranho ao camponês. A falta de benevolência marca o sistema do capital, pois seu único interesse é a realização do lucro através do furto do trabalho alheio. O trabalhador mal pago é o assalariado, o não-assalariado e o desempregado, em suas distintas condições e contextos. O assalariamento enquanto formalidade traveste a relação capital-trabalho, concebendo esse regime de trabalho como normalizado, enquanto seu inverso, a informalidade, é tida como estranha ao processo capitalista, no ocultar da sua funcionalidade para a mobilidade do capital.

A jornada de trabalho cada vez mais extensa é o objetivo do capitalista, no sentido de diminuir o tempo necessário para a existência do ser e aumentar aquele

reservado para o excedente apropriado pelo proprietário dos meios de produção. Nessa perspectiva, a informalidade é a intensificação do tempo reservado ao trabalho, em uma atividade laborativa que dissolve o sentido de realização do ser. Na ânsia em perpetuar a existência, o dia e a noite se confundem, o relógio se dissolve e os intervalos para refeições inexistem. As relações humanas mais íntimas são desconstruídas e tudo deve girar em torno da reprodução da mercadoria para aglutinar o suficiente para consumir. A segunda-feira e o sábado perdem a diferença e se igualam como dias de trabalho.

A particularidade da informalidade no campo é a terra: a condição camponesa permanece atrelada à esta, porém, medida sob o espectro daquela. Se o que distingue a informalidade é a aparência de ocupação autônoma através da troca de mercadorias, entende-se que, muito além de uma ‘questão urbana’, é a expressão do mundo do trabalho na crise estrutural do capital. As várias definições apregoadas ao trabalho camponês, a citar: pluriatividade, ‘negócio com vendas’, empreendedorismo rural, cooperativismo, trabalho autônomo transformam a semântica, mas não são suficientes para enfrentar a realidade: a informalidade é precarização do trabalho, subordinação e ausência de liberdade.

Em determinado momento da narrativa de Bacurau, um forasteiro interpela uma moradora: “quem nasce em Bacurau é o quê? ”, e a inesperada e certa resposta da criança ao lado encerra qualquer dúvida: “É gente! ”. Os sujeitos pesquisados, em suas falas sobre a esperança de dias melhores, de oportunidades para suas gerações futuras e de um futuro igualitário e estável materializam o sentido de gente como percalços de uma luta constante.

O forasteiro como estranho ao modo de vida é o estranhamento diante da condição camponesa, ou seja, um espectro. Uma das definições apresentadas para essa última palavra extraída do Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa aponta para: “Imagem fantástica de um ser imaterial cujo aspecto provoca medo ou terror, e que se acredita ou se imagina ver; aparição, assombração, fantasma³⁵”. Esse espectro ronda a condição camponesa desde a consolidação das relações capitalistas de produção como dominantes, nos relatos apontados por Marx e Engels sobre a degradante vida da classe trabalhadora no século XIX. O sangue e o suor derramados

³⁵ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=bxEA>. Acesso em: 20 dez. 2019.

durante séculos na expropriação da terra e gestação do novo modo de produção são provas de que nada do que conhecemos hoje se constituiu de forma idílica.

Esse espectro fantasmagórico pode ser fundamentado através das palavras ditas (e não-ditas) dos camponeses: quando argumentam sobre o fardo do trabalho, cada vez mais subordinado aos ditames de um mercado que desvaloriza sua produção; quando o 'plano b' para buscar a manutenção da unidade familiar pauta-se no chamado 'trabalho autônomo', que se revela distante e distinto da autonomia. Quando a subordinação da produção camponesa legitima a precarização, com o aumento da jornada de trabalho e total desproteção trabalhista, ou quando a terra se revela insuficiente e submete-se aos mecanismos de revenda de produtos adquiridos em centros de abastecimento.

A condição camponesa permanece nas falas dos que “não veem outra oportunidade se não a de ficar na terra” e mantê-la para as próximas gerações. Como na parábola de Saramago (2000) que introduz a presente dissertação, depois de ter sua produção de cerâmicas e bonecos de barro negada e ter se sujeitado aos ditames do mercado que impõe lousas de plástico, o sonho de Cipriano em desvendar toda a farsa capitalista de uma modernidade excludente e destrutiva se concretiza.

O retorno de Cipriano ao campo, tornando-se andarilho em busca de ocupações na terra revela que a permanência da condição camponesa se atrela a um contexto de crise generalizada que impõe barreiras para os que possuem esperanças de um mundo mais digno. A terra mantém o protagonismo de ser 'tudo' e ser 'pão', como destacado em uma das falas dos sujeitos pesquisados, na vida e na morte.

O devir aponta para a defesa dos que mantém os pés no chão. E é nesse mesmo devir que se encontram os ladrilhos de um caminho árduo de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. Londrina: Editoria Práxis, 2007.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. **Metamorfoses do Trabalho e a Mutação do Campesinato**. Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (NPGeo/UFS), São Cristóvão, 2001. 290p.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. São Paulo: Zahar, 2013.

BRASIL. **DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 4.214, DE 2 DE MARÇO DE 1963**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm. Acesso em: 11 mar. 2019.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1942.

CARVALHO, Inaiá Moreira de. **O Nordeste e O Regime autoritário**: discurso e prática do planejamento regional. São Paulo: Hucitec, 1987.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 407 p. il. (Coleção de Obras Raras II). Fac-símile da edição de 1817. p.247-252. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg27882/drg27882.pdf. Acesso em: 29 ago. 2014.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, 2015, ed. 5, art. 2, pp. 7-28.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A natureza social do discurso geográfico. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 28, v. 2, n. 39, pp. 19-35, jul./dez. 2012.

_____. **A questão camponesa**: o olhar sob o signo dialético. Dissertação apresentada ao NPGeo, Aracaju, 1991.

_____. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista OKARA**, Geografia em debate, v.1, n.1, p. 1-152, 2007.

_____. Limites e possibilidades do pensamento geográfico: uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da Geografia da Miséria. **Revista GeoNordeste**, ano XXIV, n. 2, pp. 37-55, 2013.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questões sociais e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, 15 (43), pp. 157-172, 2001.

DIEESE. **Previdência rural e reforma**: impactos da PEC 06/2019, nota técnica, número 209, junho 2019, pp. 1-22.

_____. A perversa marcha da insensatez. **Boletim de conjuntura**, número 19, setembro de 2019, pp. 1-7.

DINIZ, José Alexandre Felizola. Estratégias de reprodução de camponeses nordestinos: o caso de Sergipe. **Revista Geonordeste**, n. 1, pp. 18-29, 1993.

EAGLETON, Terry. **Marx Estava Certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.

FIRMIANO, Frederico Daia. O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 41, pp.120-137 Jan.-abr./2018.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. 370p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. São Paulo: LP&M Editores, 2017.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do Trabalho e Controle Social: Trabalho e Organizações na Era Neoliberal. **Revista de Sociologia Política**, v. 17, n. 32, pp. 33-49, fev. 2009.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2012.

IBGE, Agência [online]. **Pesquisa revela retrato inédito do mercado de trabalho do interior do país.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25066-pesquisa-revela-retrato-inedito-do-mercado-de-trabalho-do-interior-do-pais>. Acesso em: 25 jul. 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal:** a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, 2000. 173p.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial:** o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Revista Lua Nova**, n. 23, pp. 1-36, mar. 1991.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Capitalismo e Tradicionalismo:** estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política, Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “Supérfluos a Sujeitos Históricos” na Contramão do Capital:** a Geografia do (des) trabalho. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGEQ, São Cristóvão, Sergipe, 2007.

_____. **O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica.** Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

MESZÁROS, István. **Desemprego e precarização:** um grande desafio para a esquerda. Resistir.info [online], 2003. Disponível em: https://resistir.info/crise/desemprego_precarizacao.html. Acesso em: 23 dez. 2019.

_____. **Para Além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. A (Geografia da) Sociedade do Trabalho. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 29, vol. 1, n. 40, pp. 131-142. Jan./Jun. 2013.

MULLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população**: estagnação e incorporação regional. Cadernos CEBRAP, n. 32. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Women and men in the economy**: statistical Picture. Genova: ILO, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista**: O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008(a)

_____. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008(b).

_____. A Metamorfose da Arribaça: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica no Nordeste. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 27, julho de 1990, pp. 67-92.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais**: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 2005.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

_____. **Políticas públicas e trabalho precário**: a retórica da “autonomia empreendedora” e a permanência do desemprego. 2017. 300p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. **Política e Trabalho no Brasil dos anos vinte a 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 191p.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. O papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional, entre 1950 e 1964, em Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Ignácio Rangel e autores pecebistas. **Dissertação de Mestrado**, UNICAMP, 2005.

RUDÉ, George. **A Multidão na História**: estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTOS, Josefa de Lisboa. A TRAJETÓRIA DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE: políticas públicas na (dis)simulação da

esperança. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007. 288p.

_____. Da unidade nacional ao discurso cepalino: o projeto de desenvolvimento no Brasil. In: CARVALHO, Márcia Eliane Silva; SANTOS, Ana Rocha dos Santos (orgs.). **O fazer geográfico: teoria e prática**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013. p. 45-70.

SARAMAGO, José. **A Caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHNEIDER, Sérgio. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil: definições conceituais e elementos políticos. In: CARVALHO, Diana Mendonça de; ALCÂNTARA, Fernanda Viana de; COSTA, José Eloízio da (orgs.). **Experiências e reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional: realidades do Nordeste Brasileiro**. Aracaju: EDISE, 2014.

_____. Teoria social, agricultura familiar a pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, fev. 2003.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, José Edmilson. **Campe sinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Genivânia Maria da. O (des)mascaramento do discurso do desenvolvimento local/sustentável no (des)envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe. **Dissertação de Mestrado** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), 2016. 191p.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982. 181p.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital. **Dissertação de Mestrado** apresentada ao Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, 2003.

SUPERINTÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste**. Reedição, 1967.

TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal e sua suposta autonomia: uma modalidade flexível de exploração. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, vol. 1, n. 1, pp. 39-58, 2015.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **(Des)Realização do Trabalho: Se Camponês, se Operário! (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil)**. GEPEC, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo, UFSCar, 1999.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRA**, Salvador, v. 29, n. 77, pp. 313-331, maio/agosto 2016.

VECILLIO, Tiziano. **Sisyphus**. Museo del Prado, Madrid, Espanha, 1549.

APÊNDICES

APÊNDICE A



*UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA*



Plano de atividades – Trabalho de Campo

Pesquisador: Bruno Andrade Ribeiro

Orientadora: Josefa de Lisboa Santos

Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEO/UFS

Título do Projeto: A condição camponesa sob o espectro da informalidade e precarização do trabalho

Objetivos específicos da atividade em questão:

- Compreender a simbiose moderno/arcaico no campo;
- Identificar mecanismos de subsunção da terra e trabalho camponês ao capital;
- Analisar expressões da precarização do trabalho nos povoados analisados;
- Relacionar o mundo do trabalho precário à perda da condição camponesa;
- Interpretar como a terra condiciona a permanência do sujeito camponês.

Cronograma

17/06	Visita técnica ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos, Sergipe – Entrevista com Rilva;
25/06	Visita técnica à Empresa de Desenvolvimento Agrário de Sergipe - EMBRAPA, Itabaiana – Entrevista com Waltenis, concedida via e-mail
25/06	Visita técnica ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana, Sergipe – Entrevista com Edivan
02/09	Trabalho de campo ao Povoado Agrovila, Itabaiana
19/08	Visita técnica à Cooperativa de Produtores de Farinha de Mandioca, Povoado Gameleira, Campo do Brito
23/08	Trabalho de campo - Lagoa do Forno/Dendezeiro, Itabaiana;
02/09	Trabalho de campo – Zanguê, Itabaiana
16/09	Trabalho de campo – povoações do município de Campo do Brito e São Domingos
27/09	Trabalho de campo – povoações do município de Itabaiana

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO – CAMPONESES DAS POVOAÇÕES MAPEADAS/VISITADAS

Data de aplicação de questionário:

Nome:

Idade:

Localidade:

1. O senhor/senhora reside no campo a quanto tempo?
2. O senhor/senhora possui propriedade da terra? Quantas tarefas/hectares?
3. O senhor/senhora possui outra fonte de renda? Alguma atividade que não esteja vinculada ao trato com a terra?
4. O senhor/senhora planta quais cultivos? Em caso afirmativo, estes são reservados para a alimentação, exclusivamente, ou também para comercialização?
5. Quais são os períodos de plantio/colheita? São plantios anuais, sazonais ou mensais (planta e colhe o ano inteiro ou somente em períodos específicos)?
6. A quanto tempo planta/cultiva? O tempo reservado com o trato da terra é maior ou menor se comparado ao trabalho não vinculado à terra (caso tenha)?
7. Se tivessem alguma possibilidade a mais de trabalho deixariam a terra/campo/povoado?
8. Utilizam técnica agrícola ou agrotóxico para cultivar (com que frequência)?

9. São assessorados por políticas públicas de crédito agrícola ou financiamento?
10. São integrantes de algum tipo de organização entre trabalhadores? Sindicato? Associação?
11. São pagos trabalhadores para ajudarem no trato com a terra ou somente familiares que ajudam voluntariamente?
12. Caso desempenhe atividade não vinculada à terra, qual é e de que forma contribui para a sobrevivência?
13. Qual o tempo reservado para essa atividade e o valor aproximado de renda adquirida?
14. Por que trabalha em atividade não vinculada à terra, mesmo morando no povoado e mantendo-se nela?
15. A quanto tempo possui trabalho não vinculado à terra?